



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

OLGA MYRLA TABARANÃ SILVA

**SALÁRIO X TRANSFERÊNCIA DE RENDA: tensões no processo de reprodução social
de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém**

Belém

2015

OLGA MYRLA TABARANÃ SILVA

**SALÁRIO X TRANSFERÊNCIA DE RENDA: tensões no processo de reprodução social
de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como requisito necessário a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes.

Belém

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

- S586s Silva, Olga Myrla Tabaranã
Salário x transferência de renda: tensões no processo de reprodução social de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém / Olga Myrla Tabaranã Silva; orientador: Prof. Dr.Reinaldo Nobre Pontes - 2015.
173 f.
Inclui apêndices.
- Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2015.
1. Desenvolvimento Econômico. 2. Aspectos sociais - Programa Bolsa Família. 3. Política social. I. Pontes, Reinaldo Nobre, orient. II. Título.

OLGA MYRLA TABARANÃ SILVA

**SALÁRIO X TRANSFERÊNCIA DE RENDA: tensões no processo de reprodução social
de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como requisito necessário a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes
Orientador/UFPA

Prof^a. Dr^a. Potyara Amazoneida Pereira
Examinadora/UNB

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Batista Gomes
Examinadora/UFPA

*À minha mãe, Marília Tabaranã Silva, obrigada por todo amor
do mundo!!!!*

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida nenhuma, agradecer é também uma tarefa complexa nesta dissertação. Eu contei com tanto apoio, tantas orações, tantos pensamentos positivos que fica muito difícil alcançar o agradecimento que os anjos que me acompanharam merecem. Todo e qualquer mérito deve, primeiramente, ser dedicado a Deus. Sem Ele, eu acredito, nada seria possível. E, sou tão abençoada, que contei com a proteção mais do que especial de Maria, representada nas Nossas Senhoras a quem minha família e eu tanto amamos.

Em segundo lugar, quero agradecer à minha base forte, aos anjos encarregados de me fortalecer e me proteger na terra. Minha Família. Meus pais. Eu nem sei o que dizer sobre eles; me possibilitaram estudar, e só estudar, até eu concluir os estudos na faculdade de Serviço Social, em 2011, quando eu já tinha 21 anos. Meu pai nunca mediu esforços para incentivar meus estudos e minha mãe, ah, minha mãe sempre sofreu comigo, riu comigo, rezou, e como rezou por mim. Muito Obrigada! Agradeço também aos meus irmãos e cunhadas por me acolher em seus lares e me fazer sentir como uma filha para que eu alcance meus sonhos aqui em Belém.

E aos meus sobrinhos, minhas bênçãos! Ainda não entendem muito bem o que um mestrado representa na vida de um profissional, mas reconhecem que minha dedicação aos estudos tem algum fundamento e identificam isso. Como eu ouvi durante esse percurso: “Não mexe com a tia Olga, ela tá estudando!”. Quantas vezes, sem perceber, nos momentos de maior dor e tensão de minha carreira acadêmica a Luiza me fez rir, o Caio me deu uma flor e o Arthur me deu um abraço sem explicação que confortaram imensamente meu coração!

Agradeço ao Douglas Medeiros, meu amor, por ter me aconselhado a fazer vestibular para Serviço Social, onde eu me encontrei profissionalmente. Por ter me apoiado incondicionalmente nos estudos até mesmo quando isso significou muitos afastamentos entre nós, por me ouvir, independente do horário, do cansaço, da chateação e ainda encontrar tempo para aconselhar, abraçar, aconchegar e brigar, quando eu mereci. Exatamente quanto eu mereci. Por não cansar de proteger. Ele não cansa graças a Deus!

Aos meus tios, primos e avós pela preocupação e torcida. Em especial para meu avô, Mario Tabaranã, que sempre dizia “‘Orga’, tu vais ser ‘dotora’ né?”. Aqui destaco também o impulso irrestrito da família de Douglas, das famílias das minhas cunhadas e dos meus amigos, que, como velas me ajudam a superar ventos fortes! Agradeço também a todos os meus professores, luzes que guiaram meu caminho na trajetória acadêmica, principalmente ao

casal Reinaldo e Andréa Pontes, fonte de inspiração para a profissão e para a vida! Pessoas iluminadas que sabem aliar perfeitamente o lado profissional e emocional para que os ditames da ciência tenham a objetividade necessária para produzir conhecimento sem deixar de lado a leveza do percurso em busca dos resultados. Sem a paciência e sabedoria de ambos a chama da docência não teria aquecido meu coração e se tornado o meu maior sonho profissional.

Aos tantos amigos que a vida me deu, infelizmente me faltam palavras para agradecer a altura. Minhas amigas que me acompanham desde a infância/adolescência Priscila Valente, Jhéssyca Carvalho, Adrianny Oliveira e Camila Ferreira por todo companheirismo e apoio mesmo com a distância física. Às minhas mais do que amadas amigas do curso de graduação e especialização que comigo construíram os melhores momentos da “SSV11” da UNAMA das quais não posso citar nomes porque são inúmeras, mas que tem um espaço guardado em meu coração. Obrigada por todo amor a mim dedicado desde a graduação, o sentimento é recíproco!

Às amigas e companheiras do GEPSS/UFPA Giovanna Pereira, Nilda Veiga, Naiara Farias, Carla Furtado, Karina Marques, Verena Alves, Ediane Jorge e Professora Cilene Braga, sem vocês, meu caminho na UFPA, com certeza, não teria sido tão afetuosos. Muito obrigada pelo apoio, incentivo, paciência, amizade, informação, debates, conselhos, amor e risadas, muitas risadas.

Aos meus amigos do curso de Mestrado em Serviço Social da UFPA, turma 2013, todo respeito e admiração por embarcar nesse sonho! Em especial às minhas companheiras Laira Vasconcelos e Carla Rafaela. E aos meus mais novos amigos de trabalho da Unidade Municipal de Saúde de Águas Lindas que, recentemente, me acolheram com muito amor nesse novo degrau da vida. Agradeço à CAPES por ter proporcionado que eu mantivesse minha concentração na pesquisa e nos estudos por 90% do meu mestrado com bolsa de estudos. E, por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente à banca examinadora por compartilhar de seus conhecimentos e experiências não apenas neste trabalho mas desde o início dos meus estudos em Serviço Social com os textos e seminários que embasam diversas de minhas utopias até hoje.

RESUMO

Este trabalho apresenta a discussão teórica e os resultados da pesquisa de campo que subsidiou a elaboração desta dissertação e objetivou analisar as concepções da categoria trabalho na realidade dos usuários do PBF, com o intuito de revelar de que forma esta categoria se apresenta na reprodução social dos beneficiários, dando destaque para as definições de renda do trabalho e renda do PBF para responder cientificamente às críticas que os usuários do PBF vêm recebendo como a ociosidade. O método utilizado se baseou na perspectiva histórico-dialética por ter como direcionamento o aprofundamento histórico e material das categorias que embasam a pesquisa e compreender que todo fenômeno a ser estudado faz parte de um movimento, essencial no processo de análise. A metodologia tem como alicerce a técnica de análise de conteúdo para sistematizar, organizar e analisar os dados coletados através de entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores da Política de Assistência Social e usuários do PBF de Belém. Os principais resultados que esta pesquisa apresenta são: os usuários do PBF têm o trabalho manifestado em suas histórias de vida desde a infância, como todo e qualquer ser social; vislumbram o emprego (trabalho remunerado) como uma necessidade, diante das garantias e segurança que este proporciona, como o poder de consumo e o salário fixo, por exemplo; consideram que o PBF é uma complementação da renda por não ser suficiente para as demandas materiais próprias e de sua família; contam com outros tipos de renda e “ajudas” para sobreviver e almejam um emprego remunerado com acesso aos direitos sociais, porém, reconhecem que, fazem parte de uma parcela excluída desta forma de trabalho. Diante disso, esta pesquisa aponta que o trabalho é constante na vida dos usuários do PBF e que, por isso, não são acomodados, ocorre que, em sua maioria, eles fazem parte da parcela excluída das condições formais de trabalho e isso dificulta o acesso às atividades laborais e aos seus direitos sociais.

Palavras-chave: Trabalho. Política Social. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This work presents the theoretical discussion and field survey results that supported the preparation of this work and aimed to analyze the concepts of the category work in the reality of GMP users, in order to reveal how this category is presented in the social reproduction of beneficiaries, highlighting the labor income settings and income GMP to respond to criticism scientifically users GMP have been receiving as idleness. The method used was based on the historical-dialectical perspective to have as targeting the historical depth and material categories that support the research and understand that every phenomenon to be studied is part of a movement, essential in the analysis process. . The methodology is founded on content analysis technique to systematize, organize and analyze the data collected through semi-structured interviews with employees of the Social Assistance Policy and users GMP Bethlehem The main results that this research presents are: GMP users have the work manifested in their life stories from childhood, as any social being; glimpse employment (paid work) as a necessity, given the guarantees and security that this provides, as the power consumption and the fixed salary, for example; consider that the PBF is a complement of income for not being enough for their own material demands and his family; have other types of income and "aid" to survive and aims gainful employment with access to social rights, however, recognize that they are part of a deleted portion of this form of work. Therefore, this research shows that the work is constant in the lives of GMP users and, therefore, are not accommodated, is that, in most cases, they are part of the deleted portion of the formal conditions of work and this hinders access the work activities and their social rights.

Keywords: Work. Social Policy. Family Grant Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM I – Esquema de Comunicação na Análise de Conteúdo

27

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – SINTESE DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS	108
QUADRO II - CATEGORIZAÇÃO DOS SUJEITOS TRABALHADORES DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	109
QUADRO III - SINTESE DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS DAS USUÁRIAS ENTREVISTADAS	110
QUADRO IV - CATEGORIZAÇÃO DOS SUJEITOS USUÁRIOS DO PBF	117
QUADRO V – A CATEGORIA TRABALHO/RENDA DO TRABALHO PARA OS USUÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA	144
QUADRO VI – A CATEGORIA PBF PARA USUÁRIOS E OPERADORES DO PBF	147

LISTA DE SIGLAS

AFDC – Aid for Families with dependent Children (Programa de Auxílio às Famílias com Crianças Dependentes)

BIEN – Rede do Mundo de Renda Básica

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EITC - Eamed Income Tax Credit (Crédito Fiscal por Remuneração Recebida)

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental

FUNPAPA – Fundação Papa Leão XXIII

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IONPA – Instituto de Organização Neurológica do Pará

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

LOS – Lei Orgânica da Saúde

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

ONU – Organização das Nações Unidas

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRFM – Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima

PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PL – Projeto de Lei

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PTR – Programa de Transferência de Renda

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEPA – Universidade Estadual do Pará

UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
MÉTODO E METODOLOGIA DA PESQUISA	20
CAPÍTULO 1 - TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL	30
1.1 AS FORMAS HISTÓRICAS DO TRABALHO	38
CAPÍTULO 2 – A PARTICULARIZAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DE BEM-ESTAR E DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL	53
2.1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL:	66
BREVES NOTAS	
2.2 – A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL	73
CAPITULO 3 – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A TRANSFERÊNCIA DE RENDA	79
3.1 HISTÓRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	84
CAPITULO 4 – TENSÕES ENTRE PROTEÇÃO SOCIAL E O TRABALHO NO CAPITALISMO	93
CAPÍTULO 5 – CONCEPÇÕES DE USUÁRIOS E DE TÉCNICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL SOBRE A TENSÃO ENTRE RENDIMENTOS DO TRABALHO E DO BOLSA FAMÍLIA	108
5.1 TRABALHO E BOLSA FAMÍLIA NA REPRODUÇÃO SOCIAL DAS USUÁRIAS DO PBF	117
5.1.1 O trabalho na reprodução social de usuários do PBF	117
5.1.2 Concepções dos sujeitos sobre a renda do PBF	124
5.1.3 A relação/tensão entre a renda do trabalho e do PBF para/entre os sujeitos da pesquisa	142
NOTAS CONCLUSIVAS FINAIS	151
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICES	168

INTRODUÇÃO

A pobreza nem sempre foi alvo de proteção estatal. Castel (2012) afirma que, primeiramente, as necessidades humanas básicas eram atendidas por redes primárias de proteção como as famílias ou aldeias, por exemplo, o que gerava uma interdependência entre as pessoas, já que aquelas que eram ajudadas acumulavam uma dívida para com as ajudantes. Nesse sentido, o atendimento assistencial dependia de critérios como o pertencimento comunitário e/ou a inaptidão para o trabalho.

Os primeiros esforços estatais de atendimento à pobreza datam do século XVIII, quando a sociedade salarial estava bem desenvolvida e regeu a principal forma de reprodução social considerada digna para a sobrevivência. Assim, segundo Castel (2012) inaugura-se a forma estatutária de Política Social com uma série de obrigações morais envolvidas, que serviram de base para a execução de Políticas Sociais em vários países ocidentais e na América Latina, dentre eles o Brasil. Esta primeira experiência foi conhecida como Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*.

Na forma de gestão pública conhecida como Estado de Bem-Estar Social se desenvolveu a noção de ampliação da cidadania¹, na expressão de Marshall (1967), como a expansão dos direitos sociais e desenvolvimento das ações de Seguridade Social nos pós-II Guerra Mundial. Política Social e Estado de Bem-estar não são sinônimos, mas têm muitos elementos em comum. Sua constituição histórica os fez alcançar uma similaridade no que tange ao desenvolvimento de formas de ação do Estado pautadas na proteção social, por meio de Políticas Sociais, para o alcance da cidadania em decorrência do pauperismo gerado pelo avanço do capitalismo.

Um fenômeno particular que circunda o surgimento e desenvolvimento do *Welfare State* decorre da agudização da pobreza, reflexo das condições diretas da acumulação da riqueza produzida pelo trabalho na sociedade capitalista que conduz muitas pessoas à situação de pobreza extrema. A proposta do Estado de Bem-Estar se pauta minimamente na garantia de sobrevivência da população, independente de ela estar inserida ou não no mercado de

¹ Cidadania é entendida aqui como “status” alcançado por indivíduos e coletividades na posse dos direitos civis, políticos e sociais, em síntese, participação na produção e usufruto de riquezas materiais e imateriais (MARSHALL, 1967; PONTES, 2013).

trabalho, trata-se da segurança social contra contingências sociais e dos serviços sociais básicos.

A conotação de seguro social tornou-se uma forma importante de revelar uma nova visão sobre pobreza, visualizando-a como uma responsabilidade também do Estado e objeto das Políticas Sociais. Para Jessop (2013) o processo atual de desenvolvimento da Política Social atende ao momento de financeirização do capital e suas características mundiais globalizadas, uma vez que, na sociedade ocidental, a Política Social sempre acompanhou as tendências da produção social, já que é esta última que determina as formas de reprodução social.

Há também autores, como Mota (2006), que afirmam que as Políticas Sociais tinham o objetivo de construir um projeto contrário às investidas do capital. Mota (2006), apoiada em Gramsci, reitera que há espaço propício para isso, mas que a sociabilidade neoliberal do século XXI tende para a aplicação de Políticas Sociais que regulam o mercado, estimulam iniciativas individuais e a focalização das necessidades fragmentadas. Particularmente no Brasil, para a autora, a institucionalização e a constitucionalização dos primeiros passos em favor da cidadania e da democracia se dão a partir da Constituição de 1988.

Porém, a direção hegemônica da ideologia das classes dominantes, instaurada nos anos 1990, instituiu uma reforma coercitiva que estimula a solidariedade da sociedade civil e institui a figura do “cidadão-consumidor” como âncoras do processo de valorização do trabalho assalariado, como capacidade de integrar os indivíduos à sociedade (MOTA, 2006).

O cenário em que se constrói a relação específica da produção e reprodução social de que emana esta pesquisa é pautado na afirmação de que o Brasil está entre os três países mais desiguais da América Latina, perdendo apenas para Bolívia e Haiti. As taxas de desigualdade demonstram que os 10% mais ricos detém quase 50% da renda nacional e os 50% mais pobres detém 10% dessa renda (SILVÉRIO, 2015). De acordo com Silvério (2015) o Brasil é o único país daqueles considerados em desenvolvimento que saiu do índice de Gini de 0,61, em 1990, para 0,54, em 2009. Mundialmente falando, de acordo com Oliveira (2013), uma em cada três pessoas não tem acesso à eletricidade, uma em cada cinco não tem acesso à água potável e uma em cada seis é analfabeta.

Diante de situações como as descritas acima, em alguns países desenvolveram-se os conhecidos Programas de Transferência de Renda como ação estatal de combate à pobreza aos quais, de acordo com Di Giovanni, Silva e Yazbek (2011), se incorpora a ideia de

contrapartida, em que se busca combinar a transferência de renda com a inserção dos beneficiários nas outras políticas sociais.

Esses autores afirmam que a ampliação da abrangência dos Programas de Transferência de Renda se deu, principalmente, a partir dos anos 1980 com a renovação tecnológica no mundo do trabalho, orientados pela internacionalização da economia e sob a hegemonia do capital financeiro.

[...] Daí decorrem situações que demandam ações do Estado para a proteção do amplo contingente de trabalhadores que passam a vivenciar o desemprego estrutural ou a precarização do seu trabalho, ampliando e disseminando a pobreza, tanto nos países em desenvolvimento como nos países de capitalismo avançado (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011, p. 15).

Assim, se desenvolve o pensamento de proteção social direcionado para os sem trabalho, ou os que, mesmo com trabalho, não conseguem proteger-se diante da forma atual em que se encontra o capitalismo, voltado para os valores globais de produção e consumo, precarizando ainda mais o trabalho e as formas de executá-lo, conforme se verificará no próximo item deste trabalho.

Os destaques de programas sociais distributivos do Brasil são: Programa Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Nossa Família, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Benefício de Prestação Continuada. O debate sobre a necessidade de Programas de Transferência de renda é mais antigo na Europa. Verifica-se que desde a instauração da Lei dos pobres (século XIV) já se falava em sobrevivência mínima; em 1930 emergiu uma discussão na Europa especificamente sobre a renda mínima; em 1935 nos Estados Unidos e na América Latina (Uruguai, Chile, Argentina, México e Venezuela), a partir de 1986 com a inserção desses países na BIEN (Rede Européia de Renda Básica), afirmou-se a proposta da renda mínima incondicional.

No Brasil, as experiências de Programas de Transferência de Renda objetivavam orientar-se na perspectiva de redistribuição da riqueza socialmente produzida direcionadas para pessoas extremamente pobres, nos quais as crianças e os jovens são os mais atingidos, o que resultou, em 20 de outubro de 2003, na proposta do Governo Federal no Programa Bolsa-família, por meio da unificação de outros Programas de Transferência de Renda que já eram desenvolvidos (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011).

Os objetivos do referido Programa, conforme Giovanni, Silva e Yazbek (2011) são: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da garantia de uma renda mínima e

da possibilidade de acesso a políticas setoriais essenciais como a saúde, a educação, a assistência social e a segurança alimentar; e promover o alcance da cidadania das famílias pobres do país. A propósito da abrangência do PBF no Brasil, destaca-se: em 2013, conforme o MDS, o programa mencionado contava com 13,8 milhões de famílias inscritas e destas 72,4% viviam com renda mensal per capita de até R\$ 70,00, consideradas famílias em extrema Pobreza; além disso, no mesmo ano, foram gastos 24 bilhões de reais, o que representa 0,46% do PIB.

Com relação aos debates sobre o PBF existem pesquisas, como as de Giovanni, Silva e Yazbek (2011), de Cohn (2012) e de Pizani e Rego (2013), que afirmam primordialmente que o PBF é uma ação que valoriza a dimensão subjetiva das famílias, amplia sua renda, permite que elas contribuam com a economia familiar e do município em que vivem, estimula o acesso às outras Políticas Públicas, a independência feminina e a opção pelo tipo de vida e de trabalho das famílias pobres, fazendo-as alcançar a cidadania; também se reconhece a existência dos que criticam o PBF, que focam suas críticas na questão do “desperdício” de dinheiro público, por considerarem este Programa uma estratégia clientelista do governo e que é uma ação que estimula a ociosidade das famílias pobres.

Além disso, as pesquisas dos autores citados reiteram que os grandes obstáculos encontrados pelo PBF em sua execução são: a focalização; o tempo de permanência; o fato de que ele ainda não é um programa de Estado, mas de governo, logo, ainda não é um direito; a necessidade do PBF assumir lacunas de outras Políticas Sociais que não têm a mesma efetividade; a concepção de muitos operadores da Política de Assistência Social de que a pobreza é um fenômeno individual e natural (PONTES, 2013).

Para além desses obstáculos, esses autores identificam no PBF muitos pontos positivos como a diminuição dos índices de evasão escolar e da subnutrição; ampliação da frequência nas escolas e nos postos de saúde; não abandono dos postos de trabalho; autonomia de muitas mulheres que dependiam financeiramente de seus companheiros; a ampliação da noção de dignidade e cidadania; possibilidade de projetar o futuro dos usuários e a capacidade dos usuários de encontrar outras possibilidades de sobrevivência com melhores condições de educação, saúde e emprego.

Nesse sentido, é importante frisar que 77% dos beneficiários do PBF exercem atividades remuneradas. Conforme o IBGE (2012), tendo como base a PNAD, em uma comparação entre dados nacionais de 2003 e de 2011, em 2003 7,2% das famílias inscritas

tinham membros em idade laboral desocupados, em 2011 esta percentagem de desocupados baixou para 5,0%.

Em Belém, de acordo com os dados da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), até 2013, 31,6% das famílias cadastradas no PBF declararam que não possuíam renda de outras fontes, 48,4% declararam que até a data de inscrição não tinham trabalhado nos últimos doze meses. É com base nesse cenário que emerge a pretensão de se desenvolver a pesquisa e análises a respeito das categorias que concernem ao trabalho e a Política de Assistência Social no Brasil, onde se encontra o programa em questão.

A relação do usuário com a renda do Programa Bolsa Família não é pacífica. Ele convive com a contradição de desejar e necessitar um salário, mas, por não alcançá-lo, sobrevive da renda do programa e/ou com renda do trabalho informal. Além disso, sofre o julgamento de parte da sociedade como “acomodado” por não sobreviver da renda do seu próprio trabalho, sem levar em consideração a conjuntura excludente da sociedade capitalista, baseada na lógica do mercado (MARTINS, 1982).

É dessa realidade, apenas esboçada, que emerge a problemática que se pretende tratar neste trabalho, imersa na contradição entre a reprodução social por meio da renda do trabalho e/ou de transferência de renda governamental, considerando-se uma sociedade que valoriza o trabalho assalariado e a responsabilização individual pela reprodução social. O objeto de estudo desta dissertação é a concepção de trabalho para os usuários do PBF: qual a relação deles com a contradição entre o trabalho e a renda advinda do programa?

Para analisar estas questões objetivou-se com esta pesquisa analisar as concepções da categoria trabalho na realidade dos usuários do PBF, com o intuito de revelar a forma pela qual esta categoria se apresenta na reprodução social dos beneficiários, dando destaque para as definições de renda do trabalho e renda do PBF. Consequentemente, este objetivo geral levou a conceituar Trabalho, Reprodução Social, Política Social e Transferência de Renda; contextualizar teórica, política e economicamente o PBF na Política Social brasileira; identificar e analisar as diferentes percepções de usuários do PBF sobre a sua reprodução social pelo salário do trabalho e pela Transferência de Renda; e analisar as visões dos trabalhadores da Assistência Social vinculados ao PBF de Belém, sobre a relação entre reprodução social pelo salário do trabalho e pela Transferência de Renda dos usuários do Programa Bolsa Família.

Também se realizou uma densa revisão bibliográfica acerca das categorias: trabalho, reprodução social, política social e assistência social, em particular a categoria transferência de renda condicionada, que serão detalhadas nos três primeiros capítulos deste trabalho. Além desta revisão, realizou-se também entrevistas semi-estruturadas com profissionais e usuários do PBF de três CRAS de Belém, conforme o roteiro de entrevista apresentado na qualificação desta pesquisa e como apêndice deste trabalho. A elaboração deste instrumento de coleta de dados se deu por meio das orientações e com auxílio e sugestões dos professores examinadores no processo de qualificação do projeto de pesquisa.

As hipóteses de trabalho desta pesquisa foram:

- a) A percepção do usuário do Programa Bolsa Família sobre a sua reprodução social é de inferiorização em uma sociedade que valoriza mais as pessoas que vivem da renda do trabalho;
- b) O usuário do Programa Bolsa Família não é ocioso, é um trabalhador que não tem espaço no mercado de trabalho formal diante das novas configurações que ele assumiu na história;
- c) Os profissionais que trabalham com o Programa Bolsa Família não trabalham a questão da valorização do benefício como um direito de forma a valorizar o recebimento deste.

Ao pesquisar o estado da arte em várias bases de dados destacaram-se os seguintes periódicos: Revista Katálysis, Revista Serviço Social & Sociedade, Revista Temporalis, Revista Ser Social, Revista de Políticas Sociais, bases de dados de periódicos como Scielo e Periódicos do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assim como, na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações identificou-se que até 2013 haviam 553 artigos e 228 teses e dissertações sobre o PBF, porém, com a temática que se pretende desenvolver neste trabalho, somente 3 dissertações que se aproximam com o tema foram encontradas. O que evidencia que o estudo que se pretende realizar nesta pesquisa é pouco tratado na literatura acadêmica.

O PBF é um campo rico de pesquisa na linha de Política Social, por isso, como se percebe acima, abre espaço para estudar diversas problemáticas correlatas. Mas, especificamente a percepção dos usuários do PBF sobre o trabalho, não foi encontrada em nenhum trabalho pesquisado nas fontes acima citadas, apenas algumas que se aproximam na

medida em que têm como referência o PBF como resultado de uma Política Social que tem relação com a perspectiva da reprodução social através do trabalho na sociedade capitalista.

Assim, considera-se que, no âmbito acadêmico esta pesquisa vem contribuir com análises acerca da relação entre categorias importantes como trabalho e política social, especificamente no âmbito da Assistência Social. Além do que, em relação ao Programa Bolsa Família, é importante ressaltar que esta é uma ação fundamental na construção e desenvolvimento de Políticas Sociais no Brasil.

O tema da Assistência Social como Política Pública vem sendo estudado pela autora deste trabalho desde a graduação em Serviço Social com as experiências de Iniciação Científica, Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e da Monografia do curso de Especialização. O foco desses estudos concentrou-se em torno do assunto da centralidade da família nesta Política Pública. Foi por meio deste contato que se apresentou o interesse pelo problema de pesquisa que resultou na presente dissertação, tendo em vista que se presenciava muita divergência nos discursos sobre o PBF que circundavam em torno do debate sobre as posições a favor e contra; porém, o debate mais inquietante se demonstrava diante das afirmações de que os usuários não buscavam trabalho porque estavam inseridos no PBF.

MÉTODO E METODOLOGIA DA PESQUISA

O método escolhido foi o método histórico-dialético por ser uma forma de compreender o fenômeno em sua essência, submerso no contexto em que ele foi produzido e reconhecendo que a razão é construída a partir da materialização do real estruturado historicamente. No método escolhido o objetivo da pesquisa é ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica (NETTO, 2014), buscando-se compreender a essência do fenômeno por meio de negações/questionamentos da realidade estudada.

Esta essência do problema tem sua existência sincrônica e, por isso, existe independente da capacidade do pesquisador em interpretá-la. Quando se pretende compreendê-la ela se revela aos poucos ao pesquisador, revela, primeiramente, a sua singularidade, a aparência de forma caótica; com o movimento de aprofundamento na realidade o pesquisador descobre que há determinações universais neste fenômeno, que, por sua vez, não atingem somente este fenômeno específico, mas vários outros, embora seja de

diferentes formas. Quando o pesquisador faz a interlocução entre a universalidade histórica que influencia o problema e suas características singulares, únicas, de existência ele alcança o nível particular de compreensão do fenômeno. A partir de então, pode-se dizer que ele conseguiu interpretar o real, que ele chegou à essência do problema.

Considerando-se que todo objeto de pesquisa existe no real independente da capacidade racional do pesquisador em desvendá-lo, o método dialético parte do princípio de que o problema é ativo e que a racionalidade do pesquisador busca compreender de que forma ele se relaciona materialmente no movimento do real. Para Netto (2014), o estudo o fenômeno, a partir de sucessivas negações da realidade aparente que ele revela, gera uma teoria, que, por sua vez, representa, no plano do pensamento o real em suas várias dimensões, em sua complexidade.

Para isso, Netto (2014) reitera que é necessário mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los por meio da criatividade e imaginação do pesquisador. Complementa também que as formas de alcançar esta essência podem utilizar dos diversos instrumentos de pesquisa e que, além disso, toda conclusão a respeito do fenômeno é sempre provisória porque a realidade se move muito além do que a racionalidade humana pode acompanhar. “[...] Só depois de concluído este trabalho [de investigação] é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada” (NETTO, 2014, p. 7).

A relação entre real e ideal é a que se estabelece no processo de utilização do método entre a realidade e a razão de quem pretende interpretá-la; em que o processo de interpretação do real é considerado uma abstração que busca compreender de que forma a realidade se processa ontologicamente naquele fenômeno.

[...] toda teoria é na verdade o resultado de um complexo movimento da abstração, reproduzindo, no plano do intelecto, o processo ontológico de constituição do ser, no seu movimento imanente. A dimensão histórica em si não pode existir, senão colada a um arcabouço teórico que lhe dê sustentação lógico-epistemológica e sentido teleológico (PONTES, 2008, p. 165).

O método dialético reconhece que o fenômeno tem uma dimensão ontológica e uma dimensão reflexiva, em que a primeira constitui a própria constituição de como este se materializa e a segunda compreende a possibilidade de interpretação desta materialização por meio de análises históricas do processo de constituição do fenômeno em si.

Nesse processo, quando se relacionam as características reflexivas (racionais) e ontológicas (materiais) do fenômeno no plano do pensamento de quem procura interpretá-lo em um processo de negação da negação, em que o fenômeno é, por diversas vezes, questionado e sujeito a sucessivas análises em suas mais variadas formas de existir, ocorre um processo conhecido como relações de ida e volta, que representam essa fase de constitutivas análises sobre os mais diversos referenciais. A partir de todo esse processo, da relação do fenômeno com a história surgem as categorias que muito são utilizadas nas análises deste trabalho.

Neste trabalho, a principal categoria analisada é o trabalho, já que o objeto requer a compreensão desta categoria na realidade dos usuários do PBF, que, por sua vez, acaba tornando-se outra categoria a ser analisada por conta da relação entre ambas na realidade dialética da vida dos entrevistados, as formas de ser existentes na realidade dos entrevistados giram em torno do trabalho e do PBF (Política Social) .

As categorias reflexivas são aquelas que não expressam “formas de ser”, porque não são abstraídas do real, mas constituem-se em estruturas lógicas que a razão cria, ligadas predominantemente ao imediato servem a razão como recursos essenciais para a tarefa de conhecer o real (PONTES, 2008, p. 67-68).

As categoriais expressam a construção do real acerca do fenômeno a partir da racionalidade do pesquisador, em contraste com a realidade estudada e sua história. Não são meras formas de pensar, são considerações a respeito da materialização do fenômeno, passando por análises entre todos os processos constitutivos desta realidade com todas as formas de constatação da razão. “[...] categorias não são estruturas somente lógicas que a razão constrói, independentemente, nem tampouco hipóteses intelectivas, mas se configuram como estruturas que a razão extrai do real [...]” (PONTES, 2008, p. 65).

“O poder explicativo das categorias está necessariamente enraizado no seu momento histórico e a rede de determinações e mediações que a gestaram” (PONTES, 2008, p. 69). As categorias expressam o movimento da razão na interpretação do real e sua legitimidade está no fato de que esta interpretação está interligada com a história material de construção deste fenômeno, buscando, assim, todas as determinações e mediações que compõem essa realidade.

[...] As categorias que exprimem suas [da sociedade burguesa] relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas,

sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, levam de arrastão, desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado e que toma assim a sua significação etc. [...] (NETTO, 2014, p. 14).

Para Marx (1859) as categorias possuem relação direta com a estrutura e, por isso, devem ser analisadas em concomitância com a história da sociedade em que são desenvolvidas. Esta constatação também serve para a definição de que as categorias mudam conforme a mudança histórica das estruturas de que elas fazem parte, já que “[...] são historicamente determinadas e esta determinação se verifica na articulação específica que tem nas distintas formas de organização da produção [...]” (NETTO, 2014, p. 15).

A apreensão do traço da historicidade em qualquer objeto não pressupõe apenas inseri-lo numa dada dinâmica histórica; mas deve-se buscar a historicidade no interior mesmo do objeto pesquisado, tomando-o como componente do processo histórico, e não apenas como resultado (PONTES, 2008, p. 66).

É importante ressaltar que a apreensão história das categorias reflexivas decorrem da materialização ontológica do fenômeno na história, mas que esta constatação não é meramente a descrição ou inserção de determinada realidade na história, pelo contrário, é a verificação das influências que o desenvolvimento histórico estrutural teve no desenvolvimento do fenômeno.

[...] O chamado desenvolvimento histórico repousa em geral sobre o fato de a última forma de considerar as formas passadas como etapas que leva a seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isso em condições bem determinadas [...] (MARX, 1859, p. 120).

Para compreensão histórica categorial do fenômeno, deve-se, além de considerar as formas como ele vem se desenvolvendo na história, tecer críticas e considerações determinadas que sejam capazes de sistematizar todas as determinações que compõem ontologicamente a realidade estudada. Por isso, esta dissertação é composta das formas históricas com que o problema estudado se manifestou e com a particularização desta realidade em determinado momento da história atual e determinada.

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida

da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori* (MARX, 1988, p. 26, grifo do autor).

Para Paula (1992), o método de investigação representa as formas empíricas de desvendar a realidade, o estudo das formas de reprodução social que envolvem essa realidade. É o momento de se utilizar os instrumentos, pautados no método e na perspectiva metodológica do pesquisador, este momento do processo de conhecimento do real não segue uma ordem cronológica. “Porque, na verdade, o empírico não expressa o real. Ele é um momento do real. Ele é uma dimensão do real, não o real propriamente dito” (PAULA, 1992, p. 38).

É o contrário do método de exposição onde Paula (1992) defende ser a forma racional, organizada de apresentação dos resultados da pesquisa, o momento de “dar uma forma compreensiva para esse real” (PAULA, 1992, p. 38). É importante ressaltar que o método de investigação desta pesquisa se realizou por meio de leitura de material bibliográfico e de resultados de pesquisa semelhantes, assim como por meio de realização de entrevistas e observação nos CRAS, enquanto que o método de exposição se apresenta nesta dissertação.

O método de investigação utilizado neste trabalho desenvolveu-se através de leituras de vertentes marxistas a respeito das duas principais categorias que envolvem o interesse desta pesquisa e de pesquisa de campo com entrevistas semi-estruturadas que captaram a singularidade dos sujeitos envolvidos no processo de investigação a serem correlacionadas e analisadas sob a luz da universalidade teórica e categorial, formando, assim, a particularidade dos dados analisados nesta pesquisa.

A opção do método, já exposta anteriormente, assim como o objeto de pesquisa requeriram técnicas de pesquisas que capturassem o momento do real. A opção mais condizente com o objetivo deste trabalho foi a técnica de entrevista com usuários e técnicos do PBF de três CRAS² de Belém, por se acreditar que as falas de pessoas inseridas no contexto são significativas para a análise do problema, suas manifestações nas dinâmicas processuais de desenvolvimento. A forma de pesquisa baseada em entrevista é utilizada quando se opta por metodologias qualitativas, onde se busca compreender os significados dados ao fenômeno por quem o vive (MARTINS, 2014). A pesquisa qualitativa tem sido utilizada quando há:

² Os CRAS foram os locais escolhidos para realizar as entrevistas com o intuito de garantir a confiança dos usuários e para manter a imparcialidade. Somente duas entrevistas foram realizadas nas residências das usuárias a pedido das memas.

[...] necessidade de substituir informações estatísticas por dados qualitativos; quando os objetivos do estudo apontam que os dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos tendo em vista sua complexidade, ou ainda, em situações nas quais as observações qualitativas são utilizadas como indicadores do funcionamento das estruturas sociais (MARTINS, 2014, p. 8).

O objetivo desta pesquisa requereu uma metodologia qualitativa de coleta e análise dos dados; o método escolhido também não permitiu que se utilize de técnicas que não alcancem o problema. Sendo assim, somente a metodologia qualitativa se mostrou eficaz para responder aos problemas propostos por esta pesquisa. A coleta de dados iniciou de fato no dia 20 de março de 2014 quando se apresentou à FUNPAPA³ o ofício de solicitação de autorização para a realização da pesquisa.

A intenção inicial era pesquisar em um CRAS do município, porém, com o desenvolvimento das entrevistas, sentiu-se necessidade de pesquisar em mais dois CRAS para compor uma análise completa a respeito da realidade que se investigava, com o objetivo de retirar uma amostra diversificada e com maior rigor metodológico na construção analítica da essência do problema. Assim, foram entrevistados 08 (oito) profissionais e 11 (onze) usuários dos CRAS Terra Firme, Jurunas e Cremação. O interesse em entrevistar os profissionais foi compreender de que forma se estabelece a análise destes a respeito do tema e como eles o analisam a partir de suas experiências e perspectivas profissionais diante do trabalho que realizam com os usuários.

Todas as entrevistas foram realizadas mediante apresentação da pesquisadora, de sua pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O termo era lido e explicado aos sujeitos. No termo havia duas opções em que eles escolhiam se gostariam de receber os resultados da pesquisa e se autorizavam a gravação do áudio da entrevista, assim assinariam e datariam o documento.

Nove das onze usuárias foram indicadas pelos profissionais do CRAS e contactadas por telefone para agendar momentos de entrevista nos próprios CRAS onde são referenciadas. Outra usuária foi abordada no próprio espaço do CRAS enquanto aguardava atendimento, outra foi indicada por uma aluna da Universidade, ao saber do objetivo do trabalho fez a mediação entre a pesquisadora e a usuária. Também houve 05 (cinco) usuárias que não quiseram dar a entrevista, mesmo depois de muitos contatos telefônicos, mas como a pesquisa

³ Órgão responsável pela execução da Política de Assistência Social em Belém.

deve respeitar o direito dos sujeitos em aceitar ou não conceder a entrevista, a posição destas foi respeitada.

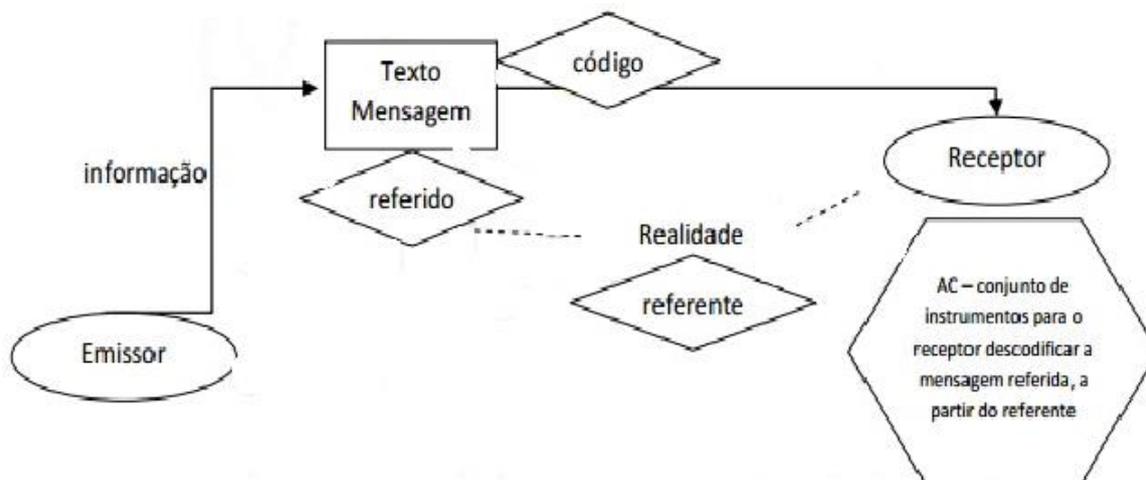
Sobre os usuários se faz essencial esclarecer o que se pretendeu e o que se alcançou no que tange ao perfil de entrevistados proposto. Inicialmente, a pesquisa abrangia quatro perfis de usuários: um representante de uma família que recebe o benefício e trabalha formalmente, um representante de uma família que recebe o benefício e não trabalha formalmente, um representante de uma família que trabalha e não tem interesse de receber o benefício e um representante de uma família que recebe o benefício e sobrevive apenas com ele. Deste perfil, somente o perfil do representante que não tem interesse em receber o PBF não foi encontrado em nenhum dos CRAS.

Os usuários ao serem contactados demonstraram muito receio em conceder entrevistas, mesmo após a explicação de que se tratava de uma pesquisa científica e que a identidade dos mesmos seria resguardada. Ainda assim, alguns usuários não permitiram a gravação da entrevista, estas, assim como a entrevista da assistente social que também não permitiu, foram descritas no diário de campo da pesquisadora, de toda maneira estão devidamente referenciadas na análise. Os dados provenientes das entrevistas foram sistematizados e analisados durante os meses de julho e agosto de 2014, tendo os elementos da realidade como forma de direcionamento da construção teórica e do método de exposição que aqui se apresenta.

As análises das entrevistas obedeceram à técnica de análise de conteúdo buscando compreender as falas no seu contexto próprio e focando sempre na profundidade da análise para que se obtenham resultados com maior rigor possível. Bardin (1977) afirma que, para garantir uma análise qualitativa, deve-se priorizar a presença de características que compõem as informações e sua relação com o contexto de onde proveio a fala. Esta forma de análise somente é possível ser desenvolvida se houver rigor de obtenção, descrição e sistematização do que se pretende analisar.

É um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoam constantemente e podem ser usados conforme o objetivo de cada pesquisador, são flexíveis à realidade e às técnicas que o pesquisador quer utilizar. Nesta pesquisa o procedimento de análise de conteúdo utilizado foi o temático ou categorial, expresso no quadro a seguir.

IMAGEM I – ESQUEMA DE COMUNICAÇÃO NA ANÁLISE DE CONTEÚDO



Fonte: RAMOS; SALVI, 2009.

A análise de conteúdo é uma forma metodológica que permite a utilização de vários instrumentos para a coleta de dados. No caso desta pesquisa, adquiriu-se informação a partir das falas do emissor através da entrevista, a referida mensagem se transformou em texto sistematizado, demonstrando, assim, a realidade do objeto pesquisado em sua imediatez, servindo de base para a construção de categorias analíticas que respaldam as conclusões deste trabalho.

Foram consideradas as fases da pesquisa, citadas por Bardin (1977), de *pré-análise*, quando se escolhe e se organiza o material e as técnicas a serem utilizadas, levando em consideração a pertinência, importância, relevância, representação, homogeneidade das informações; a leitura prévia, ou leitura flutuante desses documentos; a *exploração do material*, em que o pesquisador deve organizar o que tem como referência de análise para construção de sua base e da teoria que articula com a realidade evidenciada pelas categorias; e a *fase de tratamento e interpretação dos resultados*, em que o pesquisador faz inferências, constantemente revistas, aos resultados buscando as determinações, as características peculiares comuns das falas foram obedecidas durante o processo de análise.

Na fase de pré-análise, conforme Bardin (1977), utilizou-se neste trabalho a leitura flutuante, uma forma de leitura que embasa os objetivos de fundamentação da autora, uma leitura exaustiva acerca do conteúdo teórico já produzido e que serviu de fundamentação para o trabalho. Diante destas e de outras fases, também se efetivou a exploração do material com o objetivo de sistematizá-lo e organizá-lo para realizar a mediação necessária entre os dados coletados nas entrevistas, o que Bardin (1977) chama de tratamento dos resultados obtidos.

É importante ressaltar que a metodologia de análise de conteúdo para Ramos e Salvi (2009) representam expressões de um conhecimento advindo da prática de verificação de uma determinada realidade, o que os enunciados das falas querem ou não querem dizer diante do contexto em que o emissor/entrevistado está inserido. Assim, Oliveira (2008) reitera que esta metodologia permite que as análises da mensagem sejam analisadas conforme a intencionalidade e a vertente teórica do autor que está executando a pesquisa.

É o momento, para Oliveira (2008), de relacionar os conteúdos semânticos (língua) com os objetivos da pesquisa. A análise de conteúdo para esta autora permite o acesso a diversos conteúdos do contexto em que se vive, mas, para isso, deve-se obedecer a conceitos como objetividade, sistematicidade, respeito ao conteúdo manifesto, unidades de registro e de contexto, construção de categorias, análise categorial e condições de produção da mensagem analisada.

Nesta pesquisa, após as entrevistas, as falas foram transcritas na íntegra, após a transcrição foram sistematizadas conforme as categorias que expressavam e divididas em eixos organizados em tabela para a realização das inferências e análises propriamente ditas a partir das condições de produção das falas, da mensagem que elas repassam e do conteúdo teórico categorial, sempre buscando retirar as categorias mais importantes das falas, que tem relação com o objetivo da pesquisa, de forma a correlacionar os temas entre a realidade que se objetiva conhecer e a realidade apresentada.

As perguntas da entrevista eram flexíveis. O primeiro questionamento do roteiro abrangia a história de vida da usuária e, enquanto ela falava sobre sua vida, as outras perguntas eram feitas como, por exemplo: quais foram as experiências de estudo e trabalho na vida delas, como elas conheceram o PBF, o que elas pensam sobre, se elas se sentem cidadãs ao receber a renda do programa, se elas já sentiram vergonha ou viveram situações de preconceito por conta de serem usuárias⁴ do PBF, entre outras.

Para os profissionais as perguntas giravam em torno das experiências destes trabalhando com usuários do PBF, como se eles receberam capacitação para trabalhar com o PBF, o que eles pensam sobre o PBF, se eles acreditam que os usuários não querem trabalhar porque recebem a renda do PBF, qual a visão que a sociedade em geral tem sobre o PBF, se eles acham que os usuários se sentem cidadãos ou tem vergonha de receber o PBF. Estas

⁴ A maioria das usuárias do programa Bolsa Família são mulheres, por isso, nesta pesquisa, não se encontrou nenhum homem cadastrado que quisesse conceder entrevista.

perguntas deram origem a respostas diversificadas que, por sua vez, retratam a realidade e as falas ou mensagens e, conseqüentemente, as análises foram organizadas em dois eixos categóricos principais: *Trabalho e Programa Bolsa Família*.

Pretende-se desenvolver a fundamentação teórica deste trabalho tendo em vista algumas situações específicas: o trabalho enquanto exclusividade do ser social, a proteção social como resultado de um momento histórico de desenvolvimento do Estado e execução de Políticas Sociais, a imersão desta lógica no Brasil, culminando com a implantação de Políticas Sociais próprias, dando destaque para a Assistência Social e para o Programa Bolsa Família. Inserindo-se, este trabalho, na discussão sobre a tensão identificada na coexistência entre o trabalho assalariado, a assistência social e as repercussões desse contexto na particularidade dos usuários do Programa Bolsa Família em Belém, dando destaque para suas compreensões e vivências da categoria trabalho.

A estrutura do texto está organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo faz-se um estudo da categoria trabalho e a forma como ela vem sendo apropriada na história; o segundo capítulo caracteriza e analisa a Política Social enquanto estratégia de combate à pobreza na Europa e no Brasil; o terceiro capítulo versa sobre o Programa Bolsa Família; o quarto capítulo trata da relação contraditória entre a categoria trabalho e a Política Social no âmbito do sistema capitalista; por fim, o último capítulo apresenta detalhadamente a descrição dos sujeitos entrevistados (profissionais e usuários) e os resultados da pesquisa de campo conforme as categorias *concepções de trabalho e relação com a renda proveniente do Programa Bolsa Família*, assim como os contrastes encontrados nas falas dos entrevistados. Nas conclusões sintetizam-se os achados da pesquisa por eixo de objetivos e hipóteses.

CAPÍTULO 1 - TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, pretende-se teorizar a categoria *trabalho* tendo em vista que ela é essencial para a análise do objeto de estudo que move esta pesquisa. Para isso, utilizou-se de autores que explicam esta categoria levando em consideração as suas metamorfoses ao longo da história e as formas pelas quais a categoria assumiu como sociabilidade.

Parte-se do princípio de que o trabalho é meio de relação que se estabelece entre homem e natureza, por isso, é desenvolvido de várias formas conforme a reprodução social no contexto social considerado. Somente o ser humano é capaz de produzir e é mediado pela consciência, não que seja só produto dela, mas tem ela como mediação fundamental. “O trabalho é a fonte de toda riqueza [...] ao lado da natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza [...] é a condição fundamental de toda a vida humana” (ENGELS, 1876, p. 215).

O trabalho representa a forma de resposta do homem dada à natureza que, por sua vez, não está disponível imediatamente para o ser humano genérico. O objeto do trabalho é a materialização da vida do ser humano genérico em sua dimensão racional, tendo em vista a resposta às suas necessidades (MACÁRIO, 2013).

[...] Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (MARX, 1988, p. 50).

O trabalho é a forma superior de matéria, ele funda o ser social, é diretamente ligado ao desenvolvimento e reprodução dessa forma de viver com suas características orgânicas e inorgânicas. Assim, o trabalho é:

[...] formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens. [...] o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica ao mesmo tempo, a sua própria natureza; desenvolve as potências nela ocultas e subordina as forças da natureza ao seu próprio poder. [...] utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade [...] e tão-somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. Essa conversão em

coisas úteis, porém, é um processo teleológico: No fim do processo de trabalho, emerge um resultado que já estava presente de modo ideal. Ele não efetua apenas uma mudança de forma no elemento natural; ao mesmo tempo realiza, no elemento natural, sua própria finalidade, que ele conhece bastante bem, que determina como lei o modo pelo qual opera e à qual tem de subordinar sua vontade [...] (LUKÁCS, 1979, p. 16).

Conforme bem demonstra o autor, o desenvolvimento do trabalho envolve a capacidade teleológica humana de materializar o que o seu pensamento idealizou. Nesse processo, o homem transforma a natureza e se transforma na mesma medida. Assim, as necessidades humanas também são transformadas e modificadas conforme o próprio desenvolvimento do trabalho, que, por sua vez, depende diretamente da forma social em que está sendo desenvolvido.

[...] O ser que trabalha *constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar*, ou seja, uma maneira especificamente humana de se relacionar com as circunstâncias objetivamente existentes, delas se apropriando, tendo em vista a consecução de fins propostos pelo sujeito na criação de objetos capazes de desempenhar funções sociais, fazendo nascer valores de uso (IAMAMOTO, 2011, p. 352, grifo do autor).

Para a autora o trabalho é racional. É uma atividade que utiliza de matérias, produtos, força e meios de trabalho para suprir e criar novas necessidades conforme as conjunturas; que coloca o papel dos indivíduos na sociedade; realizado pelo homem e sua capacidade teleológica, transforma o objeto e o homem no processo de produção.

O trabalho, nesse processo de transformação da natureza cria valores que não são diretamente direcionados para a monetarização do produto do trabalho. O valor imediato produzido pelo trabalho corresponde à utilidade, à utilização deste produto na satisfação das necessidades humanas de sobrevivência e de reprodução; o que modifica esse valor é a utilização deste pelos modos de produção diferenciados.

[...] três são os momentos decisivos da categoria trabalho: a objetivação, a exteriorização (*Entäußerung*) e a alienação (*Entfremdung*). A objetivação é o complexo de atos que transforma a prévia ideação, a finalidade previamente construída na consciência, em um produto objetivo. Pela objetivação, o que era apenas uma idéia se consubstancia em um novo objeto, anteriormente inexistente, o qual possui uma história própria [...] (LESSA, 1996, p. 3).

A prévia ideação⁵ é composta pela teleologia e objetivada pelo trabalho e, nesse contexto, o homem também se transforma (exteriorização). A objetivação é a mediação

⁵ Atividade teleológica humana.

existente entre teleologia e o resultado da transformação da natureza. E nesse processo, o indivíduo também se transforma, bem como adquire novas habilidades de conhecimentos que geram outras necessidades. O complexo objetivação-exteriorização é o que torna o ser social diferente da natureza.

Esse complexo objetivação-exteriorização é o solo genético do ser social enquanto uma esfera ontológica distinta da natureza. Os objetos construídos pelo trabalho apenas poderiam surgir enquanto objetivações de finalidades ideais; eles incorporam determinações que emergem do fato de terem um pôr teleológico na sua gênese. [...] (LESSA, 1996, p. 4).

As categorias centrais da ontologia do trabalho se expressam pela capacidade teleológica⁶ de transformar a natureza por meio do trabalho e a diferenciação do homem (ser humano) com a natureza (inorgânica e orgânica), o que o torna um ser que efetiva a práxis⁷. Esse processo prefigura um ser humano genérico e também atribui ao mesmo a liberdade de criação; e os objetos provenientes dessa criação incorporam o valor que lhes é atribuído nesse processo, conforme a formação social em que estão inseridos.

Por ser uma atividade auto-criativa, a práxis prefigura a realização do ser social ou ser humano-genérico por meio do alcance do reino da liberdade e da atribuição dos seguintes pressupostos: os homens precisam estar em condições de viver para fazer história, ou seja, precisam satisfazer suas necessidades naturais básicas; e a satisfação dessas necessidades requer o trabalho, produção da vida material. Após satisfeitas todas as necessidades, o homem produz novas necessidades (primeiro ato histórico) por meio da reprodução social da vida, ou seja, por meio da interconexão entre os próprios homens (LESSA, 1996).

A práxis é a atividade humana voltada para a construção da história enquanto constructo da ação criativa dos indivíduos na produção e reprodução das relações sociais complexas ligadas à existência coletiva. A práxis se configura como uma atividade humana

⁶ Capacidade humana de aferir finalidade para uma necessidade. Uma resposta previamente estabelecida na consciência para responder a uma necessidade humana própria ou incorporada (MÁRKUS, 1974).

⁷ A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, “o pensamento”) da práxis (BOTTMORE, 2012, p. 430, grifo do autor).

sensível que abrange tanto a objetividade quanto a subjetividade humana na reprodução social dos indivíduos (MACÁRIO, 2013).

Para Lukács (1983), a práxis tem um caráter subjetivo, delegado pela capacidade teleológica, e outro objetivo, que corresponde à capacidade de ação. Para ele, somente com o ser social a práxis se efetiva de fato, porque ela é determinada por meio da relação do homem com a natureza, tornando as ações humanas dotadas de sentido, de valor.

[...] Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: “formas do existir, determinações da existência” (Marx) (LUKÁCS, 1983, p. 11 -12, grifo do autor).

O ser social, para este, não pode ser dissociado da sua realidade histórica concreta, porque, apesar de formas moventes de um ser orgânico, são dotadas de historicidade. As formas de existência do ser orgânico é que definem a sociabilidade do ser social. São repletas de objetivações, que, conforme Márkus (1974), se completam, formam a essência humana. Para Lukács (1979), as objetivações são conteúdos sociais puros do ser social, necessidades naturais desse tipo de ser, que o completam e o trazem satisfação. Ou seja, as objetividades sociais pressupõem direta ou indiretamente objetividades (propriedades) naturais socialmente transformadas em objeto.

Conforme Netto (1992), para Marx, somente a ciência da história é capaz de compreender a natureza e o mundo dos homens, lugar de produção e reprodução de relações sociais excludentes que se dão por meio do trabalho alienado, já que, no capitalismo, o poder do homem sobre a natureza é utilizado de forma a produzir novas necessidades de interesse do próprio capital. O autor de *O Capital* compreende a análise da historicidade processual e contraditória implícita em uma sociedade que se apropria da capacidade teleológica do ser social, não para responder às suas objetivações, mas para atribuir valor-de-troca aos valores-de-uso produzidos pelo trabalho (NETTO, 1992).

Por meio do trabalho, o homem se aproxima do desenvolvimento de sua racionalidade, mas o desenvolvimento do trabalho na sociedade capitalista aliena o homem a ponto de ele se sentir inferior ao produto do seu trabalho, sendo, por isso, coisificado. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2001) afirmam que os homens organizam a sua existência pautados em noções materiais de reprodução social já elaboradas, conseqüentemente, o trabalho se organiza da forma como a sociabilidade humana está sendo desenvolvida, como os autores deixam claro na célebre passagem abaixo:

A primeira condição de toda a história humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos. O primeiro Estado real que encontramos é, então, constituído pela complexidade corporal desses indivíduos e as relações a que ela obriga com o resto da natureza [...].

Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir [...]. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto das condições materiais da sua produção (MARX & ENGELS, 2001, p. 10, grifo nosso).

Para os mesmos autores, os indivíduos se distinguem dos animais não apenas por sua condição corpórea, mas também pela forma de utilização desta para produção de meios que satisfaçam suas necessidades sociais provenientes do processo de reprodução da vida social. Ou seja, eles definem duas categorias importantes no processo de compreensão do ser social: a produção e a reprodução da vida. A produção é a relação direta do homem com a natureza e a reprodução compreende as relações dos homens entre si, que, conseqüentemente, derivam do processo de produção.

O homem, em troca, ao colocar uma mediação entre ele e a natureza, modifica a relação imediata, inseparável e fixa que existe no animal entre o objeto e o organismo dotado de certas condições biológicas, transformando-a numa relação mediatizada e suscetível de modificação [...] (MÁRKUS, 1974, p. 62).

Essa relação mediatizada é tratada pelos autores de A Ideologia Alemã quando se referem à reprodução. A esfera da reprodução está intimamente ligada à esfera das objetivações do ser social. A reprodução é a forma de execução ou não das objetivações primárias do ser social, como se alimentar, por exemplo, formas estas que cada vez mais se encontram reprimidas pelo sistema capitalista.

Isto significa que o ser material (orgânico) torna-se social por meio da capacidade teleológica do trabalho e, por meio desta, torna-se consciente (capaz de estabelecer relações mediatizadas). Somente as relações que este ser estabelece pela sua sociabilidade são responsáveis por sua consciência. As formas complexas de ser social surgem de uma história pré-estabelecida, de uma lógica encadeada que se materializa no plano das ideias, mas não se constrói nela (MARX e ENGELS, 2001).

O trabalho como categoria central da ontologia revela a consciência dos seres sociais, ou seja, o trabalho transforma o homem puramente biológico em social. A consciência, a teleologia, diferenciam a característica social dos homens da animalidade dos seres puramente

naturais e estas características são desenvolvidas pelo trabalho, como atividade que transforma a natureza para responder às necessidades orgânicas do ser, já que toda atividade laborativa surge em resposta a uma necessidade. O homem se torna um ser que dá respostas na medida em que se desenvolve o seu processo primário de interação da consciência.

[...] O trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais. [...]. Ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, a teleologia é um modo de pôr – posição sempre realizada por uma consciência – que, embora guiando-se e determinada direção, pode movimentar apenas séries causais [...] (LUKÁCS, 1983, p. 18-19).

Nesse trecho, Lukács traz uma definição do trabalho como produto de uma resposta consciente do ser social às suas necessidades por meio de uma consciência pré-estabelecida “versus” a causalidade como consequência espontânea de respostas irracionais de todas as formas de expressão das necessidades. A causalidade é a expressão geral de todos os movimentos naturais, enquanto que o trabalho é dotado de teleologia. Eles são contrários, porém complementares. Todas as respostas teleológicas são resultados de ações conscientes estipulados por relações causais.

“[...] a essência do trabalho humano está no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estádios são produtos da auto-atividade do homem. [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 2). O trabalho é, para o autor, a categoria principal de fundamentação do ser social, porque ele corresponde essencialmente à intermediação com a natureza, é a estrutura que conecta o ser social e natural em sua unidade complexa. O trabalho responde e dá origem a novas objetivações do ser social.

Os atos do trabalho transformam objetos naturais em objetos com valores de uso específicos próprios para responder às necessidades naturais (finalidades imediatas) e sociais (finalidades mediatas – construídas historicamente) dos seres humanos. Todo esse processo de formação do ser social por intermédio do trabalho é reconhecido por *reprodução social*. Para Lukács (2013) a reprodução social é formada pelos complexos de processos contraditórios de relações entre seres, por meio dos quais o homem se torna um ser ontologicamente distinto da natureza animal. Trata-se de uma construção histórica na qual as funções biológicas e sociais se desenvolvem na história.

[...] A reprodução, enquanto categoria ontológica, diz respeito tanto à esfera de mediações particularizadas que faz de cada movimento histórico o

momento da elevação do ser humano a patamares cada vez mais elevados de sociabilidade, como também às formas concretas, particulares, de existência das categorias universais do ser social (LESSA, 1995, p. 8).

A reprodução, proveniente da sociabilidade do trabalho, é responsável pela diferenciação de esferas ontológicas do ser que, além de manter relações conscientes entre si, mantém uma relação específica com a natureza. Para Lukács (2013), o mundo dos homens é uma nova substancialidade diferente da natureza, mas que mantém uma relação constante. Sua intenção é:

[...] buscar no próprio ser social sua lógica específica, elucidando a processualidade ontológica pela qual se eleva do ser natural o social e, no desenvolvimento de totalidades crescentemente sociabilizadas, cada vez mais distantes daquela relação originária, quase imediata, dos primeiros homens com a natureza [...] (LESSA, 1995, p. 18).

Conforme Lessa (1995), para Lukács o ser social possui três graus de existência ontologicamente distintos na reprodução social: 1) a esfera inorgânica; 2) a natureza biológica; e 3) o mundo dos homens. A esfera inorgânica representa as formas naturais; a biológica como reprodução da vida; já a esfera do mundo dos homens corresponde às características sociais do ser, decorrentes da consciência e dos processos de trabalho já explicitados anteriormente. As três esferas de existência compõem a diversidade ontológica no interior de um ser unitário.

A reprodução social subtende as relações de distinção entre as ações teleológicas e causais, bem como a expressão de valores construídos, muitas vezes, arbitrariamente. Os valores, segundo Lessa (1995), são puramente sociais e tendem a crescer na medida em que avança o processo de sociabilização. Nas relações orgânicas ou naturais os desdobramentos são repetições das condições do ambiente; já nas sociais os desdobramentos da reprodução social dependem do processo de execução do trabalho.

O ser social não perde suas características naturais, mas tem acrescida às sociais, provenientes do desenvolvimento do trabalho. Com o trabalho, de acordo com Lessa (1996), surge um complexo dinâmico de troca orgânica com a natureza. Com a reprodução social, as características puramente naturais vão assumindo conotações sociais que as impedem de se desenvolver, mas, em certas ocasiões, os instintos naturais voltam a tona, mesmo nos seres “sociabilizados”. Assim, as ações sociais tornam-se cada vez mais fortemente determinadas por mediações que nada têm de biológicas.

Esse “novo cunho ontológico”, conferido ao ser social a partir da divisão do trabalho, é ainda mais nítido na diferenciação dos homens e classes sociais. Com Marx, Lukács aponta o solo genético das classes sociais no “específico valor de uso da força de trabalho poder produzir mais do que é necessário para reproduzir a si mesma”. Portanto, as classes sociais possuem uma determinação objetiva, que pertence à própria essência do ser, dada “pelo desenvolvimento da produção, com as suas formas e limites específicos”. Esta determinação implica, entre outras coisas, que as classes só existem no interior de formações sociais específicas e que, por isso, só podem surgir e se reproduzir em relação recíproca, reflexivamente determinantes, com outras classes sociais da mesma formação (LESSA, 1995, p. 33, grifo do autor).

Lukács (2013) esclarece, na mesma direção, que, na reprodução social, os elementos sociais se sobressaem diante dos naturais, porque no processo de evolução humana, o avanço da sociabilização gera novas necessidades e novas maneiras de satisfazê-las. Isso se determina pela divisão social do trabalho⁸. A reprodução social impõe ao homem novas necessidades a serem satisfeitas pela própria reprodução. A forma de produção do trabalho enquanto mercadoria, ou seja, para além do necessário, decorre da reprodução das relações de classe capitalistas, provocando a estratificação das classes no processo de desenvolvimento da sociedade.

Esta forma de socialização do trabalho faz com que este perca a sua conotação genérica e gere novos valores sociais a serem respondidos enquanto resultado das relações sociais complexas mercantis e privadas, universalizadas pela conotação “tempo de trabalho socialmente necessário”. “[...] o valor tem determinação fundamental no trabalho em geral, ou melhor, no *quantum* de trabalho estabelecido socialmente para a produção das mercadorias [...]” (MACÁRIO, 2013, p. 185, grifo do autor). É a partir da análise do trabalho enquanto mercadoria que Marx configura a sua teoria do valor, porque nela se encontra o substrato do trabalho humano. Assim, Marx afirma que o trabalho não é o valor e sim o seu fundamento (MATTEI, 2003).

“[...] se, por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, por outro, a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. [...]” (ANTUNES, 2013, p. 8). Para Márkus (1974), as formas contraditórias de existência social como a alienação da estratificação social são fenômenos existentes em modos específicos e determinados de reprodução social, de sociabilidade.

⁸ Proveniente da divisão do trabalho por especialização de atividades e funções decorrente de uma das formas de produção capitalistas contemporânea.

Em Lukács (1979) encontra-se esta noção de apropriação do ser social para uma realidade específica de desenvolvimento da sociedade sob prismas econômicos de reprodução social, por isso, existe a necessidade de compreender a centralidade do trabalho. O trabalho, do ponto de vista ontológico, é central, porque é objetivação do ser social, mas do ponto de vista do capitalismo é central porque produz a mais-valia, a mercadoria, a alienação, o fetiche, a reificação e mantém a propriedade privada⁹.

1.1 AS FORMAS HISTÓRICAS DO TRABALHO

O trabalho acompanha a história humana porque é condição essencial de formação do ser. Knapik (2005) afirma que, historicamente, o trabalho foi visto como castigo. A palavra trabalho vem do latim *Tripalium* nome de um instrumento de tortura que forçava os escravos a trabalhar. Na bíblia, o trabalho é visto como castigo para Adão e Eva que cometeram o pecado original. O trabalho como “dignificante” é uma incorporação do modelo capitalista de produção. Historicamente, o trabalho passou por várias formas de reprodução: nas sociedades tribais ele foi desenvolvido de forma solidária e coletiva, depois ele passou pelo sistema tributário, em seguida foi desenvolvido como escravidão, servidão e, no sistema capitalista, dominante nos últimos dois séculos, como trabalho assalariado.

Essa evolução das sociedades e dos indivíduos passou por várias etapas históricas, demarcadas pela sucessão dos modos de produção (sociedade primitiva, modo de produção asiático, escravismo, feudalismo e capitalismo). No interior de cada uma dessas etapas históricas se desdobrou uma determinada relação do indivíduo com a sociedade [...] (LESSA; TONETT, 2011, p. 77).

O processo de construção da sociedade burguesa iniciou como uma forma de renovação dos padrões sociais de desenvolvimento. Uma forma de negação do projeto da igreja e construção de uma nova sociedade baseada, principalmente, na liberdade. Porém, o que ocorreu foi “[...] A redução do homem à mão-de-obra e da natureza à terra, sob o impulso da economia de mercado, transforma a História em um drama profundo no qual a sociedade, a protagonista acorrentada, finalmente, rompe seus grilhões” (POLANYI, 2000, p. 9). As bases

⁹ Características centrais da obra marxiana. Para saber mais consultar as obras *Manuscritos Economico-Filosóficos* e *O capital*.

de construção desta sociedade se fundamentam em “princípios de gabinete”, onde a massa da população pouco teve influência na execução e definição da estrutura social (Id.).

A civilização do século XIX se firmava em quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes potências. A segunda era o padrão internacional do ouro que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado auto-regulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o Estado liberal. Classificadas de um certo modo, duas dessas instituições eram econômicas, duas, políticas. Classificadas de outra maneira, duas delas eram nacionais, duas, internacionais. Entre si elas determinavam os contornos característicos da história de nossa civilização (POLANYI, 2000, p. 17).

O padrão de desenvolvimento da sociedade burguesa ou sociedade de mercado era o liberal que, como o próprio nome já diz, pauta-se no entendimento e desenvolvimento da liberdade irrestrita do mercado, tendo em vista a noção de que o crescimento econômico engendraria o crescimento social. O ideal do mercado auto-regulável abrangia a perspectiva dos liberais de que a economia de mercado, baseada na propriedade privada e na regulação econômica de grandes potências, construiria mundialmente o papel social dos países (Id.).

O processo de constituição da sociedade de mercado não se deu de forma pacífica e, muito menos, de forma homogênea. Foi difícil romper com padrões sociais de séculos, levando em consideração a existência de ideologias que sustentassem a necessidade de transformação e de construção de uma nova reprodução social, a propósito, Polanyi (2000) bem demonstra quando diz que:

[...] as origens do cataclisma repousam na tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercado auto-regulável. [...] implica, nem mais nem menos, que o equilíbrio-de-poder, o padrão-ouro e o Estado liberal, esses elementos fundamentais de civilização do século XIX, em última análise, foram todos eles modelados por uma matriz comum, o mercado auto-regulável (POLANYI, 2000, p. 46).

Para o mesmo autor, é possível verificar que “[...] trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria [...] de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia” (Ibid., p. 94).

Assim, trabalho, terra e dinheiro são as categorias que mais se desenvolvem no processo de transição para a sociedade burguesa. Esta afirmação, efetuada por Polanyi (2000), representa uma identificação fictícia para estas categorias. Na realidade a forma de utilização

destes três elementos na sociedade burguesa passou a ser: a terra, por conta da proximidade com os padrões medievais e por ela ser a fornecedora de matéria-prima para produção de produtos, que se tornam mercadorias com valor de uso e de troca para alimentar os padrões do mercado; o trabalho, como atividade primordial humana de transformação da natureza para alcançar a satisfação de suas necessidades é incorporado também como uma mercadoria que é vendida em troca do salário (dinheiro). O salário por sua vez alimenta a formação do sistema de mercado por meio da obtenção do lucro através da mais-valia.

A implantação do sistema de mercado seria inexoravelmente ligada à dominação e apropriação da natureza e do homem pelo capital. Se assim procedesse, estaria, a partir de então, instaurado o sistema capitalista de produção e reprodução social, subordinando todos os elementos sociais aos padrões de mercado.

[...] Sem escolha, a máquina obrigava-o a seguir os seus movimentos, seu ritmo, aumentando a elasticidade da força de trabalho humana em grau máximo de resistência física e psíquica. O resultado foi imediato. O trabalhador passou a conviver com saturações concretas que explicitavam o quadro negador de sua existência em suas dimensões, material e espiritual. Ao mesmo tempo, o capitalista festejava o aumento exponencial dos seus lucros, obtido por meio da expropriação do trabalho humano não pago. A mais-valia relativa passou a dominar a forma de expropriação diária do trabalho humano no mercado (BATISTA, 2014, p. 228).

A forma de trabalho do capital faz com o trabalho expropriado domine o homem e suas formas de reprodução social. Esta reprodução social pauta-se nas situações adversas diárias de contradição, abolição de sindicatos, partidos e tentativa de enfrentamento do projeto burguês. Conforme Batista (2014), a brutalidade envolvia o trabalhador no movimento de vigiar as descobertas mecânicas e vender suas forças de trabalho com a ilusão de que estão trabalhando livres das amarras do capital. Sem o trabalho, a vida humana não se reproduziria, mas quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho este se torna um esforço penoso que aprisiona e uniteraliza os indivíduos. Esta é a dupla dimensão presente no processo de trabalho sob a égide do capital.

Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista. Tal esquema de destruição foi ainda mais eficiente com a aplicação do princípio da liberdade de contrato. Na prática, isto significava que as organizações não-contratuais de parentesco, vizinhança, profissão e credo teriam que ser liquidadas, pois elas exigiam a alienação do indivíduo e restringiam, portanto, sua liberdade. Representar esse princípio como o da

não interferência, como os liberais econômicos se propunham a fazer, era expressar simplesmente um preconceito arraigado em favor de uma espécie definida de interferência, isto é, que iria destruir as relações não-contratuais entre indivíduos e impedir a sua reformulação espontânea [...] (POLANYI, 2000, p. 198).

A apropriação do trabalho pelo mercado é a mesma forma de apropriação do homem. Este deve, por meio dos princípios liberais, deixar-se dominar pelos padrões do mercado e tem como única alternativa de sobrevivência a venda de sua força de trabalho. Assim, pelos padrões liberais a valorização de outras formas de existência como a solidariedade devem ser deixadas de lado já que distanciariam o homem do principal foco de existência: o mercado.

Um enorme contingente de trabalhadores – servos e seus familiares – é expulso das terras que eles arrendavam. Na condição de abandono, destituídos de qualquer condição mínima de existência material, foram jogados as estradas. Humilhados, restava apenas uma escolha frente ao leque possível de alternativas: roubar e furtar. Essas atitudes contribuíram para criar, embrionariamente, uma quantidade significativa de bens em espécie e de objetos. Os objetos saqueados, em momentos oportunos eram trocados e transformados em espécie no mercado (BATISTA, 2014, p. 213).

A condição burguesa de organização do trabalho revolucionou não apenas a forma de trabalho, mas também a forma de vida da população. A sociedade burguesa é a mais completa e complexa organização da produção já verificada na história humana. De uma forma geral, a conotação do trabalho trazida pelo capitalismo se expressam quando Marx (1986) afirma que o homem é um animal social porque realiza o trabalho para responder às suas necessidades. Sua atividade inicial é a força material entre o homem e a natureza primeiramente pela cooperação com a divisão do trabalho; a produção gera o excedente acima do que é necessário para si e para a sociedade e a produção gera também a troca, que tem como finalidade apenas o uso. Com o aumento da divisão do trabalho o homem vai gradativamente se separando do processo produtivo até que se torna completamente alheio ao mesmo. Outro componente da evolução histórica do trabalho é a individualização do homem, mesmo que ele não produza nem reproduza na sociedade sozinho.

Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro — não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação — dos meios e do material do trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural — significa a dissolução tanto da

pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra assentada sobre a comuna oriental (MARX, 1986, p. 65).

A conotação do trabalho livre deve ser relativizada já que a liberdade é em comparação com os outros modos de produção que as pessoas não tinham alternativa, tinham que ser escravas ou servos conforme a sua posição social. No capitalismo o trabalho é considerado “livre” porque é trocado por uma quantia monetária que, em tese, vai subsidiar as necessidades do trabalhador e de sua família na troca por outros produtos do trabalho que se transformam em mercadoria. Assim:

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da auto-alienação humana. Resulta na progressiva reificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil. O pensamento fetichista transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos de coisas sociais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Esse caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeira e conduz à potencialização da exploração do trabalho a sua invisibilidade e à radicalização do séquito de suas desigualdades e as lutas contra elas consubstanciadas na *questão social*, aprofundando as fraturas que se encontram na base da crise do capital (IAMAMOTO, 2011, p. 48-49, grifo da autora).

No mundo do capital, o trabalho torna-se a principal fonte de riqueza por se tornar mais do que uma capacidade humana do ser social, torna-se uma mercadoria em que a maioria da população deve vender para sobreviver e os que a compram consomem a força de trabalho das diversas formas possíveis. O trabalho, no desenvolvimento do capital, se torna valor de uso quando é utilizado para agregar valor à mercadoria de produtos úteis para o consumo e, ainda, possui valor de troca na medida em que é comercializado com o dono dos meios de produção na luta por sobrevivência. “O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva” (MARX, 1988, p. 142).

O processo de trabalho torna-se, então, uma brutalidade não apenas na produção, mas nas relações sociais, já que a disputa por vagas é desumana, a concorrência estimulada, o desemprego tornou-se degradante, aumento de atividades insalubres e quase sem nenhuma remuneração, salários despóticos, condições insalubres, controles físicos e psicológicos dos

trabalhadores, ampliação da mais-valia absoluta e relativa, assim como a introdução de controle dos trabalhadores não apenas nas fábricas, mas nas suas vidas particulares.

O capitalismo é um sistema que se utiliza da maior característica do trabalho: seu caráter único de produção de valor. Neste sistema toda mercadoria possui valor puro e simplesmente por ser produto do trabalho humano. O trabalho é que estipula o valor da mercadoria, valor que será trocado por dinheiro. “O capital, em seu movimento de valorização, produz a sua *invisibilidade do trabalho e a banalização do humano*, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso [...]” (IAMAMOTO, 2011, p. 53, grifo da autora).

O processo de valorização no capitalismo representa a relação do homem com a natureza de forma que as condições de trabalho humano geram produtos que satisfaçam necessidades sob um rígido processo de vigilância e subordinação ao sistema capitalista. Falar de trabalho no sistema capitalista de produção e reprodução social obriga a falar de valores de uso e troca que se convertem em salários, consumo, individualização e alienação. Ou seja, a força motriz do sistema é a necessidade de a maioria da população ter que vender sua força de trabalho e tornar-se submisso ao capital para sobreviver na sociedade do consumo que relativiza, cada vez mais, os valores de uso e de troca, bem como a concepção de humanidade.

O valor de uso reafirma Antunes (2013), baseado em Marx, é um substrato do valor que a necessidade humana dá ao objeto produzido pelo trabalho incorporado pelo valor de troca que alimenta o consumo. Este valor é incorporado pela materialização do trabalhador no processo de produção, na medida em que ele transfere a sua força de trabalho para a mercadoria. Com efeito:

O trabalhador se torna tanto mais pobre, quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2013, p. 141).

A contradição da forma de trabalho no capitalismo revela a contradição entre riqueza produzida ao capital (mais-valia) e o acúmulo da miséria aos que produzem esta riqueza, o

que gera a necessidade de intervenções sociais conforme o desenvolvimento do capital, como se vai verificar no próximo capítulo. Assim:

[...] A necessidade do trabalho está inscrita num complexo que se poderia chamar de *antropológico* – indissociavelmente religioso, moral, social e econômico – que define a condição popular em sua oposição às condições privilegiadas. [...] “ocupados e entregues ao trabalho, refreiem em si mesmos os pensamentos e ocupações que teriam, estando desocupados” [...] (CASTEL, 2012, p. 228, grifo do autor).

A necessidade imperiosa desde o século XVII não é o trabalho e sim a necessidade de liberdade do trabalho. Desta forma, os homens têm necessidade de trabalhar porque é o único recurso que têm para sobreviver e garantir a sua subsistência. Toda satisfação pessoal e social deveria ser advinda do trabalho. Com a industrialização constituíram-se as bases do assalariamento estipulou-se a condição proletária e a remuneração próxima de uma renda mínima que assegurasse apenas a sobrevivência do trabalhador e de sua família e não permitisse o investimento em consumo.

O processo de instauração do trabalho na sociedade do capital, conforme Castel (2012), gerou a separação moral entre os que trabalham regularmente e os que trabalham irregularmente, a fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e racionalização do processo de trabalho regulamentada. A racionalização científica do trabalho contribuiu para a homegeneização da classe operária, para o *status* moral da formação do trabalhador, a consciência e a organização das classes operárias. Sendo assim:

[...] o salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade; depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte. Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o *status* que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como pertencimento familiar ou a inscrição numa comunidade concreta, que essa centralidade do trabalho é brutalmente recolocada em questão [...] (CASTEL, 2012, p. 496).

A sociedade salarial é construção social de determinada forma histórica que implantou valores sociais comuns, baseados na concepção de que o trabalho assalariado é o trabalho útil nessa sociedade e que tem o poder de emancipar trabalhadores das tutelas, das tradições e dos costumes de dependência. Buscava-se identificar o trabalho como uma produção externalizada para o mercado, o fundamento da cidadania econômica e a garantia da

participação na produção social. Ou seja, o objetivo era instituir a civilização do trabalho e seu *status* de qualificação da identidade social.

O distanciamento das condições objetivo-subjetivas do seu ser singular em direção à condição de ser genérico era cada vez mais emblemático. A condição de ser humano, portanto social e político, foi negada, e a maioria dos mortais passou a ser reconhecida, consciente ou não, no interior dos processos de trabalho, enquanto coisa. A condição de sujeito coisificando tornou-se a expressão máxima da negação do humano (BATISTA, 2014, p. 237).

Pelo exposto, constata-se que o trabalho na forma capitalista de desenvolvimento distancia ainda mais o ser humano-genérico da práxis, que exerce a sua capacidade teleológica para responder às suas necessidades e forma o ser individualista, competitivo, altamente explorado e especializado, reificado e fetichizado pelo mundo do consumo em sua conotação de reestruturação produtiva.

A crise que emergiu no capitalismo no final da década de 1970 inaugurou uma nova forma de existência das produções e reproduções sociais deste sistema. Instaurou o que Alves (2015) chama de “trinta anos perversos” em que o sistema assumiu um “status” global, marcando um processo civilizatório com inúmeras inovações organizacionais, tecnológicas e sociais. Entre elas a incorporação da manipulação da subjetividade da sociedade em geral, acompanhadas da desregulamentação financeira e liberação do capital conforme os parâmetros do neoliberalismo que vinham adentrando a sociedade em geral.

A reestruturação produtiva, enquanto estratégia de restaurar o capital em face de sua crise a partir dos anos 1970 e como forma de organização do mundo do trabalho, instaura modelos produtivos racionais para a execução do trabalho no mundo capitalista. O Toyotismo é o exemplo mais recente da ideologia orgânica do processo de produção capitalista e mundialização do capital por meio de suas inovações tecnológicas e sócio-metabólicas.

[...] as crises são racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável, que vem gerando graves desastres ambientais e humanos na maximização das relações entre o capital e o trabalho, que são mediadas pelas escolhas tecnológicas, e pelas formas organizacionais (HARVEY, 2011, p. 86).

A ideologia pós-moderna, com toda a sua valorização das individualidades, acompanhou estas mudanças tomando conta do pensamento moral da época e ganhando espaço hegemônico no imaginário da sociedade, condensando o “processo civilizatório do

capital” (ALVES, 2015, p. 1) que não levava mais em consideração a luta de classes e instaurou a precarização do homem-que-trabalha com constantes déficits de sua saúde em virtude do aumento da carga de trabalho.

Para Alves (2015) a classe-que-vive-do-trabalho ampliou-se em condições explícitas para o precariado como uma nova camada social essencial para a existência da forma global de capitalismo contemporâneo. Tudo isso associado ao desenvolvimento regional desigual do capitalismo em que a concentração de produção e poder também tornou-se geograficamente concentrada, assim como a renda, constituindo “novas geografias de acumulação do capital”, tendo como exemplo a ascensão econômica chinesa.

Esse fenômeno representa o que conhecemos como mundialização do capital, tornando o sistema mais forte e heterogêneo, com amplitude completa sobre os países mais e menos desenvolvidos. Os países que representavam o topo do poder econômico entram em crise e os que vinham tentando ascender assumem papel de destaque, com isso, a autovalorização do capital também vai perdendo espaço e para recuperá-lo a saída encontrada pelo sistema é a financeirização do capital, investimento no capital especulativo.

Na verdade, sob a crise estrutural do capital, a produção de valor descolou-se do processo de valorização efetivo. Num cenário de superprodução/sobreacumulação/subconsumo, a dinâmica capitalista não consegue operar efetivamente a produção de valor (D-M-D’), mantendo, deste modo, o processo de valorização sob a forma fictícia (ALVES, 2015, p. 4).

O capital especulativo não retira o investimento na produção de mercadorias, afinal este é o sustentáculo do sistema, ele apenas muda a forma com que isso ocorre. Desenvolve-se, então, uma nova forma de valorização do capital produzido no processo clássico de produção. A riqueza produzida é ainda mais valorizada com o aumento da exploração do trabalhador e diminuição dos postos de trabalho, a conquista de novos mercados por meio da globalização intensifica o processo de “camuflagem” da concentração de renda e poder, é o que Alves (2015) chama de “auto-valorização do valor”.

Essa nova configuração do mercado cria novas formas de exploração do trabalhador como o trabalho informal e seus diversos tipos que, para Antunes (2011), é o reflexo da desconstrução do trabalho e a ampliação de seus modos de precarização em escala global, já que é uma tendência no mundo todo, principalmente nos países de economia “emergente”. A

análise de Antunes (2011) é que os imperativos do capital tornam o trabalho cada vez mais explorado e intensificado, destituídos de direitos sob pena do desemprego estrutural.

O labor qualificado torna-se reduzido aos trabalhos instáveis, flexíveis e enfileirando os “bolsões de desempregados” em busca do agora tão sonhado trabalho assalariado. Ou seja, esta nova forma de capitalismo emoldura o trabalho informal e ratifica a ruptura com os laços de contratação e regulamentação do trabalho, tornando a exploração do trabalhador ainda mais evidente.

Essa nova forma de organização industrial aprimora o relacionamento entre o capital e o trabalho por meio do advento de um trabalhador qualificado, participativo, multifuncional, polivalente e especializado. Em 1973 desenvolveram-se os esboços desse novo regime de acumulação flexível por meio da reorganização das formas de acumulação e dominação. Em meio a este processo houve também a divisão de mercados, desemprego, divisão global do trabalho, fechamento de plantas industriais, reorganização financeira e tecnológica de todo sistema de produção do capital.

Tudo isso instituído por intermédio da crise do baixo consumo e do processo de reorganização do capital, implantação do seu sistema ideológico (neoliberalismo), privatização das ações estatais, desregulamentação de direitos e tentativa de fazer a fase do capital instituída se desenvolver (ANTUNES, 2006). Além disso, destaca-se o grande investimento em ciência e tecnologia para incrementar os processos de trabalho.

O modelo se baseia em fatores como: implantação de métodos participativos nas empresas, *Just in time*, kaban, subcontratação, terceirização, liofilização, descentralização produtiva, desverticalização, células produtivas, programas de participação nos lucros, investimento na subjetividade do trabalhador; sindicalismo de empresa, ampliação do trabalho em equipe, redução de direitos sociais, metas de produção, mecanismos de individualização de relações de trabalho, divisão sexual do trabalho (menores condições de trabalho para mulheres, mesmo com a sua maior participação); ampliação do trabalho improdutivo (setor de serviços), menos tempo de trabalho com aumento da produtividade. O modelo toyotista se adapta às particularidades de cada país, devido ao disciplinamento da força de trabalho, à racionalização do processo produtivo, à maquinaria automatizada e aos trabalhadores multifuncionais, o que, por sua vez, gera desemprego estrutural com a eliminação de cargos (ANTUNES, 2006).

Além dessas características percebe-se a existência do trabalhador polivalente, remuneração variável, aumento de doenças do trabalho, transferência do local de trabalho da fábrica para o domicílio, tempo de trabalho rigorosamente controlado, impedimento dos desperdícios, redução da força de trabalho, Círculos de Controle de Qualidade (CQC'S), ampliação das inovações tecnológicas – automação, descentralização, superexploração do trabalho e ampliação do setor de serviços (ANTUNES, 2006).

Esses processos de trabalho imprimem o que Antunes (2006) chama de “emergência do sistema de mediações de segunda ordem”, que decorrem com o advento do sistema do capital onde há a separação alienada do trabalhador dos meios de produção, a diminuição do trabalhador em detrimento do seu papel na produção, a radical separação entre os que controlam e os que produzem e a divisão social hierárquica do trabalho. Além de tendências à diminuição de postos de trabalho estáveis, substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, defesa da satisfação do consumidor, aumento do estranhamento do trabalhador em relação ao sentido do seu trabalho e de sua relevância no mundo produtivo.

[...] Os tempos atuais, muitas vezes, são vistos de forma oposta àquelas imagens e cenas dos “Tempos Modernos” cujo principal protagonista – Chaplin – aparece como uma peça na imensa engrenagem da maquinaria, que o exauria a ponto de transformá-lo num autômato, repetidor de gestos e comandos. As imagens veiculadas ao se reportarem tão somente ao desemprego e à exclusão social, encobrem a realidade do trabalho e dos trabalhadores sob o véu da ideologia do chamado neoliberalismo, que desloca o trabalho do núcleo central que ele ocupa na vida dos indivíduos para os pontos periféricos ou mesmo situados à margem da realidade social. Segundo essa visão, o trabalho, hoje, teria perdido sua centralidade e, cada vez mais, milhões de pessoas são condenadas à condição de supérfluos, de descartáveis pelo sistema global do capital em escala mundial (ANTUNES & SILVA, 2010, p. 8, grifo do autor).

O trabalho na contemporaneidade assume conotações específicas que englobam a perspectiva de alienação em que o homem se reifica cada vez mais diante do seu trabalho e do produto deste. Tornando-o dependente da forma de vida instituída pelo capitalismo, que faz com que, não apenas as formas de trabalho, mas os valores humanos estejam tornando-se descartáveis.

[...] Desenvolve-se uma nova intenção complexa entre trabalho vivo e trabalho morto, entre a subjetividade laborativa em sua dimensão cognitiva e o universo tecnocientífico. Nos dias atuais, as mudanças operadas no mundo da produção e do trabalho vêm confirmando as assertivas marxianas. Se para alguns autores, trata-se, equivocadamente, do fim do trabalho, para outros, o trabalho ocupa dimensão central nas formas de (des)sociabilidade contemporânea [...] (ANTUNES; SILVA, 2010, p. 9).

Assim, as relações de trabalho se complexificam na medida em que o capitalismo avança, o que torna as relações e a classe-que-vive-do-seu-trabalho¹⁰ mais diversificadas, torna o trabalho central na expansão da forma social de reprodução valorativa do trabalho alienado e permite que as relações sociais sejam mais submissas ao desenvolvimento do trabalho.

A classe de trabalhadores inclui os que vendem sua força de trabalho tanto no trabalho produtivo (em que oferece uma mercadoria como produto a ser consumido) quanto no trabalho improdutivo (em que o que é consumido é o próprio trabalho). “[...] ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado [...]” (ANTUNES, 2008, p. 8). O trabalho improdutivo é o consumido como valor de uso e não enquanto trabalho que cria o valor de troca (mais-valia) – formas de trabalho utilizadas como serviços necessárias para o desenvolvimento do sistema.

[...] uma coisa é conceber, com a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo social, o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado e alienado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador (ANTUNES, 2008, p. 12).

O trabalho, independente da forma que assume, pode se metamorfosear porque, como já foi visto, é a representação legítima do ser social e enquanto existir vida humana, existirá o trabalho. No processo atual de reprodução do capital e do trabalho, ele se manifesta nas diversificadas formas de produção. A incorporação da ciência no processo produtivo não sobrepõe o valor do trabalho, tendo em vista que ela é um instrumento do trabalho, pois a ciência amplia o valor do trabalho e impera na complexificação do processo produtivo (ANTUNES, 2008).

Desse modo, a alienação do trabalho encontra-se, em sua essência, preservada. Ainda que fenomenicamente minimizada pela redução da separação entre a elaboração e execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas de ponta é a expressão de uma existência inautêntica e estranhada [...] (ANTUNES, 2006, p. 16).

¹⁰ Expressão discutida por Antunes no livro *Os sentidos do Trabalho* (2006).

Constata-se que os fundamentos do trabalho alienado e explorado no capitalismo ainda existem da mesma forma como no surgimento dessa forma de produção e reprodução social, no entanto com características específicas e com a alienação mais forte, ainda assim menos perceptível para a massa que, muitas vezes, não compreende porquê não gosta de desenvolver atividades de trabalho.

“[...] uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho [...]” (ANTUNES, 2006, p. 18). Na realidade o trabalho ultrapassou o sentido da vida e o valor maior que se determina nesta relação passa a ser o trabalho e não as outras necessidades do ser social. Este valor tornou-se amplo devido às várias formas de inserção do trabalho assalariado, conseqüentemente explorado, de forma flexibilizada na vida social cotidiana. Ou seja, “[...] o trabalho que estrutura o capital, desestrutura o ser social” (ANTUNES, 2006, p. 19).

Para se compreender o trabalho deve-se verificá-lo conforme a produção social em que está se desenvolvendo. O trabalho como atividade humana fundamental é transversal à história da produção e reprodução social, por mais que ele seja apropriado pelo capital ele não muda sua forma, sua natureza, mas é incorporado de tal forma que o faz ser dependente do capital.

O trabalho, visto ontologicamente, é parte integrante do desenvolvimento humano, porém, da forma como é desenvolvido no capitalismo desqualifica o sentido humano e as suas outras necessidades que compõem as objetivações ou a práxis social do ser social. Na medida em que o trabalho amplia o seu valor, o ser humano diminui o seu, isso desumaniza as relações sociais e fazem o trabalho assumir um sentido maior do que o que deveria na vida dos seres sociais.

Nesse contexto, em que o trabalho é apropriado pelo capital tornando-se trabalho assalariado, encontra-se uma discussão importante a ser desenvolvida nesta pesquisa, que envolve o salário como retribuição, como troca, do valor de uso do trabalho enquanto capacidade humana. Para Marx (1865) o salário é a forma de pagamento dos trabalhadores no capitalismo pelo uso de sua força de trabalho enquanto capacidade criadora de outros valores de uso. Ocorre que o volume do salário não é de natureza constante, baseia-se na lei da economia que rege a manutenção do trabalhador e de sua família, ou seja, o preço da mercadoria é estipulado pelo valor do salário.

O salário é a redução do valor de troca a uma expressão comum: o *preço da utilização da força de trabalho*, que, por sua vez, não é uma criação das relações capitalistas (MARX, 1865). A forma de troca baseada na produção já era uma constante nas relações societárias anteriores, o salário tem sua cristalização no valor da mercadoria.

Por isso, Bottomore (2012) afirma que, no contexto do capital, o salário torna-se *uma renda enganosa* uma vez que ela somente é paga após um dia de execução do trabalho, mas não corresponde a todo esse período. Esta forma ilusória é a que se esconde por trás do mecanismo de exploração do trabalho.

“O caráter ilusório do salário deriva do fato de que a condição sob a qual ele é pago é o assentimento em realizar uma certa quantidade de trabalho, ao passo que o que realmente está sendo comprado e vendido é a força de trabalho do operário. [...]” (MARX apud BOTTOMORE, 2012, p. 331). O valor da mercadoria é definido conforme a quantidade de força de trabalho desperdiçada em sua produção, o lucro, por sua vez, é obtido através da venda da mercadoria somado ao valor de trabalho não pago ao trabalhador, descontando-se o valor gasto para manutenção e compra de máquinas e matérias-primas. Assim, para Marx (1865), os salários se modificam em valores opostos aos lucros, quando um cresce o outro reduz e isso influencia o valor da mercadoria:

[...] O dinheiro não é mais do que a forma modificada destes meios de subsistência; mal o recebe, o operário converte-o de novo em meios de subsistência. [...] é um processo que não conserva nenhuma relação *direta* com o processo imediato de produção, mais exatamente com o processo de trabalho; antes se efetua à margem do mesmo. [...] *a capacidade viva de trabalho*, que gera valor e que, como elemento que produz valores, pode ser maior ou menos, pode representar-se como grandeza variável, e em geral, em todas as circunstâncias, só entra no processo produtivo como seu fator apenas como grandeza *fluida*, em devir, embora encerrada dentro de limites diversos. [...] (MARX, 2004, p. 49, grifo do autor).

O salário tem o seu caráter ilusório porque o seu valor enquanto moeda de troca (dinheiro) torna-se ínfimo diante das necessidades do trabalhador enquanto ser humano e de sua família. Este produz em troca de ressarcimento de suas necessidades e de sua família, porém o dinheiro recebido pela utilização da sua força de trabalho é consumido pelas diversas necessidades muitas delas não satisfeitas.

[...] Ainda que só se pague uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que este trabalho não remunerado ou sobre-trabalho seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica provado que todo trabalho não é trabalho pago. Esta

aparência enganosa distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas do trabalho. Dentro do sistema do salariado, até o trabalho não remunerado parece trabalho pago [...] (MARX, 1865, p. 18).

Assim, compreende-se que o salário, de uma forma geral, corresponde à manutenção do trabalhador e de sua reprodução social, de toda maneira Marx afirma que o salário é inversamente proporcional ao valor da força de trabalho, ou seja, quanto maior o salário menos se paga pela força de trabalho, gerando mais exploração e, conseqüentemente, mais lucro ao capitalista, uma vez que “o objetivo da acumulação capitalista é a extração cada vez maior de mais-valia” (BOTTOMORE, 2012, p. 332). Salário e lucro são grandezas inversamente proporcionais.

O trabalho, apropriado historicamente conforme a reprodução social e histórica, está em uma fase que compreende uma série de desigualdades: produz muito mais mercadorias do que as necessidades da população; não permite que o trabalhador se aproprie do fruto do seu trabalho; não estimula o desenvolvimento da racionalidade e da práxis humanas, não objetiva o ser social e a remuneração não é condizente com o dispêndio da força de trabalho dos que o executam. Porém, quando formalizado, permite que o trabalhador tenha direitos que o protegem da tendência aviltante do capitalismo e ainda que, em sua conotação informal, permite que o trabalhador consuma minimamente para suas necessidades, com isso, se sinta pertencente ao modo de reprodução social em que está inserido. Isto faz com que o trabalho seja um desejo para muitos cidadãos que a ele não tem acesso e que, por isso, dependem da Política Social para sobreviver, conforme se verificará nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 – A PARTICULARIZAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DE BEM-ESTAR E DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

Este capítulo traz um breve retrospecto da constituição histórica e conceitual da Política Social na Europa e no Brasil, tendo em vista que a forma com que fora realizada a Política Social na Europa serviu de base para os parâmetros teóricos de análise deste trabalho e para a própria constituição desta no Brasil. É necessário que se compreenda que são duas realidades muito diferentes, com ações e resultados diferentes, utilizadas, nesta dissertação, como referência analítica.

Para Yazbek (1999) as Políticas Sociais são mediações entre o Estado e as necessidades da sociedade, nelas a forma de gestão tem grande influência na configuração da identidade dos beneficiários. São ações públicas que se direcionam para problemas decorrentes da desigualdade social, às vezes até as agravando, concretizando atendimento às necessidades humanas provenientes de formas de sociabilidade. Pereira (2011) traduz com acerto a complexa definição de Política Social, como sendo:

[...] produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital X trabalho, Estado X sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania. [...] Se apresenta como um conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade (como entendem as teorias funcionalistas). Por isso, tal política jamais poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe. Na realidade, ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiando interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalecente. É isso que torna a Política Social dialeticamente contraditória. E é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor (PEREIRA, 2011, p. 166).

As Políticas Sociais representam um meio possível e legitimado para garantir direitos sociais de cidadania, por isso não devem ser vistas como uma mediação unilateral. É uma forma de garantir a sobrevivência de determinada situação que se encontra em desvantagem no sistema de reprodução social. Política Social é um gênero de Política Pública que, por ser uma ação direcionada para interesses sociais, tem relação direta com a perspectiva ampla de ação do Estado em favor da sociedade, por isso é pública. Além disso, visa atender demandas sociais legítimas emitidas em condutas e comportamentos ao intervir em uma dada realidade, assim varia conforme o tempo e o espaço (PEREIRA, 2009).

Para Pereira (2011) o que chama atenção da relação entre os termos “política”, “público” e “social” é a percepção de que a indicação de política pura e simplesmente, ou de política pública como ação em favor da sociedade, não contempla mais a efetiva relação com o social, com a perspectiva coletiva da ação estatal. Conceitua de uma forma geral que a Política Social é a materialização de direitos sociais em resposta às necessidades humanas e à cidadania ampliada.

Por isso, a Política Social pode assumir vários papéis. A referida autora afirma que a Política Social pode ser considerada uma disciplina específica das ciências sociais para contribuir com o conhecimento sobre a ação do Estado (*policy science*); ou uma ação propriamente dita pautada nos princípios da cidadania (*policy*); ou ação do Estado como um todo; ou o que se conhece como Política Pública (*potics*).

A Política Social por não ser só uma forma de regulação, mas um processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre interesses contrários, predominantemente de classes, tem se colocado, como mostra a história, a serviço de quem maior domínio exercer sobre ela. É por isso que – vale insistir –, dependendo dos regimes políticos prevaletentes, da organização das classes dominadas e dos paradigmas teóricos em vigência, a Política Social pode representar ganhos para os dominados e, ao mesmo tempo, constituir para estes um meio de fortalecimento de poder político. [...] (Ibid., p. 97).

As Políticas Sociais remetem a ações complexas, multifacetadas, contraditórias e relacionais que são realizadas conforme o desenvolvimento das relações sociais. Por isso, Pereira concorda com a análise de Titmuss (apud PEREIRA, 2011) de que a Política Social contempla ingerências econômicas e políticas engendradas em contextos de mudanças estruturais e históricas.

Políticas Públicas são condizentes com a forma com que o Estado gere suas ações. Diante disso, faz-se necessário que as principais formas de Estado sejam enumeradas. “[...] embora a Política Pública seja regulada e frequentemente provida pelo Estado, ela também engloba demandas, escolhas e decisões privadas, podendo (e devendo) ser controlada pelos cidadãos. [...]” (PEREIRA, 2011, p. 174). Para a mesma autora, o que define a Política Pública é o seu caráter universal e o que a define social é o caráter direcionado para um fator específico de atenção, voltado para materialização dos direitos de cidadania dos pobres diante da relação excludente de apropriação do trabalho pelo sistema capitalista.

As primeiras formas de Políticas Sociais remetem ao atendimento das situações que advinham da pobreza extrema causada nos primórdios do sistema capitalista. A primeira

forma institucionalizada de atenção ao pauperismo, que não representava Política Social, mas foi historicamente importante, chamava-se de Lei dos Pobres ou *Poor Law* – alternativas ao pauperismo do século XIV decorrente da transição do processo de produção feudal para o burguês.

Este processo gerou escasses na produção, concentração de renda e a miséria da maioria da população que não tinha “utilidade laboral”. Para Pereira (2011), esta forma de assistência à pobreza deu início à relação conturbada entre trabalho e Política Social. Nesse período, conforme Castel (2012) e Pereira (2011), a pobreza era atendida conforme o princípio da menor elegibilidade em que somente eram atendidos os que eram incapazes para o trabalho e de forma mínima. Além desta alternativa, desenvolveu-se o *Statute of Labour* com o objetivo de controlar a mendicância e obrigar os capazes de trabalhar a fazê-lo sob pena de duras punições, entre elas a morte.

Os pobres também eram abrigados nas *Poor Houses*, em que eram classificados como capazes ou incapazes. Este conjunto de ações foi denominado Sistema *Speenhamland*, era direcionado aos “inenpregáveis, inúteis para o mundo” (CASTEL, 2012), porque inúteis para o trabalho, alvo de desqualificação social, considerados biltres, parasitas, indolentes, sem a mínima dignidade e culpabilizados, individualmente, por sua condição.

Porém, a miséria denunciava o fracasso do sistema libertário que era difundido e, por isso, a assistência sempre foi direcionada como responsabilidade individual já que “[...] a condenação do vagabundo é o caminho mais curto entre a impossibilidade de suportar uma situação e a impossibilidade de transformá-la profundamente” (CASTEL, 2012, p. 136-137). Assim, o Estado foi se inserindo no atendimento à pobreza, ainda identifica-se resquícios do pensamento deste período até os dias atuais.

Evidências empíricas têm mostrado que o Estado não se afastou por completo do processo de regulação da força e das condições de trabalho; da realização de ações no campo da saúde e da educação; de intervenções ativas por meio de transferências de renda e de controle da pobreza, dentre várias ingerências. Isso significa que, mal ou bem, há ações institucionalizadas para prover rendas básicas, ou mínimas, e atender requerimentos sociais que os cidadãos não abrem mão, inclusive no chamado Terceiro Mundo. Tudo isso pode não reeditar a noção clássica de *welfare state*; mas não retira do Estado funções sociais históricas de gestão e distribuição direta ou indireta de benefícios e serviços, que ainda se fazem presentes em quase todos os contextos nacionais (PEREIRA, 2011, p. 204, grifo do autor).

Não se pode deixar de analisar a função e o papel do Estado nesse processo. A forma de Estado que mais garantiu acesso às Políticas Sociais e aos direitos de cidadania foi o que se considerou Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*. Porém, esta forma de Estado não se desenvolveu tão tranquilamente na história. Para Pochmann (2004), a emergência do Estado de Bem-Estar Social na Europa está diretamente ligada à crise da concepção liberal clássica de Estado, num processo temporário de desmercadorização da sociedade capitalista conduzido por fortes pressões sociais e organizada por um novo tipo de Estado. O Estado liberal surgiu como oposição ao absolutismo e instaurou o mercado como responsável pela resposta às necessidades humanas. Preza o individualismo, os direitos naturais e o livre exercício do mercado, bem como o sentimento humanitário.

O liberalismo surgiu na Inglaterra como resposta a intolerância religiosa em busca de limitar o poder do rei e da igreja. A revolução francesa (século XVIII) fez eclodir ainda mais os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que fez difundir amplamente os ideais liberais pelo mundo. Na Inglaterra, a revolução contra o poder absolutista foi considerada uma vitória para o povo inglês, enquanto que na França foi considerada uma vitória para a humanidade, tendo em vista que a Declaração Universal dos Direitos do Homem surgiu desta iniciativa.

Couto (2010) elenca três funções sociais do Estado Liberal: defesa contra outras nações; propiciar a justiça, sendo que esta justiça é contra a opressão de outros homens, garantindo os direitos civis e políticos, já que a exploração do sistema capitalista não é considerada injusta pelos liberais, ao contrário esta é o motor da economia capitalista e os problemas que esta apresenta serão resolvidos com o livre funcionamento da mesma. A função do Estado é “criar e manter organismos que sejam úteis ao bem comum e que, por sua natureza, não podem ser criados por particulares, pois seu lucro jamais poderia reembolsar-lhes as despesas” (COUTO, 2010, p. 62). Ou seja, o Estado não poderia ter lucro e deveria deixar o mercado ter esse lucro por meio da prestação dos serviços necessários à sociedade.

“No ideário liberal, dois conceitos são centrais: o de autonomia e o de liberdade” (COUTO, 2010, p. 39). Autonomia e liberdade para o homem escolher o que pretende e como pretende seguir a sua vida. O conceito de liberdade abrange a liberdade negativa (liberdade individual, defesa contra as interferências do Estado) e a positiva (liberdade de decidir, de ser autônomo diante das escolhas e exigências individuais diante de um todo). “Se na liberdade negativa deve-se indagar o que significa ser livre para os indivíduos isoladamente, na positiva

a indagação é: o que significa para o indivíduo ser livre como um membro de um todo?” (Ibid., p. 40).

A concepção de democracia foi sendo incorporada pelos liberais de forma gradativa, tendo em vista que estes tinham medo de que o poder tirano fosse substituído pelo poder da *vontade geral*. No liberalismo somente quem poderia ter direitos era quem tinha propriedade para exercer sua liberdade sem ser corrompido. Assim, o liberalismo defende o capitalismo e a democracia, já que estes se tornaram condições favoráveis a sua existência e consolidação.

Na sua forma original, as ideias liberais contêm a centralidade do individualismo e da não-intervenção do Estado perante situações adversas enfrentadas pelos homens. As intervenções nesse patamar são consideradas danosas e ferem os princípios basilares do liberalismo clássico (COUTO, 2010, p. 44).

No entanto, as ideias do liberalismo clássico tiveram que ser reajustadas tendo em vista uma difusão de ideais socialistas na sociedade provenientes dos movimentos operários do século XIX, passando pela Revolução Russa em 1917, com o crescimento da apresentação de vários projetos que representavam uma alternativa para a superação do capitalismo.

Para Lima e Silva (2010), o liberalismo prega que os principais problemas de gastos públicos são direcionados para o âmbito social e, por isso, deve-se atribuí-los à justiça de mercado. O mercado, por sua vez, deve responder às exigências da sociedade por meio de alocação de recursos conforme o mérito e/ou a responsabilidade individual contra a chamada justiça reparatória e distributiva, em que o principal alocador de recursos é o Estado.

Em contrapartida, surgiu o ideal de Keynes, afirmando que o Estado deveria intervir na economia para regulá-la e cobrar impostos para o investimento social. Estas, por sua vez, eram consideradas liberais socialistas, tendo em vista que pregava a eficiência econômica e a busca por Justiça Social e liberdade individual, conjugando a intervenção estatal com a preservação da liberdade individual e a justiça social.

Keynes propõe que o Estado tenha um papel ativo não só na economia como em programas sociais, buscando incidir na grave crise que a sociedade enfrentava, estabelecendo, com essa proposta, relação com as ideias defendidas pelos socialistas. Mas preserva a noção de liberdade individual, tão cara ao liberalismo, como patamar a ser conservado, mesmo pela intervenção do Estado (COUTO, 2010, p. 45).

O capitalismo é o cenário de pensamento, luta e aquisição desses direitos, tendo em vista que estes são um produto social histórico do desenvolvimento deste sistema. Couto

(2010) reitera que os direitos políticos foram utilizados pelos liberais como forma de desvincular as articulações dos trabalhadores que estavam se organizando. “A democracia é entendida como sistema competente para controlar as ações do Estado, pois é na órbita pública que são possíveis as corrupções” (COUTO, 2010, p.62-63).

A partir da década de 1970, o capitalismo ocidental passou por uma crise que derrubou a taxa de lucros e, conseqüentemente, os pilares econômicos que sustentavam o sistema. Isso também impulsionou a crítica ao modelo de Estado de bem estar social, uma vez que este era acusado de excesso de poder sobre o mercado e à sociedade, “Estado este que, ao transgredir o princípio da liberdade individual, teria criado condições objetivas de desestímulo aos homens para o trabalho produtivo, uma vez que acabavam escolhendo viver sob as benesses do aparelho estatal do que trabalhar” (COUTO, 2010, p. 69). O Estado deveria investir mínimamente no social para máximizá-los os lucros do capital.

“As Políticas Sociais retomam seu caráter liberal residual; a questão da garantia dos direitos volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado” (COUTO, 2010, p. 70). Isso ocasionou conseqüências como: a diminuição de ações estatais para com o social; agravamento da crise do desemprego estrutural; diminuição dos direitos sociais; enfraquecimento de ações coletivas, sindicatos, movimentos sociais; cultura privatista de atenção social; política emergencial e valorização exacerbada do assistencialismo e da solidariedade, na lógica de concessão e não de direito.

O ajuste proposto a partir das orientações teóricas neoliberais recoloca a questão dos direitos sociais como um problema a ser enfrentado pela sociedade. Para além das dificuldades de financiamento das Políticas Sociais, tão discutidas nestes tempos, retoma-se a discussão da concepção, uma vez que nas políticas residuais à pobreza e às desigualdades sociais voltam a ser entendidas como distorções que serão corrigidas pelo livre desenvolvimento da economia (COUTO, 2010, p. 72).

Os pilares para o desenvolvimento neoliberal se definem como a reversão das nacionalizações, a desregulamentação dos direitos sociais e a particularização, ou mais claramente, a mercadorização da proteção social. Assim os direitos individuais novamente tomam destaque em detrimento dos sociais, causando a desvalorização de ações de política sociais, restando apenas ações focalizadas. Os que podem comprar do mercado e os que não podem ficam dependendo da “bondade” social.

Pochman (2004) afirma também que o Estado de Bem-estar possui três variações: a pós-liberal, em que a proteção deveria ser garantida apenas aos mais pobres, incapazes de sobreviver numa sociedade competitiva; a corporativa, na qual a proteção deveria ser garantida a um grupo específico; e a socialdemocrata, que se pautaria na redistribuição de renda por meio de uma estrutura secundária, com transferência dos recursos dos mais ricos para os mais pobres por meio de uma lógica tributária.

As Políticas Sociais sofreram um retrocesso na análise após a crise do Estado de Bem-estar social e seus padrões Keynesianos. A pobreza avançou no mundo todo e as alternativas que foram encontradas buscavam aliar o crescimento econômico e social, sendo mais medidas paliativas do que estruturalmente eficazes (PONTES, 2013). O destaque para essa nova fase desenvolve-se no que se chama “linha da pobreza”, uma forma encontrada como alternativa neoliberal de gerir Políticas Sociais focalizadas para os extremamente pobres. Os valores trazidos por outro fator social-mercantil, a globalização, influenciaram uma avaliação mitigadora contra os direitos humanos e sociais porque estes seriam os responsáveis pelo descontrole do gasto público.

O Estado, ao lado dos mercados, tem-se constituído numa das estruturas mais afetadas; porém, não em seu permanente papel de financiador da reprodução do capital, mas em sua dimensão de instância destinada a criar e manter garantias compensatórias das assimetrias do mercado, sob o discurso de justiça social. Todavia, é válido recordar que as experiências do Estado de bem-estar têm reduzido este panorama em alguns poucos países, sem, no entanto, ultrapassar as fronteiras do capitalismo desenvolvido. No caso dos países latino-americanos, que não tiveram a oportunidade de contemplar a melhor face do Estado de Bem-Estar, foi o contrário que se deu. Reduzir o pouco que foi alcançado poderia soar como uma tragédia social, com um incontrolável aumento da miséria (PONTES, 2013, p. 18).

As Políticas Sociais ganharam densidade social na forma de gestão pública conhecida como Estado de Bem-Estar Social, que se consolidou no século XX como instituição responsável pelo desenvolvimento de ações de atendimento às necessidades geradas pelo capitalismo industrial e às lutas dos trabalhadores pela ampliação de direitos civis, políticos e sociais. Mas estas não são sinônimo de Estado de Bem-Estar Social, mas sim têm relação direta com esse modelo, mantendo estreita afinidade. Elas o antecedem e o sucedem. São extensões de Políticas Públicas, com uma conotação específica que remete às tensões entre os processos do Estado e sociedade e, principalmente, na tensão entre capital e trabalho.

O Estado de Bem-Estar Social fortaleceu a ação pública (Políticas Públicas) e implantou sistemas de proteção social como resposta aos conflitos sociais gerados pelo desenvolvimento do capitalismo em sua fase predominantemente industrial com uma conquista popular de direitos no século XX, esboçados no século XIX. “[...] Por isso, é válido pensar que a legitimação do seguro social pelo Estado significou a inauguração de uma prática que se faz presente até hoje, de tratar a Política Social como direito requerido pela sociedade e incorporado pelos poderes públicos” (PEREIRA, 2011, p. 61).

O desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social representou um momento de reconhecimento das necessidades sociais pelas autoridades no atendimento à pobreza gerada com o desenvolvimento predatório do capital. Assim, o Estado teria que garantir a proteção do trabalhador contra mortes, envelhecimento, invalidez e contingências sociais. Porém, nem sempre o atendimento à pobreza se deu por intermédio de proteção social estatal. Para Thomé (2013), o Estado de Bem-Estar Social Europeu é a expressão máxima de um modelo denominado social-democracia, em que a ação estatal volta-se para a ampliação dos direitos da classe trabalhadora reconhecendo o capitalismo enquanto sistema econômico. Nesse contexto, conforme Thomé (2013), ao Estado caberia o papel de mediador das relações estabelecidas entre o capital e o trabalho com o intuito de reduzir a exposição dos trabalhadores às interpéries do mercado e às formas como a pobreza, a mendicância e a incapacidade para o trabalho.

O reconhecimento, mesmo que embrionário, pelos alicerces do Estado capitalista dos direitos sociais configurou uma conquista histórica para os trabalhadores, mas também representou uma forma do sistema de mercado continuar imperando ideologicamente para lidar com os fenômenos fundamentais como formação e Estados-nações, desenvolvimento de democracias de massas e o avanço do capitalismo. Pereira (2011) afirma que o Estado de Bem-estar é uma instituição social contraditória porque nasce na esfera do capital para garantir a sua auto-sustentação, mas desenvolve matizes sociais, históricas e econômicas que favorecem a proteção social por meio da garantia de direitos e consolidação da cidadania.

Ele se desenvolve conforme uma posição mista de interesses garantindo o gerenciamento de políticas de pleno emprego, benefícios e serviços como seguro social obrigatório, leis de proteção ao trabalho, salários mínimos, ampliação de instituições e serviços de saúde sem alterar a ordem burguesa. Porém, essas iniciativas foram extremamente positivas para a classe trabalhadora. O paradigma dominante do Estado de Bem-Estar Social

tem inspirações teóricas, políticas e ideológicas diferenciadas e complementares, os grandes intelectuais representantes dessa influência foram: John Maynard Keynes, com os princípios de regulação econômica e social; William Beveridge, com seu relatório sobre Seguridade Social; e Marshall com sua teoria trifacetada de cidadania embasada na garantia dos direitos.

Keynes defende que o equilíbrio do mercado não está na auto-regulação proposta por Smith e Ricardo, mas na ação do Estado. Ele ataca severamente o ideário liberal de não interferência estatal, no entanto suas ideias não são socialistas. Para ele o Estado teria o dever de intervir na economia para garantir a rotatividade do mercado, a estrutura e a nacionalização ou socialização do consumo. O crescimento também, defendia ele, estava ligado ao pleno emprego. Para Keynes, o Estado deveria ser democrático e defender o capital, ao mesmo tempo, para assegurar o crescimento econômico e distribuir para quem tem mais ônus nesse crescimento, o próprio mercado (Id., 2011).

Já Beveridge publicou em 1942 um relatório que discutia a efetivação do esquema de proteção social da Grã-Bretanha com seus esquemas de pensões, saúde e seguro-desemprego. Sua tese defende que a proteção social deve unificar o eixo distributivo e contributivo. Suas diretrizes eram positivas porque prometiam vencer cinco gigantes: a ignorância, a sujeira, a enfermidade, a preguiça e a miséria, por meio de um sistema de saúde nacional, não contributivo e universal, de auxílio-doença e desemprego, auxílio-maternidade, viuvez e funeral e a criação de uma normativa sobre assistência a pobreza que fosse de encontro à Lei dos Pobres (Id., 2011).

Foi Marshall (1967) que categorizou os direitos de cidadania e a responsabilidade do Estado de Bem-Estar em fornecê-los. Ele contribuiu para superar a visão contratual da Política Social, trata a cidadania sob a ótica da garantia de três âmbitos de direitos, os civis, os políticos e sociais. Sua tese foi construída no cenário da Europa destruída pela II Guerra Mundial e início da guerra fria onde o nível aceitável de cidadania não se inscrevia em um contexto exclusivo de desenvolvimento do mercado, mas em uma forma de garantia de um padrão mínimo de bem-estar, por meio da diminuição da desigualdade de classes e o desenvolvimento da noção de pertencimento comunitário.

O referido autor instaurou a caracterização de três formas essenciais de direitos que compõem a cidadania, os civis, os políticos e sociais, e atribuiu períodos elásticos, porém, delimitadores de desenvolvimento desses direitos e suas características. Afirma, conforme Pontes (2013), que esses direitos, apesar de complementares, têm trajetórias próprias. Para

Marshall, essas categorias de direitos foram conquistadas através de movimentos democráticos, mas eles têm conotações diferenciadas (PONTES, 2013).

Os direitos civis instituíram-se no século XVIII e tinham pretensões de desenvolvimento individual, pregando a liberdade como valor universal e uma instituição nacional, individualizando a cidadania. Representam o valor da liberdade e o direito de ir e vir, de expressão, de pensamento, de fé, direito à propriedade e à justiça. Os direitos políticos têm sua maior expressão no século XIX, tratam da participação política dos membros do organismo político. Os direitos sociais referem-se ao direito de bem-estar, de participar da herança social produzida, direito ao trabalho, à previdência, à renda para uma sobrevivência digna.

Os direitos políticos desenvolveram-se no século XIX, com a consolidação da liberdade dos direitos civis associada ao sufrágio de homens com poder econômico significativo. Em um primeiro momento, restringindo-os aos proprietários de terras até 1918, quando todos os homens passaram a possuí-lo. E, por fim, os direitos sociais, desenvolvidos a partir do século XX, instauraram-se como atribuição de uma mínima noção de pertencimento social no que tange à redistribuição do produto do trabalho explorado, instituídos sob duras e penosas revoltas sociais (MARSHALL, 1967).

“[...] os direitos sociais possuem uma postura afirmativa (positiva) em relação à ingerência do Estado, enquanto os civis e políticos negam essa ingerência em nome das liberdades privadas” (PEREIRA, 2011, p. 97, grifo da autora). Para a referida autora, os direitos civis e políticos servem ao mercado livre e à individualização enquanto que os sociais impõem limites ao despotismo do mercado e ao individualismo dos cidadãos.

Os direitos civis e políticos são considerados individuais por serem exercidos individualmente pelos homens e intermediados pelo Estado. Os direitos sociais são exercidos pelos homens por meio da intermediação do Estado, tendo em vista que este é o responsável pela garantia daqueles, por isso são considerados na condição de igualdade, já que mesmo sendo exercidos individualmente são intermediados pelo Estado na qualidade de cidadãos em busca de enfrentar as desigualdades sociais.

A questão de direitos foi instituída por uma lógica de diminuição da desigualdade causada pela valorização exacerbada da liberdade de mercado, fruto da não-aceitação das desigualdades causadas pelo sistema capitalista. Esses direitos geraram o estigma da beneficência que rondava as ações de assistência à pobreza conhecidas como *Poor Law*. Para

Marshal os direitos sociais são formas de reduzir as desigualdades de classes, atribuição de um padrão mínimo de sobrevivência e compartilhamento da herança social (PONTES, 2013).

A tese de Marshal é que sem os direitos sociais seria impossível uma efetiva redução das desigualdades sociais. Seu primeiro achado é a constatação de que, através da massificação do consumo de bens pelas classes trabalhadoras e da distribuição de serviços sociais, houve certa diminuição das diferenças sociais, observando, ainda, que a maior ou menor distribuição dependia da forma que assumia o conjunto de serviços e como se comportava a distribuição de renda (Id., 2013, p. 38).

Porém, Marshal não nega a existência das classes sociais, ele não acredita que possa haver a eliminação da desigualdade, mas sim a colocação desta em um patamar aceitável a partir de quando se reconhece as diferenças geradas pela mesma. Para Marshal, a cidadania não eliminaria as diferenças, mas ficava no mesmo patamar de oportunidades e em limites toleráveis de profundidade, civilização e mudanças, não permitindo a evolução de desigualdades ilegítimas (Id., 2013).

Marshal, de acordo com Pontes (2013), propiciou o desenvolvimento de uma cultura da cidadania, entretanto sem distinção e reconhecimento da sociedade de classes, sua relação com o Estado e com o mercado, o que foi alvo de muitas críticas, o que não diminuiu a importância do debate trazido pelo autor para discussões acerca da conceituação de cidadania que envolve a efetivação de Políticas Sociais.

[...] A cidadania e suas práticas, entendidas como problema social ou como formulação teórica, têm sido afetadas, profundamente, pelas recentes transformações ocorridas em fins do século passado, nas reações socioeconômicas, com notável impacto sobre o mercado de trabalho, sobre as dinâmicas do Estado, sobre a economia, sobre a esfera pública, etc. [...] (PONTES, 2013, p. 47).

Percebe-se que todos os acontecimentos que circundam o desenvolvimento das formas de proteção social baseadas na perspectiva de direitos descritas até agora estão associadas ao trabalho e suas manifestações materiais no processo de reprodução social. Conforme já foi visto neste capítulo, a luta por um Estado Social na Europa se deu em detrimento de uma organização absolutista do poder real e da igreja católica. Estes direitos são consolidados por meio de tratados, acordos e leis que efetuam a condição de obrigatoriedade destes. Toda legitimação desses direitos se deu por conta de movimentos e reivindicações sociais, por uma construção que contou com a participação dos trabalhadores, classe subalterna, por estes verem seus direitos reconhecidos.

Na construção dos direitos, bem como na sua afirmação por meio de um aparato jurídico, sejam eles civis, políticos ou sociais, tem centralidade a discussão do papel do Estado. Assim, os direitos civis são considerados direitos de liberdade negativa, por se constituírem contra a presença reguladora do Estado. Os direitos políticos são os de liberdade positiva, pois se exercem por meio da autonomia e da participação no poder político, é a liberdade de intervir no Estado. E os sociais são aqueles que exigem a presença do Estado para poderem ser exercidos (BOBBIO apud COUTO, 2010, p. 58).

Com a cultura capitalista, a pobreza passou a ser associada ao não cumprimento da ética do trabalho, da dedicação e da execução do trabalho assalariado como atividade valorizada, nobre e a única possibilidade de ascensão social. A pobreza e a mendicância passaram, então, a ser caracterizadas como vagabundagem e indignas de toda e qualquer assistência que não fosse o incentivo e/ou obrigação ao trabalho.

[...] a ética do trabalho – base ideológica importante para o avanço da sociedade alicerçada fundamentalmente no mercado e no trabalho assalariado – vai sofrer um giro significativo que denomina de “da ética do trabalho a estética do consumo”. Consiste em que a denominada moral do trabalho, como um valor em si mesmo, foi perdendo intensidade e cedeu lugar a outra moral que clamava mais por um Estado futuro do que pelo presente, apelando à possibilidade de *ganhar mais dinheiro*. Houve, desse modo, uma substituição: onde reinava um chamamento ético à honra de ser trabalhador, agora existe a estética das sensações que o consumo desmedido convida a alcançar (PONTES, 2013, p. 77, grifo do autor).

A pobreza era considerada, então, uma forma de exclusão social do trabalho e, conseqüentemente, do consumo em que o pobre era o único responsável por sua condição, por sua incapacidade de trabalhar, associada a esta condição a perspectiva do pobre como não merecedor de direitos, conseqüentemente, um não cidadão.

Então, nessa nova acepção da pobreza, pode-se perceber que já não faz falta “pôr os pobres para trabalhar, para redimi-los” e, tampouco, “mantê-los sob a tutela do Estado”; isso é, eticamente, inaceitável?, porque fere a velha “ética do trabalho” (que não está morta) e a liberdade de cidadãos “normais”, ao se retirar, arbitrariamente, recursos para manter os pobres. A realidade atual vem apontando para o aumento da distância entre as camadas mais ricas e mais pobres, bem assim, seus estilos de vida, sendo de notar que, como em outros tempos, já não se considera a miséria como um problema moral e coletivo, mas um fato moral e individual (PONTES, 2013, p. 78, grifo do autor).

Parte-se desta análise para reafirmar a relação mercadológica entre a desigualdade entre classes e a propriedade privada, proveniente do princípio da acumulação e da ética do

trabalho, valores capitalistas. Formas de justificar a pobreza como tolerável e natural a toda e qualquer ordem econômico-social, em que os pobres são culpados por esta condição porque não foram suficientemente capazes de alcançar uma posição digna na competição livre do mercado.

Somada a essa concepção, o mesmo autor reforça que o ideário de construir Políticas Sociais para o atendimento à pobreza imprime, sob as lentes neoliberais, a cultura da dependência e do ócio, incentivando o não-trabalho. Esta concepção vai contra a lógica distributiva de alcance do Estado de Bem-estar social, principal forma já verificada na história de desenvolvimento de justiça social e em Políticas Sociais.

A pobreza, para Pontes (2013), reflete o reconhecimento da desigualdade estrutural do sistema de classes e das privações que esta concerne à população, as variações sociais, históricas e econômicas particulares de determinadas sociedades e a consideração da renda como um meio, mas não um fim para efetivação de Políticas Sociais. Porém, “[...] a pobreza é estigmatizada como uma situação humilhante que – quaisquer que sejam suas causas – impõe silêncio e vergonha aos que nela se encontram. [...]” (PINZANI; REGO, 2013, p. 35).

Sobre este assunto, destaca-se Walker (2014), baseado em Amartya Sen defende que no imaginário mundial a vergonha é um núcleo comum da pobreza e isto causa nos pobres uma das emoções mais debilitantes e redutora de sua autoconfiança. É, para o autor, comum a existência de estigma para os pobres por intermédio da mídia e das classes mais abastadas, é o que ele chama de “estigma divisionista”, em que há a segregação do pobre somada a humilhações, constrangimentos que podem gerar depressão, abusos de substâncias químicas e até mesmo suicídio.

Walker (2014) também afirma que os sistemas de Bem-Estar voltados para a atenção à pobreza são desenvolvidos na maioria dos países de forma moralizante, enquadrando os beneficiários em modelos que a sociedade em geral considera corretos, como no caso do PBF, que o autor explica que as condicionalidades representam uma desconfiança de que o pobre não sabe gastar o dinheiro que recebe com o que realmente é importante. Porém:

[...] a pobreza não se resume à ausência de renda, mas envolve um conjunto de elementos que expressa sua complexidade e multidimensionalidade, entre os quais a destituição de poder, trabalho e informação, a ausência nos espaços públicos, o (não) acesso e usufruto dos serviços públicos básicos. A pobreza, mais do que medida monetária, é a relação social que define lugares sociais, sociabilidades, identidades (RAICHELIS, 2006, p. 27).

Lima e Silva (2010) definem pobreza como uma condição estrutural do sistema social capitalista que se manifesta de forma multidimensional da vida da massa, a qual deve ser encarada para além do critério de renda, como produto da exploração do trabalho, da acumulação do capital e da má distribuição da riqueza socialmente produzida, gerando até mesmo, conforme Lima e Silva (2010), o não acesso a serviços sociais básicos e necessários aos cidadãos como a informação, a saúde, a educação, o saneamento, o trabalho, a renda, a participação social e política.

[...] O pobre é, em suma, considerado mero *objeto de políticas públicas*, não *sujeito da política*, sujeito político propriamente dito [...] Isso poderia levar a exigir que os pobres participem diretamente das decisões que dizem respeito à sua situação, mas tal exigência se depara com uma dificuldade teórica e uma prática. A teórica consiste na própria definição do fenômeno da pobreza e na identificação de quem é pobre. [...] (PINZANI & REGO, 2013, p. 28).

Segundo esses autores todo o processo de redução da análise da pobreza, enquanto fator social estruturante da forma de vida no capitalismo, faz com que o atendimento à esta expressão da questão social torne-se mínimo e também manipulado conforme os direcionamentos do mercado. Ou seja, o desconhecimento histórico e teórico da pobreza faz com que as práticas que circundam o atendimento desta, historicamente, tornem-se fragmentadas e sem efeito na mesma proporção. Por isso, destaca-se que a construção do Estado de Bem-Estar europeu como espaço de Política Social teve como principal motivo a amortização dos efeitos da pobreza causada pela forma capitalista de produção, o que, por sua vez, além de instituir direitos de cidadania serviu de modelo para a assistência estatal em outros países ocidentais, como o Brasil, por exemplo.

2.1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: BREVES NOTAS

Este subitem enfatiza a evolução da Política Social no Brasil, em especial à Assistência Social, suas principais características e influências, entendimento necessário para a compreensão teórica e histórica do Programa Bolsa Família e seus impactos a serem estudados adiante. Yazbek (1999) reflete sobre o surgimento das Políticas Sociais no Brasil, inseridas em um contexto específico, quando os interesses estavam voltados para perpetuar uma lógica de subalternidade, através da qual formava-se uma cultura política que negava a identidade dos subalternos e ocultava o conflito e a resistência à dominação. Além disso

afirma que o Estado também possui a capacidade de absorver as demandas dos subalternos quando estes pressionam de forma estratégica este atendimento.

Para Vieira (2007), o surgimento de Políticas Públicas no Brasil obedeceu o mesmo princípio do desenvolvimento destas na América Latina. Muitos problemas circundam esse momento histórico particular como juros elevados, desenvolvimento dependente da economia de outros países, condições de vida aviltantes (moradias abarrotadas, várias famílias morando sob o mesmo teto, nenhum acesso a serviços básicos de educação e saúde). Além disso, a inclusão da classe média e trabalhadora latino americanas no mercado de consumo, associadas ao avanço da urbanização e ao aumento do desemprego fizeram com que o processo de implantação das Políticas Sociais tivesse um impulso (VIEIRA, 2007).

Após os anos 1980 na América Latina a pós-ditadura deveria estimular o amplo emprego, mas o continente como um todo passou por um período de recessão, trabalho sanzonal, migração exacerbada e privatizações em um contexto contrário à Proteção social. Por isso, o avanço de direitos que houve na América Latina se deu por conta da movimentação popular (VIEIRA, 2007). No Brasil, o processo não foi diferente, conforme verifica-se em Iamamoto (2011):

[...] O país transitou da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático. Esse processo manteve e aprofundou os laços de dependência em relação ao exterior e ocorreu sem uma desagregação radical da herança colonial na conformação da estrutura agrária brasileira. Dessa herança, permanecem tanto a subordinação da produção agrícola aos interesses exportadores, quanto os componentes não-capitalistas nas relações de produção e nas formas de propriedade, que são redimensionadas e incorporadas à expansão capitalista (IAMAMOTO, 2011, p. 131, grifo do autor).

Thomé (2013) complementa a análise afirmando que o Brasil, assim como a América Latina, iniciou o processo de reconhecimento de direitos para tentar diminuir a exposição de trabalhadores em detrimento do beneficiamento de grupos específicos, em decorrência do desenvolvimento de uma classe operária significativa, que sofria os reflexos do conflito entre a permanência da economia agrária e do desenvolvimento industrial.

Medeiros (2001) corrobora com Iamamoto (2011) e Thomé (2013) ao afirmar que as Políticas Sociais, no Brasil, iniciaram-se voltadas para trabalhadores urbanos, tendo em vista o objetivo de não interferir no poder das oligarquias rurais. Voltaram-se, principalmente, para a política de regulamentação do trabalho e organização da Política dos trabalhadores

(regulamentação do trabalho feminino, menores, jornada de trabalho, férias, demissões e assuntos relevantes, como acidentes de trabalho, por exemplo). O Estado passou a intervir na regulamentação das formas de negociação salarial e na organização sindical.

Porém, esta iniciativa não aconteceu dessa forma. Para Satori (2012), a transição da oligarquia para o processo de desenvolvimento do trabalho assalariado representou o grande atraso do país, já que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão, o que forçou a inserção da população em um mercado de trabalho desconhecido que desenvolvia uma democracia desconhecida e pouco desenvolvida.

Para Sartori (2012) este processo de formação do sistema de proteção social no Brasil estava vinculado ao desenvolvimento de uma nova forma de trabalho na perspectiva de transformação de uma sociedade de base, agrária para uma economia urbano-industrial com o acirramento do processo de assalariamento, a formação de uma classe média e o enfraquecimento dos sindicatos.

[...] Para aqueles que conseguiram se inserir no mercado de trabalho nesse período através de um trabalho formal, dentro de um processo de assalariamento, o resultado foi muito positivo, propiciando-lhes até certa valorização da mão de obra. Porém, para os demais estratos despossuídos – do qual fazia parte grande parcela da população brasileira –, não lhes restaram muitas alternativas a não ser as ações filantrópicas e de benemerência da elite sensibilizada com as questões sociais do nosso país (SARTORI, 2012, p. 27).

Medeiros (2001) afirma também que Vargas ampliou o papel do Estado na regulação da economia para evitar o desenvolvimento do movimento político trabalhadores em oposição, foi uma época, conforme este autor, de muita repressão, inclusão controlada, patrimonialismo, cooptação e corporativismo. O que resultou na criação de divisões na classe trabalhadora, corporativismo, mentalidade particularista, clientelismo, aumentando o poder regulatório do Estado patrimonialista e incentivando a resistência às revoluções e às controvérsias. Para ele, no Estado Novo a relação era autoritária em defesa de interesses particulares e da diminuição de autonomia das unidades estaduais e a concentração de poder no governo federal.

[...] até 1930 são ações que, além de focalizadas, foram conduzidas por medidas de benemerência e certo assistencialismo exacerbado por parte das elites dominantes, coordenadas pela filantropia privada e pelas congregações religiosas. Aos excluídos da sociedade – pessoas que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho em expansão – eram reservadas ações sociais bastante tímidas e restritas e, em muitos casos, a própria mendicância. Nesse mercado de trabalho em formação, com um baixo nível de assalariamento,

restavam poucas oportunidades aos menos favorecidos [...] (SARTORI, 2012, p. 26).

Pelo exposto, deduz-se que a proteção social se desenvolve, neste período, de forma imediatista e tutelar, por meio da regulação de favores entre Estado e sociedade. O desenvolvimento e a intensificação das atividades industriais no período fez com que se tornasse mais clara as relações entre capital e trabalho como prioridade. “[...] A proteção social era exclusiva de grupos privilegiados; aos marginalizados, restava-lhes o sistema de caridade, fora do Estado. A cidadania não era apenas regulada, mas também altamente segmentada” (THOMÉ, 2013, p. 75).

Giovanni, Silva e Yazbek (2011) afirmam que nesse momento o conceito de cidadania estava diretamente ligado ao de trabalho formal dando início à chamada cidadania regulada¹¹, cunhada por Wanderley G. Santos, onde as ações estatais tinham o objetivo de desenvolver mão-de-obra para o mercado de trabalho e a proteção social das políticas eram em sua maioria destinadas aos trabalhadores.

No período da ditadura militar no Brasil os serviços sociais passam a funcionar como compensação à repressão daquele momento histórico e para controlar os movimentos sociais. Assim, foram desenvolvidas ações até aproximadamente a década de 1970 quando os novos movimentos sociais se articularam em busca da formação de novos partidos e da redemocratização do país (Id., 2011).

No caso brasileiro, as Políticas Sociais, particularmente pós-64, tem-se caracterizado pela subordinação a interesses econômicos e políticos. A matriz conservadora e oligárquica, e sua forma de relações sociais atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emoldura politicamente a história econômica e social do país, penetrando também na Política Social brasileira (YAZBEK, 1999, p. 41).

Verificava-se, nesse momento, a centralização institucional, esquemas verticais de atenção, atendimento a um único grupo, padrão seletivo, heterogêneo e fragmentado no atendimento das necessidades da população. Houve, assim, a:

¹¹ O conceito de “cidadania regulada”, de Wanderley Santos (1979), advém de seu estudo sobre a Política Social no Brasil. Neste estudo ele defende que a Política Social é estratificada por ser desenvolvida sob duas matizes principais: os interesses da “elite divisória” e ocorrência de alguma complexificação social. Neste sentido, ele define que, desde a década de 1930, durante o momento político conhecido como República Velha a cidadania não é associada a direitos, mas ao sistema ocupacional reconhecido em lei, ou seja, somente os participantes de ocupações definidas em leis é que são considerados cidadãos.

[...] retração do papel dos movimentos organizados de trabalhadores em função de um modelo de desenvolvimento baseado na ideia de que a concentração de renda e poder no núcleo capitalista da economia era um pré-requisito para o crescimento (MEDEIROS, 2001, p. 14).

“[...] No regime ditatorial, manteve-se, via de regra, a ideia de cidadania dissociada da conotação pública universal. Algo como a cidadania como o espaço da realização de direitos individuais” (THOMÉ, 2013, p. 79). Diante do direcionamento da proteção social como submissão ao campo econômico, os governos militares, de uma forma geral, apresentaram políticas sociais fragmentadas e diferenciadas. O que regeu as suas ações foi a tentativa de controlar a inflação e a recessão por meio das arrecadações tributárias. Sartori (2012) afirma que no período da Ditadura Militar houve uma modernização conservadora¹² da política de proteção social e que o crescimento populacional nas cidades forçou o Estado a agir nas áreas de atendimento social.

A rede de proteção social via trabalho/emprego que tentou ser desenvolvida no período de Vargas – podemos até dizer que se aproximou do modelo Keynesiano de Bem-Estar – não foi bem sucedida, além disso as contradições sociais dessa herança não permitiam que o objetivo dos militares de desenvolver ainda mais a economia e incentivar o mercado externo obtivesse êxito.

Apesar de ter se consolidado um sistema bastante abrangente de assalariamento, a concentração de renda ainda persistiu. Fato facilmente visualizado pelos baixos salários incorporados em nosso mercado de trabalho e uma quantidade expressiva de subempregos, integrando um imenso contingente de pobres e miseráveis. [...] Somando a esse enorme número de pobres e miseráveis estão os trabalhadores que recebem ínfimos salários, fortes candidatos a se tornarem clientes de nossa política assistencialista (SARTORI, 2012, p. 59).

Desse momento até aproximadamente a década de 1980 eram características comuns da Política Social brasileira o caráter meritocrático-particularista-clientelista-assistencialista do atendimento às expressões da Questão Social – todas as mazelas causadas pela relação conflituosa entre capital e trabalho, principalmente as que decorrem da pobreza extrema – as formas de estratificação social baseadas em políticas específicas para grupos sociais diferentes, critério de elegibilidade que dificultavam o acesso das pessoas aos atendimentos e

¹² Segundo Wanderley Santos (1979), a modernização conservadora está pautada na organização que os governos militares queriam dar ao rumo político, econômico e social do Brasil. Modernizando as formas de acumulação (economia) e conservando os padrões morais rígidos e a coerção social (política e social).

reforço das desigualdades. “[...] O caráter redistributivo do sistema foi reduzido a um conjunto de programas assistenciais, com patamares mínimos reduzidos” (MEDEIROS, 2001, p. 16).

Da cidadania regulada à Constituição Cidadã, foi traçado um longo caminho em que, na maior parte do tempo, o Estado atuou como gerador, catalisador e propagador das políticas social e trabalhista. Pressões existiram em todos os momentos, mas elas foram crescendo ao longo do tempo, de modo a aumentarem a legitimidade do processo, com maior participação dos grupos de interesse (THOMÉ, 2013, p. 90).

A Constituição Federal é a expressão de concepção estatal mais próxima da forma de Estado de Bem-Estar Social devido a significativa ampliação dos direitos e valorização da democracia, além da gradativa substituição do modelo Bismarkiano de Proteção social para o modelo universalista, do qual os Programas de Transferência de Renda resultam.

Segundo Medeiros (2001), após 1985 houve uma estratégia reformista, com a crítica à centralização institucional e financeira do sistema, com o resgate da dívida social e o reforço dos programas emergenciais no campo da suplementação alimentar, com reforma agrária, com o seguro-desemprego, com a instituição de grupos de trabalho e comissões setoriais e com a promulgação da nova Constituição em outubro de 1988, “que introduziu avanços formais, corrigindo iniquidades e ampliando direitos, especialmente no campo trabalhista e na seguridade social”. Até a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve manifestação popular para o reconhecimento dos direitos sociais e o redirecionamento das Políticas Sociais brasileiras, as organizações sociais, os sindicatos estimularam greves, movimentos e diversas lutas por melhores condições de vida e o reconhecimento da cidadania, enquanto expressão formal dos direitos, conforme o já verificado anteriormente.

Foi a partir desse momento, de acordo com Sartori (2012), que se intensificou o debate sobre o combate à pobreza, à fome e ao desemprego por meio de uma redistribuição de renda, da reforma agrária e do Seguro-desemprego. Ampliou-se também o debate sobre os direitos da criança e do adolescente, assim como o conceito de Seguridade Social, tentando implantar um modelo de bem-estar.

O conceito de seguridade social, sem dúvida, foi de extrema relevância para os avanços sociais realizados em nosso país, trazendo consigo uma série de princípios e objetivos que nortearam a base da Constituição Federal de 1988: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços a toda a população; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação do custeio; diversidade da

base de financiamento; participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados, e caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa (SARTORI, 2012, p. 71).

Mas, de acordo com Giovanni, Silva e Yazbek (2011), esse momento, enquanto ainda era instaurado, foi duramente combatido pelo projeto de desenvolvimento econômico sob a égide neoliberal e seus influentes conservadores na década de 1990. Por meio desta opção ideológica, a proteção social que vinha sendo construída, mesmo que ainda existindo, foi substituída em grande parte pela precarização e instabilidade no trabalho, pelo desemprego estrutural, pelo rebaixamento do valor da renda, pela ampliação e aprofundamento da pobreza, pela instabilidade e descontinuidade dos programas sociais, bem como pela total isenção de participação social nas ações do governo.

Quanto à Assistência Social o destaque é a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a inserção da política como direito na Constituição Federal, com o objetivo de reduzir o clientelismo e aumentar a participação social. A descentralização da assistência, a criação dos conselhos e o financiamento fundo a fundo são fatores importantes a se levar em consideração neste contexto histórico, já que representam inovações no campo da Política Social.

Essas inovações não diminuíram a conflituosa relação entre trabalho e Assistência Social. Afinal, na história da assistência social o trabalho ou o não trabalho sempre foi uma condição expressa para a efetivação da proteção social. Como foi visto no capítulo anterior, a condição de inferioridade ou a inexistência de lugar no mercado de trabalho, associada à impossibilidade declarada e resignada da população que não trabalha foram a porta de entrada para o atendimento social.

O interesse neoliberal era meritocratizar, corporativizar, cristalizar e tornar clientelistas as Políticas Sociais, mantendo a desigualdade e impedindo a renovação dos interesses sociais de cidadania. Então, a estratégia adotada incorpora as análises descontínuas e insuficientes de programas sociais meramente compensatórios dos organismos internacionais que, por sua vez, são direcionados ideologicamente pelos interesses dos países centrais (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011).

E através de uma onda que invade toda a América Latina há a diminuição dos gastos sociais, a redução de programas sociais, abandono de direitos sociais e da intervenção do Estado e incentivo à filantropia. Por meio da ideologia da solidariedade paulatinamente vai se construindo a individualização dos problemas sociais para camuflar a concentração da

riqueza, o aumento do desemprego e incremento do trabalho instável, a diminuição da renda do trabalho e a expansão da pobreza.

[...] Iniciamos o século XXI com distâncias, cada vez mais amplas, entre indicadores econômicos e sociais. Nosso Sistema de Proteção social tem se mostrado incapaz de enfrentar o empobrecimento crescente e a desproteção social de amplo contingente da população brasileira, sem lugar no mercado de trabalho ou sujeita a ocupar postos de trabalhos precários, instáveis, sem proteção social e com remuneração cada vez mais rebaixada. Ademais, os programas sociais têm sido orientados, historicamente, por políticas compensatórias e desvinculadas das políticas de desenvolvimento econômico, cujos modelos só tem servido para incrementar a concentração de renda e a manutenção de uma economia centrada na informalidade, que exclui a maioria dos trabalhadores dos serviços sociais que deveriam atender à população mais carente (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011, p. 32, grifo do autor).

Neste contexto, a temática de renda mínima até a década de 1990 ocupou uma posição marginal. Já haviam sido instaurados mínimos antes desta década como, por exemplo, o salário mínimo (1940), o seguro desemprego (1986) e o abono salarial (PIS/PASEP). Esses avanços foram significativos, porém somente a Constituição Federal de 1988 é que pode ser considerada primordial na análise da proteção social

2.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

Para Boschetti (2002), o primeiro aspecto a se considerar quando se trata da Política de Assistência Social: o seu reconhecimento como Política Social é uma forma de superar as práticas religiosas e filantrópicas de assistência à pobreza que respaldavam as ações liberais. Práticas como estas não são recriminadas, porém o status de Política Social as torna uma iniciativa regulamentada e obrigatória, ao contrário da forma indiscriminada, residual e clientelista que fora realizada no Brasil.

O segundo ponto importante a se considerar na análise de Boschetti (2002), acerca da importância do reconhecimento da assistência social como Política Social Pública, é a sua vinculação à Seguridade Social e dissociação da Previdência Social. Assim, Assistência Social, Previdência Social e Saúde formam a base para a proteção social no Brasil. A partir desse momento, a Assistência Social pública de responsabilidade do Estado deixa de ser uma

contrapartida do trabalho e passa a ser universal e seletiva¹³. Porém, o processo de construção da Política de Assistência Social não é unânime quanto às definições de atendimento. O primeiro aspecto a ser desenvolvido na perspectiva regulamentadora da assistência é a delimitação do público-alvo da assistência social. O eixo de definição era a “incapacidade de trabalhar”.

Ao se pensar a Assistência Social como Política Social, as definições que se estabeleceram, de acordo com Pereira (1996), foram: a Assistência Social deve ser genérica, particularista, desmercadorizável e universalizante. Ou seja, ela deve ser dirigida a quem dela necessitar, independente de contribuição prévia e de inserção em outras Políticas Setoriais, voltada para as necessidades sociais básicas dos cidadãos, conforme a sua condição e em caráter preventivo, redistributivo e não-contratual.

Pereira (1996) afirma que a Política de Assistência Social é contraditória porque é alvo de interesses públicos e privados, resultante da relação capital-trabalho que atende a interesses conservadores e/ou transformadores. O principal dilema da assistência social é ter que atender as necessidades humanas em uma sociedade regida pela lógica do mercado.

Na verdade, a assistência social resulta de resistências estruturais ao modo de produção capitalista as quais problematizam por dentro a compulsão deste modo de produção para a desigualdade e a injustiça. Consequentemente, nada mais natural que ela assuma a condição de direito de cidadania e de componente da seguridade social (PEREIRA, 1996, p. 39).

Pereira (1996) define que a Política de Assistência Social apesar de ser um conjunto de medidas que visa atender demandas sociais, é produto de conflito de interesses que denuncia, muitas vezes, a condição capitalista de concentração de riqueza e desenvolvimento de pobreza, exacerbação da propriedade privada e o espírito regulador do mercado. Boschetti (2001) reitera que a assistência social envolve relações nebulosas entre a dimensão pública e privada de provisão social.

Couto (2010) afirma, que, na década de 1980 o Brasil foi alvo de grandes paradoxos que envolvem a Política Social e a aquisição de direitos. Primeiramente ressalta a importância da retomada da democracia na transição dos governos militares para os civis e o estabelecimento de novas relações sociais no país.

¹³ Considera-se neste trabalho o conceito de universalidade ao atendimento social a quem necessitar e o conceito de seletividade ao atendimento prioritário das situações de maior risco social.

Nesse período também foram implantadas as medidas de ajuste do Consenso de Washington¹⁴, no qual o papel do Estado na provisão de bens públicos devia ser diminuído como estratégia conservadora primordial para controlar os avanços sociais que a Constituição Federal estava alcançando, principalmente no âmbito da proteção social. O governo de Collor, exemplo da entrada do pensamento neoliberal do Estado com a tendência à descaracterização dos direitos sociais, com o congelamento de salários, rejeição da seguridade social, desvinculação dos benefícios assistenciais do salário mínimo reluta em aprovar planos e benefícios, veto do PL da LOAS e redução do pagamento de benefícios previdenciários (COUTO, 2010).

O desenvolvimento dos ideais do Consenso de Washington geraram o pequeno o crescimento econômico e altos níveis de pobreza, assim como a concentração de renda que já vinha historicamente sendo desenvolvida desde o período colônia do país. O sistema de proteção social que estava sendo construído foi fragilizado a partir de 1985 com ações pontuais em decorrência da priorização da estabilidade econômica e da tentativa de reformulação da Constituição Federal. As Políticas Sociais foram marcadas por práticas clientelistas e negociações particulares; os programas foram fragmentados, assistemáticos e pontuais, como herança de um período obscuro da história do Brasil (COUTO, 2010).

A Assistência Social, nesse contexto, afigurava-se como a expressão direta da materialização dos direitos sociais, em suas formas mais ou menos institucionalizadas conforme o próprio processo histórico-social. Couto (2010) afirma que o campo da Assistência Social como Política Social foi prejudicado pelo ideário de que a saída para a pobreza deveria ser articulada à concepção de cidadania voltada para o mundo do trabalho.

A existência da assistência social no Brasil, como Política Pública e Social de direito, não é um fato episódico, é resultado de velhas contradições capitalistas entre as lógicas da rentabilidade econômica *versus* necessidades sociais, que emergem em correlações de forças que formam a arena social de conflitos de interesses (PEREIRA, 2002). A implantação da LOAS fez a assistência social ultrapassar o *status* de caridade e alcançar o patamar de direito,

¹⁴ Encontro entre representantes dos países da América Latina com os países da América do Norte em 1989, com o objetivo de disseminar a forma neoliberal de governar entre elas a dependência de capital financeiro internacional com empréstimos e cooperação econômica. Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento. As principais condutas orientadas por este encontro foram: corte de gastos do Estado, reforma fiscal com diminuição de impostos para empresas, privatizações, abertura comercial e econômica dos países “em desenvolvimento” e desregulamentação das leis trabalhistas (PENA, 2015).

fazendo-a alcançar um salto de qualidade, revolucionando os seus preceitos políticos e jurídicos.

O reconhecimento da assistência social como direito, para Pereira (2002), foi um problema para os setores conservadores da sociedade e se tornou um espaço privilegiado de construção de projetos contra-hegemônicos, tomando as seguintes definições: um tipo particular de Política Pública voltada para concretizar direitos historicamente negados pela população; de natureza incondicional ou universal e desmercadorizável, por ser um “dever de prestação ou ressarcimento dos poderes públicos a uma enorme dívida social acumulada” (PISÓN apud PEREIRA, 2002, p. 65); e, por fim, uma política de direcionamento primaz do Estado em executá-la e geri-la, consolidando o caráter público de provisão e proteção social.

Os destaques a serem reconhecidos nas normatizações sobre a Política de Assistência Social são: a organização em níveis de complexidade¹⁵; as diretrizes, objetivos e a concepção de proteção social; o financiamento e o controle social. Os três instrumentos de organização dessa política são: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que indica o que vai reger legalmente a execução da política; as normas e direcionamentos; a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que estipula as diretrizes e matrizes de pensamento e ação da política; e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza os serviços, programas, projetos e demais recursos dessa política. A Política de Assistência Social (2004), na atualidade, é uma Política não contributiva que deve prover os mínimos sociais por meio da integração intersetorial¹⁶ entre iniciativas públicas e privadas no atendimento das necessidades básicas.

Além disso, as diretrizes que regem a Política Nacional de Assistência Social (2004) são definidas como descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com comando único das ações em cada esfera de governo; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das

¹⁵ A Política de Assistência Social é organizada em níveis de complexidade para atendimento. A atenção básica envolve problemas sociais que atingem famílias que ainda não estão com seus vínculos rompidos. A atenção especial de média complexidade atua em situações que os vínculos sociais das famílias estão enfraquecidos por conta da violação grave de direitos e a atenção especial de alta complexidade é direcionada para famílias que possuem vínculos rompidos devido à violação de direitos.

¹⁶ A Assistência Social se integraliza de forma articulada com as demais políticas setoriais, visando atender a pobreza, garantir os mínimos sociais e do provimento de condições para a universalização dos direitos sociais.

políticas e no controle das ações em todos os níveis e primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Outro avanço decorrente do reconhecimento da Política de Assistência Social como Política Social Pública foram as definições e os direcionamentos das seguintes categorias: Vigilância Social como produção e desenvolvimento de ações de pesquisas, indicadores, índices, etc., sobre as situações de vulnerabilidade e risco; Proteção Social como uma forma de garantia de Segurança de sobrevivência, rendimento e autonomia; Segurança de convívio e vivência familiar e Segurança de acolhida; Defesa Social e Institucional por meio da organização do fornecimento de direitos, ao atendimento digno, ausente de situações preconceituosas; acesso a serviços, de acordo com a necessidade, à informação sem barreiras, ao protagonismo, à manifestação de seus interesses, à oferta qualificada de serviço e à convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004).

No bojo das transformações sociais que envolvem a assistência social, Sitcovsky (2010) coloca como as mais importantes a modificação da relação entre Estado e Sociedade, a ampliação da rede sócio-assistencial, através do Sistema Único de Assistência Social, e o reconhecimento da Lei Orgânica da Assistência Social. Porém, a ampliação e o desenvolvimento das ações estatais de proteção social vêm sendo combatidas por investidas neoliberais que buscam o seu desaparecimento.

Diariamente, é propagada aos quatro cantos do país a tese da crise fiscal do Estado e, como consequência direta, a população sofre cotidianamente com a baixa qualidade dos serviços prestados, resultando da política de corte nos recursos, especialmente para a área social [...] (SITCOVSKY, 2010, p. 148).

A política de cortes dos gastos sociais veio acompanhada do sucateamento das ações estatais e, conseqüentemente, do fortalecimento do mercado, implicando no enfraquecimento das ações da assistência social, mesmo com os avanços históricos existentes. A assistência social, na perspectiva de ampliação dos Programas de Transferência de Renda, para Sitcovsky (2010), é uma estratégia para fazer o Estado alcançar os padrões do mercado por meio da possibilidade de satisfação de algumas necessidades básicas.

Imerso nessa disputa ideo-política e social é que se encontra o tema de estudo que se relaciona a Política de Assistência Social e Trabalho, especificamente, no que tange a esse dimensionamento no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF). A dimensão do cenário descrito anteriormente deve ser relativizada e fragmentada sob a ótica do mercado. Esta, por

sua vez, caracteriza este tipo de ação como uma atividade que desestimula a necessidade do trabalho e possui patamares impossíveis de sustentar economicamente.

Mota (2006) analisa estas críticas na medida em que afirma que as Políticas Sociais da atualidade, entre elas a Assistência Social, são constantemente investidas pelo capital para se adequar aos seus interesses e por serem contraditórias podem servi-los em alguns momentos através da ofensiva de ajustes e reformas nas Políticas Sociais.

Novos mecanismos de consenso são estimulados, tidas como, a descentralização, as parcerias e a participação indiferenciada das classes, que se juntam à focalização e à responsabilização individual. Emergem parâmetros morais subordinados aos limites dos gastos sociais públicos. A questão social é despolitizada. As tensões sociais provocadas pelo não atendimento a questões pontuais. [...] (MOTA, 2006, p. 6).

A intenção da burguesia, para a autora, é a construção de um novo papel de Estado e sociedade ancorados no mercado, fazendo com que o grande capital se aloje nos objetivos sociais, políticos e econômicos, adensando as tendências de regressão de políticas redistributivas de natureza pública, privatizando os serviços sociais, transformando o cidadão em consumidor. Adquirem destaque as atividades de empresas “socialmente responsáveis” e despolitizando, fragmentando, as desigualdades sociais, assim como a precarização das formas de trabalho, por meio dos modelos da reestruturação produtiva. Estas são características também comuns nas estratégias e objetivos dos Programas de Transferência de Renda para a autora.

CAPITULO 3 – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O debate sobre o Programa Bolsa Família está inserido em um contexto mais amplo de Renda Mínima Universal ou Renda de Cidadania que engloba estudiosos do mundo todo, porém com maior força na Europa ocidental. Neste continente eles formam o grupo Rede na Terra de Renda Básica (BIEN). A discussão sobre os Programas de Transferência de Renda no Mundo inicia-se, conforme Lima e Silva (2010), em 1930 na Europa com a implantação de garantias de rendas mínimas para crianças, famílias com crianças, idosos e inválidos em sistemas de seguridade social. Castro et al (2009) afirma que Renda Básica de Cidadania são formas de transferência de renda para qualquer cidadão e que o Programa Bolsa Família é uma forma de transferência focalizada nos mais pobres, sendo uma forma de Renda Básica Garantida.

A partir de então, algumas ações em outros momentos históricos e em outros países reforçam a implantação dos princípios da renda mínima universal de cidadania como, em 1935, o desenvolvimento do *Social Security Act* (Ato de Segurança Social) e o *Aid for Families with dependent Children – AFDC* (Programa de Auxílio às Famílias com Crianças Dependentes) para completar as rendas de famílias com mães viúvas e com dificuldade de oferecer educação para as crianças. Em 1974, foi instituído o *Eamed Income Tax Credit – EITC* (Crédito Fiscal por Remuneração Recebida) direcionado para famílias que, mesmo tendo membros trabalhando, não possuíam renda suficiente para manutenção do lar (LIMA; SILVA, 2010).

Lima e Silva (2010) reiteram que, na América Latina, as ações de transferência de renda foram iniciativas nacionais como o Programa Oportunidades, no México, de 1997, que atendia famílias pobres do âmbito rural e se estendeu, em 2001, para o meio urbano; o Programa Jefas e Jefes de Hogar da Argentina que se destinava a “desocupados”¹⁷ que tinham famílias com crianças; o Programa Chile Solidário, implantado em 2002, com o objetivo de ajudar financeiramente famílias pobres e permitir-lhes acesso preferencial a serviços de Políticas Públicas; o Programa Avancemos na Costa Rica de 2006 e o Programa Ingreso Ciudadano do Uruguai, em 2005, com os mesmos objetivos.

¹⁷ Termo utilizado no livro de *Referência: Avaliando o Bolsa Família*, de Maria Ozanira Silva e Valéria Lima, na página 18.

Lima e Silva (2010) afirmam que o desenvolvimento desses sistemas de Transferência de Renda nesses países, assim como no Brasil, ocorreu devido ao aprofundamento da pobreza estrutural como produto da reestruturação produtiva que o mundo do trabalho passou a partir da década de 1970. Essas alternativas ligavam-se diretamente às possibilidades de enfrentamento da pobreza e do desemprego que ocasionavam outras situações degradantes para a maioria da população. Giovanni, Silva e Yazbek (2011) reiteram que a ampliação da abrangência dos Programas de Transferência de Renda ocorreu principalmente a partir dos anos 1980 com a renovação tecnológica no mundo do trabalho, orientados pela internacionalização da economia e sob a hegemonia do capital financeiro.

[...] Iniciamos o século XXI com distâncias, cada vez mais amplas, entre indicadores econômicos e sociais. Nosso Sistema de Proteção social tem se mostrado incapaz de enfrentar o empobrecimento crescente e a desproteção social de amplo contingente da população brasileira, sem lugar no mercado de trabalho ou sujeita a ocupar postos de trabalhos precários, instáveis, sem proteção social e com remuneração cada vez mais rebaixada. Ademais, os programas sociais tem sido orientados, historicamente, por políticas compensatórias e desvinculadas das políticas de desenvolvimento econômico, cujos modelos só tem servido para incrementar a concentração de renda e a manutenção de uma economia centrada na informalidade, que exclui a maioria dos trabalhadores dos serviços sociais que deveriam atender à população mais carente (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011, p. 32, grifo do autor).

Nesse quadro, a temática de renda mínima até a década de 1990 ocupou uma posição marginal. Já haviam sido instaurados mínimos antes desta década, porém não tinham conotações universais, por exemplo: o salário mínimo (1940), o seguro desemprego (1986) e o abono salarial (PIS/PASEP). Esses avanços foram significativos, porém somente a Constituição Federal de 1988 é que pode ser considerada primordial na análise da proteção social no Brasil.

A princípio, estas modificações nas legislações sociais, como a elevação dos benefícios previdenciários equiparados ao salário mínimo e a Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74), que depois foi modificada e incorporada ao Benefício de Prestação Continuada, com a mudança de nome, foi ampliado às pessoas com deficiência. Essas experiências, apesar de pontuais, foram significativas para complementar a renda de muitas famílias pobres. Como tendência, a discussão sobre renda mínima, no Brasil, se instaurou a partir de 1991.

No Brasil, as experiências de Programas de Transferência de Renda objetivavam orientar-se na perspectiva de redistribuição da riqueza socialmente produzida, direcionados

para pessoas muito pobres, alcançando até mesmo o patamar de indigentes, dentre os quais as crianças e os jovens são os mais atingidos. Ainda há limites a serem superados, como o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza absoluta, a adoção de modelos excludentes e concentradores, a má utilização de recursos públicos voltados para interesses privados, político-clientelistas, a incapacidade de alcance do público que realmente necessita e a fragilidade da cultura da sociedade que se baseia no mérito para alcançar direitos e não nas necessidades (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011).

Os objetivos dos Programas de Transferência de Renda e dos demais programas de Políticas Sociais, conforme Giovanni, Silva e Yazbek (2011), são realizar distributivamente a ampliação da cidadania por meio da superação da pobreza e diminuição das desigualdades condizentes com poder aquisitivo. Os destaques de programas sociais distributivos que já existiram no Brasil e tentavam vigorar na contra-corrente do projeto neoliberal foram: Programa Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Nossa Família, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Benefício de Prestação Continuada.

Contudo, os Programas de Transferência de Renda no Brasil foram discutidos no ano de 1991, quando o Senador Eduardo Suplicy propôs, por meio do projeto de Lei n. 80/1991, o Programa de garantia de Renda Mínima (PGRM) e, em 2001, apresentou um novo projeto ampliado que buscava instituir a renda básica de cidadania (incondicional) no Brasil, a partir de 2005. O PGRM em sua proposta deveria ser destinado a todos os residentes no país, maiores de 25 anos de idade, que auferissem uma renda de até três salários mínimos nos valores de 2007, a todos os moradores do país, para garantir o acesso mínimo às suas necessidades básicas.

A proposta do Programa era pautada no princípio de imposto negativo, no qual os que ganhassem acima do piso estipulado pela linha da pobreza deveriam pagar imposto de renda e os que ganhassem abaixo deveriam receber a transferência de renda. A transferência deveria ser uma complementação na renda do indivíduo, correspondendo a 30% da diferença entre a renda do mesmo e o patamar mínimo estipulado (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011).

Além disso, o Projeto previa a implantação de programas e projetos que ampliassem a oferta de serviços e consumo para a população. O financiamento deveria ser de responsabilidade do orçamento da União e não deveria ultrapassar, na época, 3,5% do PIB. O benefício, *a priori*, deveria ser fiscalizado conforme as normas do imposto de renda, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos seria a administradora deste.

Emendas foram indicadas para este projeto, como a obrigatoriedade das crianças das famílias dos beneficiários estarem na escola. As justificativas utilizadas pelo senador na defesa de sua proposta, de acordo com Giovanni, Silva e Yazbek (2011), eram a relevância de uma renda monetária para combater a pobreza e fazer as pessoas alcançarem um mínimo de dignidade; permitir que os próprios indivíduos escolhessem em que gastar o seu benefício e ter efeitos positivos no fluxo migratório, tendo em vista que se trata de um programa nacional.

Além disso, as justificativas afirmavam que a complementação era ínfima para produzir o desestímulo ao trabalho; que esta garantia livraria os pobres a se sujeitarem a situações desumanas de trabalho como o trabalho escravo; a renda mínima forneceria o fisicamente indispensável para que as pessoas conseguissem trabalho, educação, treinamento e terem condições de assimilar o básico de sobrevivência para alcançar o trabalho; que o trabalho humano é mais do que fonte de dinheiro, mas também de aspirações sociais que a renda mínima não forneceria e que o beneficiário não pretenderia ficar sem, além do que não satisfaria a necessidade existencial do trabalhador de se sentir útil à sociedade.

As críticas contra o programa elencadas por Giovanni, Silva e Yazbek (2011) eram: a possibilidade de ocorrência de fraude por parte das pessoas ao indicar suas rendas para o recebimento, tendo em vista o aumento dos empregos informais; dificuldades na administração por ser de âmbito nacional; possibilidade de corrupção; desmobilização de lutas sociais por melhores condições de vida; caráter assistencialista da iniciativa e estímulo à informalização.

Em contraponto, o autor do projeto, Senador Eduardo Suplicy, afirmava que as vantagens seriam a proposição de liberdade para o beneficiário gastar o dinheiro recebido conforme a sua necessidade; pelo fato de ser nacional, o benefício ampliaria o controle do governo; o programa evitaria migrações elevadas em busca de melhora dos níveis de sobrevivência (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011).

No entanto, outras críticas, na perspectiva teórica, se direcionavam ao Programa: a não articulação do mesmo com outras Políticas Sociais; a não contemplação dos municípios e Estados em seu financiamento; o destaque inicial aos mais idosos; a indicação de um usuário como beneficiário e não da família como um todo; a dificuldade de comprovação de renda dos que trabalham no setor informal; os altos custos do programa; dificuldade na administração e controle do mesmo; ser uma ação compensatória de combate à pobreza e não de combate a causa real da mesma.

Independente de críticas e elogios, o PGRM tem o mérito, inquestionável, de ter iniciado o debate sobre a renda mínima na opinião pública brasileira, inspirando a criação de um imenso conjunto de Programas de Transferência de Renda em implementação, por iniciativa de municípios, Estados e pelo Governo Federal [...] (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011, p. 54).

Lima e Silva (2010), assim como Giovanni, Silva e Yazbek (2011), destacam cinco momentos históricos de desenvolvimento dos Programas de Transferência de Renda no Brasil: o primeiro refere-se a proposta de projeto de lei do senador Suplicy em 1991; o segundo a implantação dos programas de incentivo à escola, também em 1991; o terceiro, com as iniciativas de Programas de Transferência de Renda municipais em algumas cidades, a partir de 1993; o quarto, em 2001, quando houve a expansão desses programas municipais para algumas iniciativas federais, com a ampliação do debate no Brasil sobre a renda mínima incondicional de cidadania; e o quinto, em 2004, com o Programa Fome Zero do Governo de Luis Inácio Lula da Silva.

Quando a Lei do PGRM foi aprovada, a preocupação com a pobreza estava ligada ao desenvolvimento econômico, como se um impulsionasse o outro. Momentos históricos da política como o *impeachment* do Presidente Collor e o desenvolvimento da Ação Cidadania contra a fome e a miséria, desenvolvida pelo sociólogo Betinho, no governo Itamar Franco, também foram importantes ações desenvolvidas para a regulamentação do que vinha a ser o Programa Bolsa Família.

A partir de então, as prioridades de proteção social concentraram-se no combate à fome, à participação na escola e na rede pública dos serviços de saúde. Os diversos programas que antecederam o Bolsa Família incluíam em uma das suas propostas pelo menos uma dessas requisições. Se essas condições fossem alcançadas, na visão dos idealizadores, poderia ser reduzido o ciclo da pobreza. Além disso, o debate evoluiu ao ponto de passar a considerar a família como beneficiária e não apenas o indivíduo.

Em 2005, essas ideias foram incorporadas em programas regionais de garantia de renda mínima associada à transferência monetária a indivíduos e famílias tendo como contrapartida inserções no campo da saúde, educação e trabalho. Os destaques para Giovanni, Silva e Yazbek (2011) são os desenvolvidos em Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e Brasília (DF), que inspiraram a criação de outros programas em âmbito nacional. Estes tinham como objetivo inserir famílias em situação de extrema pobreza em

uma rede de segurança social que lhes propiciassem uma vida digna e fortalecimento das outras Políticas Sociais e da família.

Outro momento importante na história de implantação do Programa de Transferência de Renda no Brasil foi a atribuição de responsabilidade por eles ao governo federal, a partir de 2001. Entre eles, destacam-se: os programas Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Auxílio-Gás, Cartão-Alimentação, Programa “Ação Emergencial” e Previdência Social Rural (GIOVANNI, SILVA E YAZBEK, 2011).

Para esses autores, o momento representou a visualização de que é necessário a instituição de uma renda de cidadania, proposta como uma forma de proteção social, enfrentamento da pobreza, articulados à Política Econômica e à valorização dos direitos de cidadania. A iniciativa federal de desenvolver ações que fortaleçam a proteção social tinha algumas características em comum: o corte de renda per capita da família deveria ser de até meio salário mínimo da época; as condicionalidades de preencher um formulário único de cadastramento das famílias; condicionalidades de participação das famílias nas atividades que visam a ultrapassagem da condição de pobreza mais do que a garantia de dinheiro pura e simplesmente; e a necessidade de as prefeituras fazerem um convênio com o governo federal com a contrapartida de oferecimento de serviços.

3.1 HISTÓRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família resultou da unificação dos Programas PETI, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão alimentação por meio de uma análise da equipe do governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva ao avaliar as ações de Transferência de Renda que vinham sendo executadas até então, em 20 de outubro de 2002, através da Medida Provisória n. 132. A conclusão desta análise é a da necessidade de unificar os programas que vinham sendo estabelecidos para corrigir algumas falhas que estes vinham apresentando.

São considerados Programas de Transferência de Renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda *per capita* familiar, predominantemente, no caso dos programas federais, de meio salário mínimo (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011, p. 135, grifo do autor).

Partindo desta análise e das ações conjunturais que vinham se desenvolvendo no país como o desemprego, as ocupações precárias, os altos índices de pobreza e desigualdade, a equipe de avaliação também identificou que os programas que vinham sendo exercidos, por serem fragmentados, se sobrepunham uns aos outros, não tinham resultados significativos em âmbito nacional porque não tinham uma coordenação única. Por esse motivo, também não contavam com um planejamento e ataque as reais situações de pobreza, tinham uma relação distanciada com os municípios que davam a contrapartida e diversos problemas no registro das famílias diante a complexidade, falta de capacitação para o preenchimento do Cadastro Único e a falta de retorno das informações do mesmo para subsidiar as ações dos municípios.

Também foram percebidas outras lacunas que precisavam de correção no Cadastro Único, padronização da renda familiar per capita de credenciamento, atualização constante das informações dos beneficiários e retorno das informações para os municípios. Para Cohn (2012), a proposta, em sua origem, era a implantação de um único Programa de Transferência de Renda no país a partir da incorporação do Cadastro Único e dos registros dos programas anteriores, regulando, assim, os gastos com esses programas. Outra intenção, conforme Cohn (2012), era tornar as informações das famílias consideradas de baixa renda acessíveis a todos os outros serviços de Políticas Públicas.

O Bolsa-Família é considerado uma inovação no âmbito dos Programas de Transferência de Renda por se propor a proteger o grupo familiar como um todo; pela elevação do valor monetário do benefício; pela simplificação que representa e pela elevação de recursos destinados a programas dessa natureza, de modo que, segundo os idealizadores do Programa, não há possibilidade de diminuição da transferência monetária em relação ao benefício então prestado por qualquer dos outros programas (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2011, p. 141).

Para alcançar a unificação dos programas foi necessário a efetivação de acordos políticos com os municípios estipulando os papéis e benefícios que esta ação traria para cada ente federado. Mas, de uma forma geral, esta unificação, conforme Giovanni, Silva e Yazbek (2011), foi uma evolução no atendimento de Políticas Sociais, tendo em vista a histórica focalização dos problemas e ações sociais, bem como representa uma evolução a necessidade de levar em consideração mais do que indicadores de renda para o programa, e, portanto, os indicadores sociais.

As condicionalidades do programa passaram, então, a ser: manter as crianças e adolescentes na escola; participar das atividades sócio-educativas promovidas pelas

prefeituras; alfabetizar os adultos das famílias que ainda não tinham esse conhecimento; frequência de crianças de 0 a 6 anos aos postos de saúde e estar com a vacinação em dia; e frequência de mulheres gestantes aos exames de rotina.

As tendências do Programa Bolsa Família apontadas por Giovanni, Silva e Yazbek (2011) são: a transferência de renda como ação de Política Pública, como direito de cidadania na relação direta entre cidadão e Estado, e intervir na relação histórica de práticas políticas clientelistas e eleitoreiras; a construção de um novo patamar de cidadania tendo como referência para adesão o critério de necessidade e a melhoria da distribuição da riqueza produzida para fortalecer as outras políticas públicas que possuem atividades articuladas com as do Programa Bolsa Família.

Os pressupostos do programa se destacam pela importância dada à necessidade de assegurar um mínimo de subsistência sem desestimular o trabalho; pelo o entendimento de que a organização da sociedade gera estruturalmente a desigualdade, o qual é dever do Estado intervir nesta questão; e pela consciência de que há uma discrepância entre o crescimento econômico do país e o bem-estar social, de forma que é função do Estado garantir a equidade nessa relação.

Além disso, seguindo ainda Giovanni, Silva e Yazbek (2011) os pontos principais nesta relação como a obrigatoriedade de frequência à escola são vistos de forma positiva no sentido de que é uma garantia de direitos, porém, deve ser o reconhecimento de que a política de educação deverá ser ampliada na mesma proporção; a questão da intersetorialidade, considerada como necessária para a ampliação da cidadania, tendo em vista o acesso das famílias aos seus direitos sociais e efetivar os diversos programas que elas desenvolvem; o objetivo de inserir crianças e adolescentes no sistema educacional para sair das condições de trabalho como uma política compensatória e estruturante de longo alcance.

[...] o singular do Bolsa Família é que, ao contrário das políticas de assistência social, ele não se configura como um *direito*, muito embora hoje, diante de sua penetração e seu enraizamento na sociedade, ele se configure como um *quase direito*. Por outro lado, cada vez mais, à medida que avança sua cobertura, ele vem reforçando seu caráter de programa social transversal, dada a magnitude dos seus impactos econômicos e no mundo do trabalho, dentre outros [...] (COHN, 2012, p. 25, grifo do autor).

O programa ainda não é incorporado como direito social, mas, na prática, transforma-se e assume essa condição, em razão da sua articulação com as outras políticas e a própria

estrutura de seu desenvolvimento, já que estipula a inserção dos usuários em todas as Políticas Sociais que lhe são cabíveis.

A descentralização político-administrativa é vista de forma positiva porque possibilita que as particularidades dos municípios sejam atendidas no desenvolvimento de Políticas Públicas, na articulação entre as três esferas do governo, é uma forma de superar a centralização das ações do Estado e a relevância das heterogeneidades regionais para o acesso da população aos serviços de controle social. A elegibilidade dos usuários segue os padrões dos programas que eram desenvolvidos até então. Porém, deve-se considerar que o critério da renda é insuficiente para medir a pobreza, assim como o tempo de permanência no município de fornecimento do programa também deve ser relativizado para ampliar as ações, como o critério de idade para adesão às suas atividades.

O tempo de permanência no programa também é uma questão que os autores afirmam ser um debate importante. Giovanni, Silva e Yazbek (2011) afirmam que não foi construído um debate sobre o tempo satisfatório para a família permanecer inserida no programa para alcançar os resultados previstos, mas sim a necessidade de ter um trabalho específico para preparar a família para o desligamento do programa, levando em consideração as necessidades particulares de cada família e a conjuntura do país.

O alcance do Programa Bolsa Família é mais amplo do que já foi mensurado até hoje. Giovanni, Silva e Yazbek (2011) enumeram alguns resultados positivos que se tem encontrado, como a diminuição dos índices de evasão escolar e subnutrição de crianças e adolescentes; a ampliação da frequência a escola e a postos de saúde; alcance de independência financeira das famílias atendidas e de municípios considerados mais pobres; diminuição do índice de gini no Brasil; ampliação da quantidade de alimentos consumidos, mesmo que ainda não sejam alimentos de alto valor nutritivo; permanência no número de beneficiários que não abandonam o seu trabalho (mesmo que em atividades informais, o número de beneficiários trabalhando não se modificou); maior autonomia das mulheres e das gestões municipais e aperfeiçoamento do controle social (GIOVANNI, SILVA E YAZBEK, 2011).

Os mesmos autores citados acima reiteram que se faz necessário a melhora no quesito avaliação e monitoramento dessas ações, bem como na estrutura e desenvolvimento do trabalho sócio-educativo realizado com as famílias e a qualificação dos recursos materiais e humanos para alcançar as expectativas das famílias beneficiárias.

No debate sobre o Programa, diante destas possibilidades os autores ressaltam como positivo os seguintes pontos: a aquisição de uma renda por parte das famílias pobres que amplie a sua capacidade de desenvolvimento, já que, muitas vezes, mesmo trabalhando, essas famílias não a alcançam; as condições progressivas de acesso à escola, saúde, políticas de geração de renda, de sair do trabalho precário, etc.; a superação do isolamento e desarticulação dos programas de políticas públicas, bem como a pouca atenção dada à avaliação dos resultados; o desenvolvimento de esforços para ampliar o controle social; e a liberdade das famílias para usar seus recursos financeiros.

Como limites a superar destacam-se: a visão da condicionalidade dos usuários como forma de “merecer” participar do programa, como uma forma degradante de comprovar a pobreza; a visão da fiscalização como forma investigativa e punitiva; e a realidade da institucionalidade das políticas como forma de ação personificada (Id.).

Destacam também alguns problemas identificados por meio de pesquisas na operacionalização do programa como: valor baixo do benefício, critérios restritivos que ainda excluem famílias pobres do acesso e precariedade na execução das Políticas Sociais que formam a rede intersetorial de atendimento das famílias.

Essas ações expressam um avanço na implantação das medidas neoliberais voltadas para a reestruturação produtiva que o país está passando, o qual insiste em fragilizar as lutas sociais democráticas e o movimento pela universalização dos direitos. Teme-se que as condições estruturais da pobreza, o lugar do direito e a concentração da propriedade deixem de ser o centro do debate. Além disso, ratifica-se que o desenvolvimento de valores moralistas conservadores que circundam a pobreza nos países da América Latina, em geral, obscureçam a necessidade do Estado em investir mais do que uma complementação de renda, mas em todas as políticas que reforçam a cidadania.

Por fim, Giovanni, Silva e Yazbek (2011) consideram que o debate em torno da renda de cidadania deve superar os limites econômicos e transcender para o reconhecimento de que esses programas não anulam o desenvolvimento de valores até então não experimentados pelas famílias pobres do Brasil porque representam ações concretas de alcance de direitos essenciais para grande parte da população brasileira através da:

[...] boa focalização nas famílias pobres; o fato de as transferências garantirem um piso mínimo de consumo; o “efeito preguiça” não se confirmar; o incentivo ao acesso a políticas universalistas de saúde e educação, reduzindo a desigualdade de oportunidades; o aumento dos

investimentos produtivos das famílias (THOMÉ, 2013, p. 126, grifo do autor).

A avaliação de Thomé (2013) sobre o Programa Bolsa Família é de que este não representa uma alternativa injustificável para a população pobre. Complementa que é uma forma de estimular o consumo, o alcance de outras Políticas Sociais, contribuição para a diminuição das desigualdades e o próprio aumento da independência e investimento nas famílias pobres. Cohn (2012) corrobora com essa análise quando afirma que há, na visão da sociedade, uma “[...] antecipação precipitada e preconceituosa de resultados como ‘gerador de preguiçosos’, de viciados, que preferem viver do dinheiro público [...]” (COHN, 2012, p. 9, grifo do autor).

Segundo esta autora a Transferência de Renda simboliza um quase direito em que muitos dos usuários a confundem com a Previdência Social, sentido-se, assim, até mesmo “encostados” por utilizarem-se deste recurso para sobreviver. Ela elenca também o despreparo de muitos funcionários públicos para lidar com essas pessoas, pois que, na maioria das vezes, reproduzem os discursos de que o programa é uma máquina de aversão ao trabalho e parasitismo social.

Castro et al (2009) afirmam que a população reconhece positivamente o Programa Bolsa Família, mesmo que ainda identifiquem alguns problemas em sua execução e que as opiniões pré-concebidas sobre o programa não possuem apoio empírico por terem influência midiática. Em um estudo com cartas de usuários do Programa Bolsa Família em sua implantação endereçadas ao presidente Lula, Cohn (2012) reitera essas análises afirmando que os usuários, quando não conhecem a realidade institucional em que circunda o seu direito, veem o Presidente como último recurso para alcançar seus objetivos. Além disso, a autora complementa que eles expressam uma relação de proximidade com o presidente, já que o reconhecem vindo das camadas populares.

Uma questão importante acerca do PBF debatida por Cohn (2012) refere-se ao fato de que os usuários reconhecem-se como sujeito de direitos, se intitulam como pessoas não acomodadas e denunciam os maus tratos dos serviços públicos, como resquícios da política tradicional; esta última questão foi apontada também nos estudos de Giovanni, Silva e Yazbek (2011).

Quanto à questão do trabalho Cohn (2012) afirma que o Programa Bolsa Família assume o papel de indutor de outras Políticas Sociais assim como também já fora apontado

por Giovanni, Silva e Yazbek (2011), e que ele, muitas vezes, vem preencher lacunas que estas outras políticas deixam, a falta de medicamentos na saúde por exemplo. Cohn (2012) destaca que as famílias reclamam que recorrem ao Programa Bolsa Família por não terem acesso a trabalhos dignos e à aposentadoria, afirmando com as próprias palavras dos usuários que estes preferem a aposentadoria aos recursos do programa, já que a primeira é “mais certa”.

Senhor Presidente uma ajuda ela se acaba; o que necessito é de um emprego que garanta minha vida, sem que eu possa estender a mão e pedir uma esmola. Me ajude; falo com o sentimento da minha alma, dei-me um emprego para lavar chão, mas que eu trabalhe com dignidade (TRECHO DE UMA DAS CARTAS, apud COHN, 2012, p. 61).

Este trecho da pesquisa de Cohn (2012) exprime bem essa relação dos usuários com a sua necessidade de trabalho, que não são alcançadas por inúmeros motivos, como a falta de capacitação, oportunidades, idade e/ou doenças. Cohn (2012) avalia que este processo cria um ciclo vicioso em que a ausência de trabalho e de aposentadoria, somada às doenças, faz com que o valor do benefício torne-se ínfimo para atender às necessidades das famílias. Assim, “[...] a busca do Bolsa Família não significa fuga do trabalho, mas sim a fuga da humilhação por ter que pedir comida para alimentar (neste caso, um eufemismo) a família” (COHN, 2012, p. 71).

[...] O senhor acha que se eu ganhasse um salário mínimo eu ia fazer questão por uma BF?... Eu não quero riquezas, eu só apenas quero ter algo para eu viver e não ter que tá pedindo pelas casas, e que eu possa viver dignamente eu e minha família (TRECHO DE UMA CARTA apud COHN, 2012, p. 113).

A aposentadoria e o trabalho são, para os usuários, uma possibilidade de projetar o futuro que o programa ainda não garante, tornando-se, assim, essencial para as respostas às necessidades mínimas dessas famílias. “[...] O Bolsa Família substitui o trabalho onde ele não existe, ou diante da impossibilidade exercê-lo” (COHN, 2012, p. 102). O salário também não é suficiente para essas famílias, isto quando elas são assalariadas.

Com relação à conclusão de Cohn (2012) sobre o programa ser um complemento para falhas em outras políticas como o SUS, por exemplo, ela afirma que as famílias que recebem o Bolsa Família normalmente têm membros com doenças crônicas de saúde e não recebem o tratamento adequado devido a falta de acesso aos serviços de saúde e, na maioria das vezes, o valor advindo do benefício torna-se a condição essencial para que elas façam algum exame, paguem alguma consulta e adquiram remédios.

Retorna-se aqui a uma questão central, que nada tem a ver com vagabundagem e resistência ao trabalho: para o exercício da cidadania e de se ser portador de direitos é necessário um grau de estabilidade no acesso à renda e aos serviços públicos voltados para a satisfação das necessidades básicas da população. Note-se também que em todos os casos até o momento, e não foram poucos, manter os filhos na escola é algo prioritário, que só não acontece por absoluta impossibilidade financeira dos pais ou da mãe. Mesmo assim, como se viu, há casos em que os filhos vão com uma única sandália, ou vários deles utilizam o mesmo lápis e o mesmo caderno, por falta de recursos para a compra de material escolar (COHN, 2012, p. 120).

A análise sobre a situação socio-econômica dos usuários do PBF efetuada por Cohn (2012) vem reforçar a ideia que esta dissertação pretende desenvolver: a de que o programa já garante muito mais do que alguns serviços insituídos como direitos, mas que são mal desenvolvidos. E que, além disso, não é interesse dos usuários em não trabalhar, mas sim são as condições estruturais da sociedade em que vivemos que não permitem que estes alcancem qualquer forma satisfatória de reprodução social por meio do trabalho e, ainda, que o programa fortalece a relação dos usuários com as Políticas Públicas de direito.

As principais considerações de Cohn (2012) a respeito do estudo das cartas dos usuários do Programa Bolsa Família são de que todas as ideias pré-concebidas de que o Programa Bolsa Família é assistencialista estimula o não trabalho e a dependência das famílias pobres em relação ao Estado, regredindo-o ao clientelismo, são falsas. O que ela conclui é que, na verdade, essas famílias vivem em situações subhumanas e que este torna-se um dos poucos recursos para sua sobrevivência; e, ainda, o programa retira essas famílias, muitas vezes, de trabalhos humilhantes e degradantes, destitui o sentimento de vergonha por receber uma transferência de renda e as retira de fome.

Pizani e Rego (2013) também trazem como resultados de pesquisa com usuárias do Programa Bolsa Família as seguintes considerações: primeiramente associam as condições degradantes que elas vivem ao seu lugar no processo histórico de pobreza estrutural, isto estimula nutrição e desenvolvimento insuficientes; falta de tempo para estudar e, conseqüentemente, alcançar empregos melhores e inexistência de condições objetivas para ter uma vida saudável; acesso precário ou nulo a condições de trabalho regulares.

Afirmam também que, muitas vezes, as famílias que recebem o benefício do Programa Bolsa Família vêm de situações de trabalho infantil e abandono escolar; têm altas taxas de natalidade, comprometendo, assim, a baixa renda da família; possuem moradias com

estruturas sanitárias e materiais precárias e corroboram para o fortalecimento do sentimento de culpa e individualização por seus próprios problemas.

Assim, Pizani e Rego (2013) concluem que o programa Bolsa Família alivia muitas dessas situações excludentes que, historicamente, os pobres vêm passando, favorecendo com que estas famílias e suas gerações futuras tenham melhor acesso a serviços e oportunidades que nunca tiveram. Reiteram que o programa favorece a autonomia dessas famílias em relação a possibilidade de escolha de seus destinos e as estimula a sair das condições precárias de existência em que vivem.

No governo a Presidente Dilma Rousseff, a proposta do Programa Bolsa Família foi ampliada. A ampliação consistiu em erradicar a miséria do país com investimentos em Políticas Sociais, em especial as de complementação de renda (PBF), serviços sociais básicos e melhoria na inclusão produtiva, integrando um Plano chamado Brasil Sem Miséria. Este plano engloba a valorização da particularidade das diversas regiões do Brasil, a integração dos diferentes órgãos regionais e nacionais, com capacidade de gerir soluções coerentes com cada realidade, com cada caso de miséria apresentado, conforme as regiões.

O plano foi implantado em 2011 por meio do Decreto n. 7492/11, com o objetivo de elevar a renda, propiciar ocupações, ampliar o acesso e participação nos serviços públicos das famílias mais pobres do país por meio da inclusão produtiva, acesso aos serviços de Políticas Sociais e a garantia de transferência de renda (PBF) para o alívio imediato da pobreza extrema. Em suma, o plano visa articular as demais Políticas Sociais com o PBF, como as de educação, saúde, saneamento.

De acordo com o MDS (2015), o plano tem como foco a atuação na área de documentação, energia elétrica, combate ao trabalho infantil, segurança alimentar, apoio à população em situação de rua, educação infantil, saúde da família, rede cegonha, tratamento dentário, distribuição de medicamentos para hipertensos e diabéticos e atendimento intersetorial nas redes referenciadas de CRAS e CREAS. O Ministério também regulamenta que o órgão responsável por este atendimento são os CRAS, por meio de suas equipes que deverão localizar, cadastrar e acompanhar as famílias pobres de sua área de abrangência.

CAPITULO 4 – TENSÕES ENTRE PROTEÇÃO SOCIAL E O TRABALHO NO CAPITALISMO

O que se pretende destacar neste tópico são as contribuições teóricas a respeito da complexa relação no processo de reprodução social que parece opor a renda obtida mediante o dispêndio de força de trabalho e a renda obtida através de transferências de renda governamental por políticas de assistência social.

A compreensão dessa complexa e histórica relação passa necessariamente pela elucidação do processo de acumulação do capital numa sociedade regida pela lógica de mercado e pelo papel do Estado e sua ação através de políticas sociais no processo de reprodução da força de trabalho e controle-coesimento ideológico, temas já expostos nesse trabalho (cap1 e 2). De todos os modos se analisará aqui, de forma introdutória, as tensões e contradições implicadas na relação entre essas duas instâncias da realidade, o que aportará subsídios para a compreensão do objeto de estudo que envolve a relação entre rendas através do trabalho e da transferência de renda do Programa Bolsa Família na percepção de usuários e funcionários. Primeiramente, se faz importante ressaltar que Jessop (2013) e Pereira (2013) afirmam que Política Social e capitalismo coexistem tensionadamente durante todo o processo histórico, como traduzem as palavras de Pereira (1996):

[Há] constante tensão entre interesses opostos no interior das políticas de proteção social, o que pode ser explicado pelo confronto permanente, no âmbito dessas políticas, entre os imperativos calcados nos princípios da rentabilidade econômica e das necessidades sociais (PEREIRA, 1996, p. 38).

A autora identifica os “interesses opostos” na relação entre a dinâmica da rentabilidade econômica (mote da sociedade de mercado e da relação entre as classes fundamentais no capitalismo) e de ações públicas que favorecem a reprodução da satisfação das necessidades das classes pauperizadas. A metáfora do “casamento” bem aplicada por Jessop (2013) parece explicar claramente a evolução dessa tensa relação que comporta, dialeticamente, tanto o avanço na proteção social cidadã, quanto o atendimento aos interesses da reprodução do capital, até do ponto de vista histórico.

[...] o “casamento feliz” do capitalismo e do Estado de bem-estar não foi permanente, mas passou por um período experimental de coabitação até alcançar um *modus vivendi* mutuamente satisfatório; porém, posteriormente, experimentou dificuldades quando as incompatibilidades foram descobertas; e, apesar dos aconselhamentos e tentativas de reconciliação, a relação se

deteriorou gradualmente até que novos horizontes se abriram para o capitalismo. O Estado de Bem-Estar, se não foi abandonado, foi, na realidade, deixado para desempenhar um papel secundário em um novo relacionamento [...] (JESSOP, 2013, p. 264, grifo do autor).

Percebe-se, então, que a tensão existente na correlação entre Política Social (Estado) e Capital (mercado) evolui de forma inconstante, ao sabor da correlação de forças no interior do Bloco histórico, na concepção gramsciana, na qual a mútua determinação entre infraestrutura e superestrutura desenha cenários em que ora os interesses das classes subalternas ora os interesses das classes dominantes prevalecem. Enquanto a Política Social for fragmentada e focalizada, o capital não interfere no seu desenvolvimento, mas a partir do momento em que ela ultrapassar os limites aceitáveis para a valorização do mercado, representando uma ameaça a este sistema, a tensão vem à tona.

Falar de proteção social capitalista não é tarefa simples, a começar pelo fato de ela não ser apenas *social*, mas também *política e econômica*; isto é, a proteção social gerida pelo Estado burguês e regida por pactos interclassistas, que procuram conciliar interesses antagônicos, sempre se defrontou com o seguinte impasse: atender necessidades sociais como questão de direito ou de justiça, contando com recursos econômicos escassos porque, de acordo com a lógica capitalista, a riqueza deve gerar mais riqueza e, portanto, ser investida em atividades economicamente rentáveis (PEREIRA, 2013, p. 637, grifo do autor).

Pereira (2013) apresenta elementos para a discussão do tema ao analisar a relação particular entre Política Social e Capitalismo, considerando primeiramente que as dimensões sociais e econômicas são as mais contraditórias porque revelam interesses coexistentemente antagônicos levando em consideração a justiça social, os direitos *versus* a lucratividade e as consequências da irracionalidade dos mercados. Ocorre que, esta coexistência responde a relações de poder quando se trata de satisfação das necessidades humanas. Assim:

[...] a proteção social, a despeito de, em princípio, se contrapor à lógica da rentabilidade econômica privada, nunca esteve, na prática, livre de enredamentos nas relações de poder [...] a despeito de aparentemente não ser um mecanismo econômico, seu papel na produção e distribuição de bens e serviços públicos, necessários à satisfação das necessidades humanas, sempre esteve, prioritariamente, a serviço da satisfação das necessidades do capital [...] (PEREIRA, 2013, p. 637).

A tensão a ser analisada neste capítulo se expressa na contradição entre a proteção social incentivar ou não à lógica da rentabilidade econômica ou garantir minimamente recursos para o desenvolvimento dos cidadãos para além do mercado. Como já foi tratado no

primeiro item deste trabalho, na medida em que o trabalho não pode satisfazer as necessidades humanas e sociais de todos os indivíduos, devido se realizar num ambiente de competitividade excludente inerente¹⁸ ao modo de produção capitalista, o Estado, pressionado por multiplas forças sociais – pelo movimento operário principalmente - assume este papel que, conforme se desenvolveu no segundo capítulo desta dissertação, pode servir tanto aos interesses do capital como do trabalho.

Assim, a ideia de bem-estar para Engels e Marx estaria diretamente associada à liberdade de trabalhar conforme as necessidades humanas e sociais e a liberdade de socialização dos meios de produção. Para Pereira (2013) a tese de Marx sobre bem-estar implica definir o trabalho em sua essência como produto social a ser garantido pelo livre desenvolvimento das faculdades físicas e intelectuais dos indivíduos na preservação do bem-estar coletivo com o reconhecimento da autonomia relativa do Estado de organização política da infraestrutura burguesa ou como instrumento de proteção social em contraposição ao trabalho explorado (PEREIRA, 2013). Assim:

A lógica da capacidade/incapacidade ao trabalho, embora tenha uma implicação mais direta e explícita nos benefícios de substituição e/ou complementação de renda, também causam impacto nos programas, projetos e serviços continuados. Estes são direcionados e focalizados cada vez mais para os segmentos tidos como vulneráveis e incapacitados para a vida independente e para o trabalho (BOSCHETTI, 1999, p. 70).

Esta autora afirma que, historicamente, todas as formas de assistência contrapõem o ideário da cultura do trabalho, gerando, assim, muitas ações focalizadas. Nesse contexto, a autora classifica dois tipos de focalização, uma de cunho considerado positivo já que é utilizado como forma de atendimento aos mais necessitados e outra de cunho negativo em que se segrega os capazes e incapazes, comprovadamente, de trabalhar para reservar-lhes a assistência.

Para Castel (2012) a não inserção na “civilização do trabalho” gera o processo de desfiliação, tornando excluídos do mundo do trabalho assalariado “inempregáveis, inúteis para o mundo”. As relações de trabalho são o centro da reprodução social no capital, neste

¹⁸ Para Engels e Marx, o bem-estar, fora do capitalismo, será provido a partir do momento em que o trabalho deixar de prenciar a desigualdade e se tornar patrimônio de todos e, livremente realizado conforme as potencialidades e necessidades dos trabalhadores. “[...] Os homens, uma vez emancipados, [...] estariam livres do trabalho assalariado, realizado sob coação; portanto, seriam capazes de usufruir da liberdade de realizar pelo trabalho a sua própria humanidade [...] realizar o seu trânsito do reino da necessidade para o da liberdade” (ENGELS apud PEREIRA, 2013, p. 40).

contexto o trabalho torna-se um imperativo nas formas de identidade social, assim o trabalho permanece como referência dominante não somente no sentido econômico, mas também no cultural e simbólico. O processo de exclusão do mundo formal de trabalho é o que gera a desfiliação social e este processo gera a categoria dos “supranuméricos” que, por sua vez, nem sequer alcançam o patamar de assalariados, são supérfluos ao mercado (CASTEL, 2012).

O estímulo ao trabalho se configurou na história como uma obrigação das ações públicas, caso contrário, haveria a proliferação de pessoas ociosas e sem interesse de ocupar o seu tempo, presumia o pensamento dominante. Neste sentido, surgem os sistemas de atenção à pobreza pautados em complementação de renda, de acordo com Boschetti (2001), desde as primeiras iniciativas já continham críticas liberais de que desestimulariam a sobrevivência pautada no trabalho e, por isso, deveriam ser abolidos ou focalizados nos incapazes para uma vida laboral.

O “homem normal”, portanto, é aquele que se insere no mundo do trabalho do Capital e “aceita” as condições ali colocadas. O “anormal”, inversamente, tem sua representação centrada na vadiagem, na preguiça e na indolência. Não raras vezes, entretanto, o “anormal” também difere do trabalhador por diferenças étnicas, regionais, culturais, econômicas e políticas. O branco trabalhador e o índio indolente, o imigrante trabalhador e o negro inapto para o trabalho assalariado, e o gaúcho empreendedor e o nordestino acomodado, exemplificam representações de normais e “anormais” (GOETTERT, 2002, p. 104, grifo do autor).

As ideias de uma época sempre foram a ideia da classe dominante e, no Brasil, conforme Goettert (2002), imaginava-se que os não trabalhadores seriam os indolentes e ociosos que não aceitavam a dominação. Este pensamento seria um reflexo do pensamento europeu no processo de “colonização” brasileira. Assim, como o ideário de que os sem trabalho seriam desclassificados sociais, uma classe perigosa que deveria exercer o trabalho compulsoriamente. A produção ideológica da noção de trabalho dignificante que retira a autonomia do trabalhador e mobiliza-os conforme os interesses burgueses faz com que, diante do projeto de sociedade da classe burguesa, os que não tem espaço no mercado de trabalho sejam considerados “vadios”:

Na sociedade do trabalho, qualquer atitude desviante sofre a construção de representações que dificultam a sua vivência e aceitação no meio social. Assim, o indivíduo excluído não é simplesmente quem é rejeitado física, geográfica ou materialmente, ele não apenas é excluído da troca material e simbólica, como também (e principalmente) ocupa um espaço negativo na representação social dominante (TOSTA apud GOETTERT, 2002, p. 113).

O processo de acumulação capitalista, seja na Europa seja no Brasil, resulta da exploração da força de trabalho e produção da mais-valia somada ao exército industrial de reserva, que, por sua vez, não permite que os salários se sobreponham a oferta de emprego, contribuindo para a perpetuação da exploração do trabalhador (PEREIRA, 2013).

É óbvio que o trabalho de que falam os defensores da ideologia burguesa é o *assalariado*, inerentemente explorador, alienado, hostil à emancipação humana. E, portanto, um trabalho que representa uma distorção violenta do trabalho que, nos termos da economia política crítica, define a espécie humana; isto é, do trabalho entendido como uma necessidade humana vital, mediante o qual homens e mulheres interagem positivamente com o mundo que os cerca e com a natureza, não só para terem os seus carecimentos materialmente atendidos, mas também para desenvolver coletivamente e sua própria humanidade. Logo, o trabalho assalariado é incompatível com a linguagem dos direitos sociais, que, em tese, não se pauta pelo princípio da competição e da exploração. Pelo contrário, tais direitos, no capitalismo, deveriam proteger, inclusive mediante a política pública de assistência, os cidadãos trabalhadores das consequências adversas do trabalho assalariado, movendo, para tanto, meios e recursos não mercantilizados de prevenção e intervenção (PEREIRA, 2013, p. 648, grifo do autor).

A defesa intransigente do trabalho assalariado é a forma que o capital tem de não permitir a evolução da proteção social universal. O que quer dizer que, além da desagregação do trabalho como práxis, a sua submissão à lógica perversa do salário e seu caráter ilusório, existe uma tendência de desproteção social em alguns momentos históricos com a prerrogativa de mercantilizar as respostas às necessidades. Ou seja, as necessidades devem ser providas pela compra dos produtos advindos do trabalho explorado. Isto quer dizer que os cidadãos são explorados duas vezes: primeiro na venda de sua força de trabalho por um valor menor do que ela vale e, em segundo lugar, pela necessidade de comprar do mercado as mercadorias produzidas por eles próprios com o salário irrisório que recebem.

De uma forma geral, a satisfação das necessidades humanas na lógica do capital deve ser respaldada a partir do consumo e da produção e, em tese, o salário deveria ser o meio de alcançar este consumo; porém, diante da superexploração do trabalhador e do caráter ilusório do salário faz com que essa função não ocorra.

Para Pereira (2002), essa relação é definida tendo como base a satisfação das necessidades humanas que não são apenas biológicas, mas também sociais e espirituais e, por isso, possuem diversos meios de satisfazê-las como o trabalho, a política, os direitos, as leis, etc. Já para Faleiros (1989), essa questão representa uma disjunção entre a forma de

reprodução e representação do trabalhador no sistema capitalista de produção social. Ao definir que a reprodução e representação do homem estão diretamente articuladas com a forma com que ele conduz o trabalho, Faleiros (1989) afirma que a forma capitalista de apropriação do trabalho e transformação do trabalhador em vendedor da sua força de trabalho e comprador de bens de consumo, supera a atribuição de recursos para a sobrevivência.

O não trabalho, no capitalismo, entretanto, não dá “direito” à sobrevivência, apesar de o sistema não absorver a todos que queiram trabalhar e estigmatiza-os como vagabundos. A sobrevivência do “não trabalhador” no capitalismo deve ficar à custa da família ou sob a forma de ajuda temporária inferior ao salário. Sua transformação em direito é um processo econômico e político de mudanças no capitalismo e nas relações de força. As crises de produção/consumo e as lutas sociais dos trabalhadores forçaram a garantia de uma prestação mínima através de formas variadas como seguro, subvenções, prestações de emergência, transferências a fundo perdido. Se a sobrevivência do trabalhador pelo salário é dura e difícil, a do “não trabalhador” não se mediatiza no mercado de trabalho e de consumo, mas num “mercado político”, que o coage a trabalhar, sem podê-lo fazer e submeter-se a obtenção de recursos fora das relações de trabalho, através de instituições. A mediação da sobrevivência se constrói num processo político complexo, combinando benefícios e coerção, que avançam e recuam conforme conjunturas, lutas e crises. O benefício aparece como separado da produção, como ato apenas de *re-produção* (FALEIROS, 1989, p. 121, grifo do autor).

A questão da sobrevivência através da Proteção social equivale à sobrevivência pelo “não trabalho” e existe porque a atual forma de vida não permite que todas as pessoas aptas ao trabalho sejam absorvidas pelo mercado de trabalho, muitas vezes, até mesmo as que estão trabalhando não conseguem sobreviver tendo como renda o seu salário. Assim, a proteção social em sua perspectiva de cidadania, de acordo com Pereira (2013), torna-se “mal vista, esvaziada de dignidade e alvo de desqualificações” (Ibid., p. 643), enquanto que quando se vincula ao trabalho assalariado torna-se “bem-vista e merecedora de credibilidade e prestígio social” (Id.). Daí que:

[...] o grande dilema da proteção social capitalista de ontem e de hoje, seja o de como lidar com o exército de reserva criado pelo próprio sistema para se reproduzir; ou de como fazer para evitar que os pobres aptos para o trabalho, mas sem trabalho, ao serem protegidos como sujeitos de direitos, fiquem “mal acostumados” e deixem de se guiar pela ética capitalista, de acordo com a qual só o trabalho enobrece o homem e o livra da miséria material e moral (HIGGINS apud PEREIRA, 2013, p. 643, grifo do autor).

Pereira (2013) elenca algumas medidas existentes na atualidade que são usadas pela política pública em âmbito mundial que, de alguma maneira, se colocam diante do dilema

acima enunciado: a focalização da proteção social; a ativação compulsória dos pobres capazes de trabalhar; as condicionalidades como meios de comprovação da pobreza; o princípio da menor elegibilidade e o controle da pobreza.

A reprodução que não atende ao capital é vista como fracasso de quem recorre a formas de sobrevivência que não é o trabalho e coloca o “ajudado” em um condição de submissão e inferioridade diante do doador, e se este “doador” for o Estado a submissão torna-se mais complexa. “[...] A *reprodução* é desvalorizada frente à produção. *Re-produzir-se* é meio para produzir na lógica do capital; já na lógica do sujeito o produzir é meio para *reproduzir-se*” (FALEIROS, 1989, p. 121, grifo do autor).

A lógica da produção e reprodução obedece a objetivos complementares. Para o capitalista, a reprodução do trabalho alienado é uma forma de cumprir o papel do capital e para o trabalhador, a reprodução por meio da venda do seu trabalho é uma forma de reproduzir-se humanamente e socialmente, ou seja, representar-se. Reprodução e representação estão diretamente associadas à condição de consciência de si em frente ao outro pela forma de construção social, de mediações de luta, de interesses coletivos e individuais.

O processo de produção e reprodução social é um processo de relação de forças, que envolve disputas de visões de mundo, já que toda hegemonia se constrói por meio da formulação de um senso comum superestruturante, formado por mediações teóricas e sociais de contextualização da prática social.

A luta por justos salários tem levado à ideia de que o trabalhador deve ter condições de comprar bens de consumo e de serviço diretamente no mercado. O uso dos benefícios sociais como forma de subalternização faz entendê-los como “fetiches de ajuda”. A inexistência de Políticas Sociais públicas consequentes que reconheçam direitos básicos completa o quadro de incertezas e faz com que a única garantia seja a de ter “dinheiro no bolso”. Estes elementos de crítica da sociedade capitalista brasileira e das relações sociais que lhe são inerentes, ao lado da inexistência de uma proposta articulada e de esquerda para o modelo político de Estado Social, reiteram o conceito de que o salário é o melhor remédio pois garante maior autonomia ao trabalhador. Outra mistificação sem dúvida vinculada ao aqui exposto é a difusão entre nós do conceito de que “a assistência é a mãe dos vícios e o trabalho o pai das virtudes” [...] (YAZBEK, 1999, p.11, grifo do autor).

O termo “classes subalternas” engloba todas as classes que, de alguma forma, não ocupam uma posição privilegiada na estrutura social sendo, por isso, desqualificados socialmente, mais especificamente os pobres que vivenciam condições de exclusão e submissão consentida e/ou forçada. A questão da precarização salarial, para Laurell (2002),

decorre do que ela chama de “proletarização”, um processo social que faz da questão do salário o elemento central da sobrevivência.

"Os elementos básicos desta estratificação são as desigualdades nas condições e na qualidade do trabalho, no consumo e na proteção social [...]" (LAURELL, 2002, p. 156). A mesma autora reitera que a forma liberal de Estado provoca estratificação social, diferenciando as pessoas pela posição ocupada no mercado de trabalho, bem como de sua remuneração, assim como, a relação entre ações de Políticas Sociais e do mercado engendram uma peculiaridade: a atribuição de serviços sociais por meio da perspectiva de direitos ou méritos e instituída a partir das premissas da mercadorização das relações sociais privadas e públicas. Para o ponto de vista liberal, o gozo de direitos deve responder a uma contrapartida, que geralmente deve ser por meio do trabalho, como uma forma de pagamento.

O lugar do trabalho nas experiências é, muitas vezes e de maneira diversificada, um lugar contraditório: lugar alienado de lutar “pela vida” que muitas vezes se confunde com o próprio trabalho, lugar de espoliação, de sofrimento, que permeia as lembranças desde a infância. Aqui o trabalho é atividade submetida à espoliação (“labour”): perdas objetivas e sofrimentos subjetivos. Mas é também questão básica quando se trata da manutenção da vida e da dignidade do homem. Como atividade humana, situa o homem na vida social, ainda que, para os narradores que ouvimos, não se coloque nem de longe a perspectiva do trabalho como atividade criadora ou libertadora (“Work”) (YAZBEK, 1999, p. 98, grifo do autor).

Yazbek (1999) afirma que o trabalho, em sua pesquisa, não representa uma escolha mas sim a sobrevivência do trabalhador e de sua família. E reitera que, ainda assim, apesar de desqualificado, monótono, repetitivo e sem criatividade, o trabalho configura-se como uma forma de ser, uma forma de inserção digna na vida social, um caminho para “ganhar a vida”, uma identidade social, que muito se distancia de sua função criadora ontológica.

Em todas as narrativas, fica claro que os ganhos constituem o elo mais explícito com o trabalho. Os ganhos e os salários são os resultados objetivos do trabalho. Ganhos em geral aviltantes, limites para o consumo, para o que se pode ter, mas que permitem atenuar um pouco a situação de pobreza. O salário é fetichizado, transformado em caminho para melhorar a vida e ter alguns bens e alguma tranquilidade. A busca de segurança na reprodução do trabalhador e de sua família tem nos ganhos obtidos com o trabalho em um de seus fundamentos. E todos sabem que sem o trabalho a vida é impossível (YAZBEK, 1999, p. 98-99).

Porém, mesmo que o trabalho represente uma obrigação para a população, torna-se, muitas vezes, a única alternativa de sobrevivência e reprodução social de muitos. E os que não o tem procuram tê-lo como uma forma de não cair no papel de “desocupado”, “vagabundo”.

As ambiguidades que caracterizam as representações acerca do trabalho e das formas de obtenção de rendimentos, particularmente diante da condição da baixa qualificação desses trabalhadores, sinalizam um processo onde a exclusão integra o processo de trabalho. O trabalho como atividade transformadora da natureza e do próprio homem é aqui ação que não emancipa, é condenação à reserva com poucas possibilidades de entrar na ativa. Temos hoje na sociedade brasileira um contingente crescente de subempregados, desempregados, explorados, homens divididos entre o reconhecimento do peso e da exploração de sua força como trabalhador e a busca da sobrevivência e da ascensão pelo trabalho (YAZBEK, 1999, p. 100).

Nesse contexto, insere-se a reflexão de coexistência conflituosa entre as diversas fases do capitalismo e os diferentes tipos de Estados de Bem-Estar Social que Jessop (2013) elenca. Para o autor, as formas de Estado de Bem-Estar sejam elas Bismarkianas, Keynesianas ou Social-democratas desenvolvidas nos países do ocidente, não representam mais do que a reprodução econômica disfarçada em princípios democráticos dissolvidas em direitos de cidadania que, por sua vez, tem o papel de esconder regimes autoritários, competitivos, com direitos sociais e econômicos arraigados sob a lógica do capital, onde há um “[...] conjunto de relações sociais de produção organizadas ao redor da acumulação com fins lucrativos, mediadas pelo mercado, e baseadas na generalização da forma de mercadoria, incluindo a força de trabalho [...]” (JESSOP, 2013, p. 266).

Partimos do pressuposto de que exclusão e subalternidade configuram-se como indicadores sociais que ocultam/revelam o lugar que o segmento das classes subalternas que recorre à assistência social ocupa no processo produtivo e sua condição no jogo de poder. Submerso numa ordem social que os desqualifica, num cotidiano marcado pela resistência, vai aí constituindo os padrões mais gerais de sua identidade, sua consciência e representações (YAZBEK, 1999, p. 66).

Quando a autora estuda as representações de trabalho que os usuários da assistência social possuem deste, revela que o identificam como: uma forma de ganhar a vida e obter melhores condições financeiras. Reitera que os trabalhos encontrados nas vivências dos entrevistados de sua pesquisa normalmente são instáveis, com rendimentos baixos, nos setores informais de desenvolvimento da economia, voltados para o comando do mercado e subordinado socialmente. Afirma também que um resultado comum de sua pesquisa foi o

encontro com o desemprego e a vergonha do desempregado por não ser o “provedor” de sua família, o que se encontrou com o discurso do trabalho como valor ético central de ascensão social, como forma de alcance da dignidade de quem trabalha.

A assistência social, portanto, não é ação incompatível com as demais políticas sociais, muitos menos com o trabalho. Na verdade, ela é a condição necessária para que as políticas de atenção às necessidades sociais, engendradas pelos mecanismos excludentes do mercado, inclusive o mercado de trabalho, se efetive como direito de todos [...] (PEREIRA, 1996, p. 52).

A autora acima define, claramente, sua posição a respeito da contradição entre assistência social e trabalho sob a ótica do capital. Para ela, essas duas categorias não são antagônicas, apesar de complexas. O que as torna opostas é a forma social em que estão sendo desenvolvidas. Já para Boschetti (2001) essa contradição envolve a questão de que a assistência social como direito é materializada na condição do não-direito, já que o que dá direito ao cidadão ser atendido pela assistência é sua condição de privação de algumas necessidades humanas básicas.

A Política de Assistência Social “é uma *política em constante conflito com as formas capitalistas de organização social do trabalho*” (BOSCHETTI, 2001, p. 32, grifo do autor). Isso quer dizer que em sua criação e desenvolvimento a sua identidade é contrária à organização que o capital quer imprimir ao trabalho. Por isso, é um campo que não pode ser muito desenvolvido, já que pela ótica neoliberal, não deve contrariar os princípios do trabalho.

O primado liberal do trabalho ou, mais precisamente, do trabalho assalariado, materializou na história o princípio segundo o qual o homem deve manter a si à sua família com os ganhos do seu trabalho, ou com a venda da sua força de trabalho. Visto que este princípio sustenta e funda a organização socioeconômica capitalista, a perspectiva e as iniciativas de instituição e garantia de renda por meio de políticas assistenciais, sob a forma de “renda mínima”, portanto dissociadas do exercício do trabalho, são profundamente permeadas por debates teóricos tensos, conflituosos e, como não poderia ser diferente, orientadas por perspectivas políticas e ideológicas antagônicas (BOSCHETTI, 2001, p. 32, grifo do autor).

O que move a contradição da assistência social, enquanto proteção social, na sociedade do capital é o princípio de justiça social e equidade que a assistência social insiste em executar. Ou seja, quanto mais se investe em assistência social menos necessidade de submissão ao trabalho alienado e mais dignidade o cidadão alcança. Exemplo disso é o estudo de Stein (2009) sobre os Programas de Transferência de Renda que a faz concluir que, na

América Latina, os Programas de Transferência de Renda substituem a ausência de rendimento provocada pelo desemprego ou emprego precário.

O medo do parasitismo é típico da moderna sociedade capitalista e deriva da equação entre trabalho e respeito, que, porém, é historicamente contingente, como salienta o autor: “o valor moral absoluto atribuído ao trabalho, a supremacia do trabalho sobre o lazer, o medo de desperdiçar o tempo, de ser improdutivo – este é um valor que todos, ricos e pobres, sustentavam na sociedade do século XIX” [...] Isso leva a considerar vergonhosa a situação de desemprego e de dependência econômica; contudo, tal juízo é histórica e culturalmente definido. A ideia de que os que recebem algo do Estado devam retribuir com uma prestação de qualquer tipo à “caridade” pública é a expressão dessa atitude cultural. Essa mesma atitude cultural, política e ideológica não considera, contudo, parasitários os privilégios daqueles que vivem de renda financeira [...] (PINZANI; REGO, 2013, p. 48, grifo do autor).

Em tempos de reordenação do trabalho sob aportes capitalistas, a proliferação de programas de garantia de rendas de cidadania, como preconiza, atualmente, a assistência social, revela a tensão existente entre o trabalho assalariado como instituição capitalista de existência e as Políticas Sociais – recorde-se a obrigatoriedade do trabalho aos capazes de trabalhar desde o período da Lei dos Pobres. Desde esse momento da história da sociedade, Boschetti (2001), afirma que já se pretendia estimular a obrigatoriedade do trabalho como fonte de renda, provisões sociais públicas atrapalhariam esta conduta, sendo, por isso, consideradas contrárias ao desenvolvimento da liberdade das pessoas.

No entanto, a proteção social sob a lógica capitalista assume injunções desmoralizantes, de tutela, paternalismo, estigmatiza os provisos e receptores, porém a contradição está no fato de que esta se torna necessária diante das necessidades insaciáveis do capital que atingem a população em geral “[...] que vem sendo ostensivamente rebaixadas em nível bestial de sobrevivência animal” (PEREIRA, 2013, p. 640).

Efetivamente, na retórica, que louva o labor como atividade dignificante, o mercado livre, o individualismo possessivo; o mérito como antítese do direito e a ética hedonista do prazer imediato e fugaz, o comprometimento do poder público, com a garantia dos direitos sociais, torna-se desacreditado. Não porque o capital independa do Estado para garantir o trabalho assalariado e a manutenção de um exército de reserva, que lhe são essenciais. Mas porque a linguagem e a cultura dos direitos sociais, diferentemente dos direitos individuais, trazem para o âmbito da exploração do trabalho assalariado o questionamento de seus abusos (PEREIRA, 2013, p. 641).

O trabalho então, passa a ser a forma de provisão digna em detrimento da proteção social pública, dando ênfase ao individualismo possessivo que remete ao trabalho assalariado e seus abusos. Desde o século XX, de acordo com a restropectiva histórica do segundo capítulo deste trabalho, a proteção social vem sendo questionada tendo em vista que ela não desenvolve o processo de troca, destoando da lógica meritocrática do trabalho assalariado enquanto contrapartida e sob regência da lógica contratual e suas condicionalidades. Porém, Pereira (2013) afirma no trecho acima que o trabalho e sua lógica exploradora está passando, gradativamente, por um questionamento social por conta do desenvolvimento de proteção social.

A relação do trabalho na sociedade capitalista, conforme já foi verificado anteriormente, envolve mais do que a transformação da natureza, apresenta, a contradição entre exploração e sobrevivência. A mesma relação pode ser associada ao desenvolvimento de Políticas Sociais, especialmente à Política de Assistência Social e ao Programa Bolsa Família, já que estes prefiguram ao alcance de condições materiais de sobrevivência sem dependência direta do trabalho e da espoliação que o mesmo causa na forma social atual e que “[...] Políticas assistenciais de garantia de renda a trabalhadores sempre foram vistas, sob a ótica liberal, como ameaças à sociedade de mercado [...]” (BOSCHETTI, 2001, p. 34).

O que quer dizer que, na atualidade, o trabalho explorador é a forma valorativa de alcance da cidadania, ao contrário do atendimento da Política de Assistência Social, causando a existência de muitos discursos pejorativos quanto aos usuários de benefícios. A relação particular entre Trabalho, Política Social e Programa Bolsa Família envolve exatamente esta questão, em um dado momento histórico, conforme já mostrado neste capítulo, o trabalho assumiu um papel para além da transformação da natureza em função da sobrevivência e se tornou uma forma de manipulação e subalternização social do trabalhador; a Política Social, por sua vez, assumiu a função de garantia de satisfação das necessidades básicas humanas que apenas o trabalho poderia assumir, conforme a tese que favorece o capital.

[...] embora a concepção da assistência social porte uma dimensão de “provisão social”, que tem por base a noção de direito social, a mesma é plasmada no contexto de uma sociedade que historicamente vinculou o campo dos direitos sociais à versão de compensação àqueles que, pelo trabalho, eram merecedores de ser atendidos socialmente. Sendo assim, o campo dos direitos, na sociedade brasileira, é marcado por um processo contraditório, próprio da relação acumulação de capital *versus* distribuição de renda [...] (COUTO, 2010, p. 167-168, grifo do autor).

Pereira (1996) afirma que a relação entre assistência social e capital pauta-se em a assistência assumir o papel de anunciar a falácia do desenvolvimento do capital e das

potencialidades do mercado, destituindo a racionalidade da acumulação como possibilidade de maximizar a ordem socio-econômica. Também complementa que Marx já havia renunciado isso quando analisou a criação da legislação fabril inglesa como um ato revolucionário que representou uma vitória importante sob *a imposição de limites ao capital*.

A mesma autora reitera que a teoria marxiana critica a Política Social burguesa (legislação fabril), na medida em que Marx defendeu uma sociologia de bem-estar em suas obras, assim como a liberdade, a igualdade e a participação social em detrimento do trabalho apropriado pelo capital. Quando Marx tratou das consequências do capitalismo para a classe operária ele desenhou o cenário de desigualdade que esta forma de produção e reprodução social desenvolve, a sua autorrealização, sob os princípios da rentabilidade econômica.

Com um olhar voltado para a contemporaneidade, Jessop (2013) afirma que a forma assumida pelo capital globalizado, de aprimoramento da comunicação ou o que ele mesmo nomeia de “sociedade mundial”, as formas de gestão das Políticas Sociais tomam proporções multiespaciais, transformando-se em “metagovernanças” e representando ações multiescalares, formas globais de interação social e de padrões de condução da vida. Isso se torna, segundo o mesmo autor, um desafio para as bases tradicionais de cidadania e solidariedade que os Estados de Bem-Estar buscam desenvolver, são reflexo da integração do mercado mundial. Ou seja, para os autores expostos neste item, essa tensão existe em todos os momentos históricos de desenvolvimento do capital, em alguns mais e em outros menos explícita.

Pereira (2013) também sinaliza que, na atualidade, há tendências de privatização da proteção social e de fortalecimento da ética do trabalho na medida em que se atribui à proteção social a perspectiva da renda, o mérito, o poder de consumo e a lógica comercial não como um direito. “[...] A noção de proteção social [...] está sofrendo um processo contínuo de laborização e monetização, que exige o desmonte da cidadania social e redundando numa regulação antissocial e perversa, que mais pune do que protege o trabalhador, em benefício do capital [...]” (PEREIRA, 2013, p. 650). Neste jogo de correlação de forças entre capital e proteção social as estratégias para o fortalecimento de um ou de outro são diversas e isto somente reforça a tese de que estas tendências coexistem, porém não pacificamente.

Toda a contradição existente na sociedade respaldada pela tensão e necessidade de coexistência entre Proteção Social e Trabalho assalariado na sociedade capitalista reflete na reprodução social dos indivíduos. Esta reprodução, por sua vez, apresenta o modo capitalista

de pensar, já analisado por Martins (1982), como uma forma derivada do processo capitalista de produção incorporada por capitalistas e não capitalistas, já que o modo de produção determina as diversas formas de pensamento e ação.

O modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração das suas bases de sustentação – ideológicas e sociais (MARTINS, 1982, p. 9, grifo do autor).

A reprodução social está pautada na forma social e objetiva de ação social, para Martins (1982) as diferentes ideias existentes na sociedade do capital tem a função de torná-la aceitável e inquestionável, o que quer dizer que a cultura do trabalho enquanto dignidade moral humana e a não aceitação da proteção social faz parte do modo de valorização do capital.

[...] o modo capitalista de pensar é a mediação necessária na produção e reprodução em crise da alienação que subjuga quem não é capitalista, invertendo o sentido do mundo e dando uma direção conservadora e reacionária à ação que deveria construir a sociedade transformada, desvinculando e contrapondo entre si o saber e a prática (MARTINS, 1982, p. 10).

Assim, o saber deixa de ser algo pertencente apenas à classe dominante e passa a ser também alcançado por outras classes pertencentes ao sistema. Especificamente, no modo capitalista de pensar as concepções conservadoras, reacionárias e moralistas formam uma escala de valores educativa que reproduz as bases das ações em comunidade. De acordo com Goettert (2002), a herança das considerações sobre o trabalho *versus* vagabundagem (os que não trabalham) no Brasil advém da era colonial. Mulheres e homens subordinados à lógica da submissão e exploração para manter o *status quo* dos donos dos meios de produção.

Vadios, vagabundos, indolentes e preguiçosos, são alguns dos adjetivos empregados àqueles que se encontram “fora” do *mundo do trabalho*. Representações construídas e reconstruídas continuamente como garantia de manutenção do ícone-trabalho. Representações que figuram no imaginário social brasileiro e que tiveram sua origem já no contato entre europeus e índios a partir do século XVI. Representações que, também, sofreram mudanças na medida que novas relações de trabalho e novos trabalhadores foram necessários, e outros desnecessários, na reprodução das relações de poder que sustentam as bases material e simbólica para a opulência de

poucos e a desclassificação social de muitos (GOETTERT, 2002, p. 101, grifo do autor).

Os sem trabalho, no Brasil, sofrem as consequências de uma representação estigmatizada desde a sociedade escravista em que as dicotomias, desigualdades e assimetrias atingiam os trabalhadores e não trabalhadores do mundo do capital. O processo de construção e desconstrução das concepções que sustentam os projetos ideológicos acabam fragmentando tanto os que trabalham quanto os que não trabalham.

CAPÍTULO 5 – CONCEPÇÕES DE USUÁRIOS E DE TÉCNICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL SOBRE A TENSÃO ENTRE RENDIMENTOS DO TRABALHO E DO BOLSA FAMÍLIA

Este capítulo corresponde à etapa do presente estudo que procura apresentar os resultados da pesquisa de campo e analisar a percepção dos usuários e técnicos sobre o Programa Bolsa Família em que estão inseridos, diante das contradições entre possuir uma renda proveniente de Políticas Sociais (Bolsa Família) e do trabalho, imersos em uma sociedade capitalista que valoriza o trabalho assalariado.

Primeiramente, pretende-se descrever sucintamente algumas características desses entrevistados. É importante ressaltar que, mediante a ética na pesquisa, os entrevistados não serão identificados. Os profissionais serão apresentados conforme a sua função nos CRAS's e as usuárias conforme os nomes fictícios que elas mesmas indicavam no ato da entrevista.

No campo dos profissionais foram entrevistados três cadastradores, três psicólogas e duas assistentes sociais dos três CRAS visitados. As assistentes sociais foram as mais resistentes em dar entrevistas, apenas uma permitiu que a entrevista fosse gravada. Por isso, são utilizados neste tópico trechos do diário de campo em relação a esta entrevista. Também se faz importante considerar que os profissionais entrevistados têm formações diversificadas, mas todos trabalham com a Política de Assistência Social e com o PBF.

QUADRO I – SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS

CARGO NO CRAS	TEMPO DE FORMAÇÃO	IDADE	TEMPO DE TRABALHO NO CRAS
Assistente Social 1	7 anos	30	6 meses
Assistente Social 2	10 anos	35	10 meses
Psicóloga 1	5 anos	28	6 meses
Psicóloga 2	7 anos	31	7 meses
Psicóloga 3	6 anos	32	4 meses
Cadastradora 1	X	35	1 mês e meio
Cadastradora 2	X	26	1 mês e meio
Cadastrador 3	X	41	9 meses

Fonte: Elaboração própria.

Os Cadastradores entrevistados são duas mulheres, uma de 26 e outra de 35 anos e um homem de 41 anos; as mulheres trabalham no CRAS há um mês e meio e o homem há nove meses. São cargos que necessitam de nível médio. As psicólogas são mulheres e uma de cada CRAS visitado. A idade delas são 28, 31 e 32 anos, têm formações acadêmicas há 5, 6 e 7 anos respectivamente, sendo que trabalham no CRAS há 6, 7 e 4 meses. E, por fim, as assistentes sociais possuem 30 e 35 anos, são formadas há 7 e 10 anos e trabalham no CRAS há 6 e 10 meses respectivamente.

QUADRO II - CATEGORIZAÇÃO DOS SUJEITOS TRABALHADORES DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

FUNÇÃO NO CRAS	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PERFIL
Técnico de nível superior da Política Municipal de Assistência Social	05	03 Psicólogos	Média de 7 anos de formação, menos de um ano de trabalho no CRAS da entrevista e 30 anos de idade.
		02 Assistentes Sociais	Média de 8 anos de formado, menos de um ano de trabalho do CRAS da entrevista e 33 anos de idade.
Técnico de nível médio	03	Cadastradores	Idade média de 35 anos e média de um ano de trabalho no CRAS da entrevista.

Fonte: Elaboração própria.

Estas informações agrupadas em perfis servirão posteriormente para analisar as categorias dos dados dos informantes. Mais adiante, as usuárias serão categorizadas conforme sua condição de trabalho e familiar, porém os profissionais não passaram por esta categorização já que eles estão representados conforme sua função na execução da política. Estes profissionais executam uma política que possui, somente em Belém, 160.862 famílias cadastradas no CADÚNICO e 101.056 famílias recebendo a renda do PBF (21,85% da população total do município), executados em 12 CRAS com um repasse de R\$15.050.212,00 somente no ano de 2014, conforme o MDS.

QUADRO III - SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS DAS USUÁRIAS
ENTREVISTADAS

NOME FICTÍCIO	CRAS	IDADE	FILHOS	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
Serva de Deus	Jurunas	53	4	Viúva	Fundamental Incompleto	Dona de Casa
Estrela	Jurunas	59	3	Divorciada	Fundamental Incompleto	Flanelinha e vendedora
Lua	Jurunas	38	2	Divorciada	Médio Incompleto	Desempregada
Vitória	Cremação	37	2	Divorciada	Médio Completo	Cabelereira
Márcia	Cremação	37	2	Casada	Médio Completo	Dona de Casa
Maria	Cremação	23	1	Divorciada	Médio Completo	Dona de Casa
Lene	Cremação	28	1	Casada	Fundamental Incompleto	Desempregada
Patrícia Suelem	Terra Firme	43	2	Divorciada	Médio Incompleto	Faxineira
Regina	Terra Firme	41	4	Casada	Médio Completo	Dona de Casa
Elen	Terra Firme	29	2	Divorciada	Médio Completo	Diarista
Fernanda	Jurunas	32	1	Casada	Médio Incompleto	Vendedora – Trabalho formal

Fonte: Elaboração própria.

As usuárias possuem perfis diversificados. Foram quatro entrevistadas do CRAS Jurunas, quatro do CRAS Cremação e três do CRAS Terra Firme. Dentre elas encontram-se a *Serva de Deus* que é viúva, tem 53 anos, é do sexo feminino, heterossexual e da religião Batista. Nasceu e cresceu em Acará, trabalhou desde os 16 anos na agricultura com sua família e veio pra Belém morar quando se casou aos 18 anos. Interrompeu os estudos no terceiro ano do ensino fundamental porque trabalhava na agricultura ainda no interior, atualmente mora com duas filhas e uma neta. No momento da entrevista estava sem trabalhar para ajudar a filha a cuidar da neta e para cuidar da filha menor que ainda é criança (9 anos).

Serva de Deus relatou que tem um filho preso porque cometeu um furto para consumir drogas e afirma que este a agredia para conseguir dinheiro para satisfazer sua dependência. Relatou ainda que, por conta disso, ela teve que sair da sua casa porque ele vendia todos os objetos e que agredia também o seu marido, quando este era vivo. “[...] A gente passou muita necessidade. Na verdade a gente continua. Até porque só a minha filha que trabalha e ela recebe só um salário. E essa é a única fonte de renda além do BF e dos bicos que eu faço. [...]” (Serva De Deus, grifo nosso).

Estrela é divorciada, tem 59 anos e sua religião é católica. Nasceu e cresceu em Belém, parou de estudar na quinta série do ensino fundamental, tem três filhos, mas atualmente mora sozinha. Trabalha vendendo toalhas e como flanelinha. Relata que trabalhou na infância com seu pai em uma mercearia. “Eu vendia picolé, sorvete com o meu pai pra comer. Ele não me dava nada, até os 18 anos ele não me dava nada” (Estrela).

Além disso, Estrela afirma que já na vida adulta trabalhou como doméstica, porém nunca de carteira assinada e com remunerações variáveis, que nunca completavam um salário mínimo: “[...] depois quando eu casei, continuei de novo passando roupa na casa dos outros né? Aí depois comendo a comida que o pessoal me dava e dava pros meus filhos. [...]” (Estrela).

Eu sustentei meus filhos só no pão. Era pão, chá e mingau lá em casa. [...] eu fazia rifa, deixava eles sozinhos em casa e “escapolia”. Eu deixava com os vizinhos, eu deixava na casa da minha tia que morava tudo lá perto. Ou eu ia fazer “diarista”, fazer limpeza pra mim pagar minha água, a minha luz. Eu tinha que dá um jeito mana. As vezes eu ia na padaria pedia pão pra um, pedia pão pra outro, pedia comida. Eu não tinha vergonha não! Eu pedia pra não passar fome porque eu não queria roubar. [...] (Estrela).

A vida de Estrela sempre contou com situações degradantes, como já foi visto, ela trabalha desde a infância, não teve escolarização satisfatória, deixava seus filhos em situação de risco para conseguir manter a sobrevivência. Além disso, Estrela diz que vive em uma casa sem nenhuma estrutura sanitária, em área de alagamento e com fedor de rato.

Lua é solteira, tem 38 anos. Nasceu e cresceu em Belém, parou de estudar no primeiro ano do ensino médio. Mora com a avó, o tio, o primo (possui deficiência) e as suas duas filhas (12 e 14 anos). Sua religião, autodeclarada, é católica, mas frequenta o Candomblé. Hoje vive e sustenta suas filhas apenas com a renda do Programa Bolsa Família.

Lua relata que foi criada por sua madrinha porque sua mãe havia abandonado na infância e que durante o período que viveu com sua madrinha ela só estudava, mas após o

falecimento desta ela teve que ir morar com a sua avó, que a inseriu na vida do trabalho doméstico, ela trabalhou desde os seus 12 anos como doméstica. “[...] Eu nunca fui uma criança que eu tivesse aquela diversão de dançar quadrilha, fazer o que hoje a criança faz. [...]” (Lua). A mesma informante teve que trabalhar desde cedo porque fora abandonada pela mãe e sua vó acreditava que se ela trabalhasse ela não se envolveria com criminalidade, já que esta é outra característica muito comum no círculo de convivência de famílias pobres, porém ela retrata esse momento de sua vida com tristeza e arrependimento porque não pode aproveitar as fases de sua infância e adolescência.

Percebe-se constantemente na fala de Lua a sua insatisfação por estar desempregada e se sentir humilhada por isso: “[...] porque eu estou desempregada e eu to enfrentando muitas coisas, mas só que eu não abaixo a minha cabeça, porque se eu abaixar minha cabeça e pensar em mexer nas coisas lá fora, eu não vou erguer minha cabeça [...]” (Lua).

Quando Lua relata que “não abaixa a cabeça” ela traz a dor de não ter tido melhores oportunidades de crescimento em sua vida, já que teve que trabalhar desde a infância e lamenta não poder dar mais segurança às suas filhas. É importante que ela fala, nas entrelinhas de seu discurso, que, diante da falta de trabalho digno que responda às suas necessidades, ela mesma observa que muitos que fazem parte do seu círculo de convivência recorrem “às coisas lá de fora”, o que ela não quer, para não perder sua dignidade e correr o risco de “não erguer sua cabeça”.

Hoje eu dia eu não coloco elas pra trabalhar em casa de família, eu sempre falo pra elas “minha filha a minha infância foi diferente da de vocês” e hoje em dia eu não coloco elas pra trabalhar, o que eu quero é que elas estudem, pra mais tarde elas serem alguém na vida pra elas terem o que é delas. Não é porque eu trabalhei em casa de família que as minhas filhas também vão trabalhar; negativo! Eu não tenho esse pensamento [...] (Lua).

Na entrevista, Lua complementa esta fala com a preocupação em relação às suas filhas, ao exemplo que quer passar para elas e a necessidade de possibilitar a estas a vida que ela não teve, assim como livrá-las do trabalho infantil: “[...] Eu dou um espelho bom pra elas, pra elas se mirarem porque eu não quero ver as minhas filhas lá aonde eu vejo muita gente [...]” (Lua).

Vitória se declara casada, mas “separada de corpos”, tem 45 anos e sua religião é católica. Possui o ensino médio, nasceu e vive até hoje em Belém. Mora com a mãe e mais duas filhas. Trabalha como cabelereira. Ela foi uma das entrevistadas que não permitiu a

gravação da entrevista e as informações que ela repassou sobre sua vida é a de que assim que se casou foi morar distante de sua família, no bairro do Icuí, e, quando se separou de seu marido, após 12 anos de casada, voltou para a casa de sua mãe.

Ela informou também que já trabalhou formalmente em um Banco na capital e que foi demitida por conta de uma reconfiguração dos recursos humanos da agência. Reiterou, também, que a renda que ela possui do PBF e dos cortes de cabelo que faz são todos para custear as necessidades de suas filhas porque já são adolescentes. Conta com muita tristeza a sua dificuldade em conseguir um emprego formal, valoriza muito o trabalho.

Márcia é casada, tem 37 anos, é evangélica, mãe de dois filhos. Nasceu e cresceu em Belém, casada desde os 17 anos. Hoje está concluindo o ensino médio, é dona de casa, o marido trabalha formalmente. Ela também não permitiu que a entrevista fosse gravada e afirma nunca ter trabalhado fora de sua casa, que seu marido sempre trabalhou formalmente e que em uma determinada ocasião eles tiveram que se mudar para Barcarena porque ele ficou desempregado, porém a realidade financeira da família piorou e eles resolveram voltar. Atualmente, ela afirma que a renda do PBF é toda destinada para custear as necessidades dos filhos.

Maria é separada, tem 23 anos, de religião católica. Nasceu e ainda mora em Belém, possui o ensino médio completo e relatou que tem um sonho de cursar pedagogia, mas que ainda não foi possível por que tem uma filha menos de 2 anos de idade. Mora com a filha e o sobrinho de 16 anos, vive apenas com a renda do Programa Bolsa Família.

Ela também morou com sua madrinha até os 13 anos de idade quando esta faleceu. Maria teve que assumir o seu sobrinho porque este fora abandonado pela mãe biológica, sua cunhada, e seu irmão tinha que trabalhar. A criação do sobrinho era correlacionada com as etapas do estudo na vida de Maria, ele estudava no mesmo horário que ela estudava e, ainda com 13 anos, foi morar com um namorado e este ajudou na criação do sobrinho de Maria.

[...] Ele tá doido pra trabalhar no “meu primeiro emprego”. Eu to correndo atrás. *Eu já até coloquei ele no PRONATEC*, mas nunca chamaram. *Ele tá doido pra trabalhar, a gente já “colocamo” currículo dele na internet, nas lojas né?* Aí “tamo” esperando agora a proposta né? [...] A eu acho que eu merecia uma coisa melhor (emocionada) porque eu não me arrependo de ter a minha filha entendeu? Mas se não. *Era pra mim tá numa universidade, porque o meu sonho é fazer um curso de pedagogia sabe?* O sonho que eu tenho é fazer o curso de pedagogia e então eu tinha pensado muito que depois que a gente faz né? É que a gente vem se arrepender. *Mas eu não me arrependo nenhum pouco de ter tido a minha filha em nenhum momento. Eu ainda não fiz o curso porque ela ainda tá muito pequena, o meu sobrinho*

completou 16 anos. Ele vai se alistar com 18 e aí sim eu vou estudar e tudo porque agora ela tá ainda muito bebê né? Aí fica complicado [...] (Maria, grifo nosso).

Percebe-se na fala de Maria que ela nutre a expectativa de uma vida melhor por meio do esforço pessoal dela e de seu sobrinho para melhorar de vida quando ela fala: “ele tá doido pra trabalhar”, “eu acho que eu merecia coisa melhor” ou “era pra mim tá numa unviersidade” manifesta a sua insatisfação e vontade de melhora, mas em nenhum momento de sua fala associa isso à falta de alguma Política Pública, pelo contexto de vida de Maria, identifica-se que ela atribui estes problemas a questões da vida privada.

Ela afirma, na entrevista, que faz “bicos” como diarista para complementar a renda de sua família, já que seu sobrinho ainda é adolescente e sua filha ainda é bebê. Hoje ela afirma com esperança que, quando seu sobrinho completar 18 anos, vai trabalhar e ajudar em casa e que, quando sua filha começar a frequentar a escola, ela vai cursar Pedagogia, que sempre foi seu sonho.

Lene tem 28 anos, é solteira. Mora com o seu pai e o seu filho. É de religião católica, nasceu e cresceu em Belém e está cursando a terceira etapa do ensino fundamental. Vive apenas com a renda do Programa Bolsa Família, faz bicos como diarista e lavadeira de roupa. Lene afirma que, assim que iniciou um realcionamento com o pai de seu filho, com 15 anos de idade, parou de estudar e retornou a fazer atividades educativas quando se inseriu no PROJOVEM, mas também abandonou. Ela afirmou que voltou a estudar agora porque está morando com o seu pai e este a estimula.

Patrícia Suellem tem 43 anos, é separada e evangélica. Nasceu e vive em Belém, mora com os dois filhos (19 e 16 anos) e a mãe, possui o ensino médio incompleto e faz “bicos” de diarista. Afirmou que engravidou com 23 anos e decidiu parar de estudar. Afirmo que, em razão disso, não possui trabalho hoje. O discurso de Patrícia Suellem é extremamente alusivo ao trabalho. Ela conta com orgulho sobre as experiências de trabalho que teve durante sua vida e reitera que este é um valor repassado aos seus filhos, que seu filho mais velho conseguiu uma vaga de emprego através do Programa Jovem Aprendiz e que, com este, já ajudava nas despesas da casa. Em seu discurso, Patrícia Suellem relata saudosamente sua infância e sua relação com sua família. Conforme suas palavras, ela teve uma infância feliz e sua mãe nunca permitiu que eles passassem necessidades.

Regina tem 41 anos, tem quatro filhos (23, 18, 15 e 4 anos). O de 15 é pessoa com deficiência (mental). É separada, nasceu em Salvaterra e veio para Belém com 13 anos para

trabalhar como babá em casa de família, afirma que o dinheiro que recebia mandava para sua mãe. Engravidou com 19 anos e parou de trabalhar para cuidar do filho, sem assistência do pai da criança, por isso passou a trabalhar na casa de sua irmã em troca de abrigo.

Atualmente, Regina está terminando o ensino médio porque parou de estudar com a gravidez do seu primeiro filho. Vive apenas com a renda do Programa Bolsa Família e ajudas da sogra já que não pode trabalhar para cuidar de sua filha com deficiência.

Elen tem 29 anos, é católica e solteira. Mãe de dois filhos (8 – possui TOC – e 4 anos). Nasceu e vive em Belém. Casou-se com 16 anos. Trabalhava como empregada doméstica, mas diante da descoberta da doença do filho mais velho e a necessidade de acompanhá-lo no tratamento, sua patroa a demitiu.

[...] antes era bem né? Porque eu trabalhava e ele também trabalhava, então a gente vivia bem! Eu não pagava aluguel né? Eu morava nos fundos da casa da minha mãe, então a gente dividia a conta de luz né? Não tinha que pagar aluguel nada, as crianças e a gente dava conta. Né? Mudou a minha vida depois que eu vim me separar dele né? Que eu não tive mais ajuda e eu fiquei desempregada, foi por isso que eu procurei o programa né? E eu digo assim que é uma grande ajuda né? (Elen).

Conforme o relato de Elen, sua vida era estável enquanto era casada e tanto ela quanto seu marido trabalhavam, mas que, após a separação, a situação financeira da família se complicou. Ela descobriu através da escola de seu filho que ele possui TOC e, desde então, dedica-se integralmente a acompanhá-lo no tratamento realizado no IONPA e na Universidade Estadual do Pará (UEPA).

Fernanda tem 32 anos, é católica e casada. Nasceu em Belém, tem um filho de 10 meses, não está estudando, parou de estudar no primeiro ano do ensino médio para trabalhar. Atualmente, trabalha formalmente e mora com mais seis familiares na casa de sua mãe. Ela afirma que teve que trabalhar para ajudar sua mãe com as contas da casa, já que sua mãe teve que parar de trabalhar em decorrência de um acidente.

No início desse período, conforme Fernanda, ela conseguia trabalhar e estudar, mas como ela trabalhava a noite e chegava muito tarde em sua casa, ela não acompanhava as aulas com êxito e decidiu parar de estudar. Sobre esta experiência de trabalho ela afirma que é cansativa, mas que vale a pena porque ela recebe um salário mínimo e consegue custear as despesas de sua casa e de seu filho.

A miséria torna-se uma característica evidente nessas falas, o que gera situações de mendicância, como a de Estrela, por exemplo, e sua casa com “fedor de rato” e a revelação de

que deixava seus filhos com os vizinhos para trabalhar ou pedir algo para que eles pudessem comer. Além disso, essas falas revelam que estas famílias têm uma convivência muito próxima com o crime, com as drogas, o tráfico e diversas formas de violência, nesse sentido o trabalho, seja ele qual for, é uma forma de alcançar a “dignidade”, como Serva de Deus faz questão de relatar. Além disso, ressalta-se a afirmação anterior com a história de Lua que revela a indignação diante de sua pobreza, mas afirma que “não abaixa a cabeça” porque quer dar um bom exemplo para suas filhas. Isso quer dizer que, mesmo com a proteção social de que elas fazem parte, as formas desumanas de vida ainda coexistem na realidade destas famílias e que o recebimento do PBF, e até mesmo o trabalho formal de algum membro das famílias, não elimina as condições históricas de existência de necessidades materiais, conforme retrata Serva de Deus.

Percebe-se também que, os muitos relatos de gravidez e casamentos precoces ainda na juventude, com contínuas separações e necessidade de sustentar a família sozinha fazem com que elas abandonem as condições de estudo e/ou trabalho para cuidar de suas famílias, para assumir responsabilidades que poderiam ser compartilhadas. Porém, percebe-se que também há situações de aquisição de suas casas próprias com o seu trabalho ou o dos companheiros. Isso perpetua muitas vezes a situação de miséria que já viviam desde a infância já que tinham que sustentar sozinhas as suas próprias famílias ou, mesmo com a ajuda dos companheiros, ainda passam por necessidades materiais.

Destaca-se também a fala de Lua que diz que, mesmo tendo amadurecido com o trabalho na adolescência, não deseja o mesmo para suas filhas, que pretende investir nos estudos delas para que elas se tornem “alguém na vida”. Em outro relato na entrevista ela manifesta que gostaria muito que as filhas participassem do programa Jovem Aprendiz e que estava muito chateada porque ela não tinha conseguido inseri-las. Isto representa a particularização do trabalho enquanto valor de dignidade no modo capitalista de pensar (MARTINS, 1982).

QUADRO IV - CATEGORIZAÇÃO DOS SUJEITOS USUÁRIOS DO PBF

PERFIL	USUÁRIAS	QUANTIDADE
Dona de casa e chefe de família. (DCCF)	Serva de Deus e Maria	02
Dona de Casa e família nuclear. (DCFN)	Márcia e Regina	02
Exerce trabalho informal e chefe de família. (TICF)	Estrela, Lua, Vitória, Patrícia Suellem e Elen	05
Exerce trabalho informal e família nuclear. (TIFN)	Lene	01
Exerce trabalho formal e família nuclear. (TFFN)	Fernanda	01

Fonte: Elaboração própria.

Esta categorização, assim como a anterior, servirá para organizar os dados e formular as análises posteriores. As siglas que acompanham os perfis das entrevistadas também são uma estratégia de organização dos dados nas análises.

5.1 TRABALHO E BOLSA FAMÍLIA NA REPRODUÇÃO SOCIAL DAS USUÁRIAS DO PBF

Este item está dividido em três sub-itens que configuram as categorias principais de análise deste trabalho. Primeiramente, tratar-se-á das concepções de trabalho e dos rebatimentos deste na vida das entrevistadas de forma que se apresente o foco de compreensão desta pesquisa, revelando de que forma o trabalho se particularizou na reprodução social das usuárias do PBF, reconhecendo as expressões do sujeito enquanto ser histórico e social (MARX, 2008). Em segundo lugar, serão apresentadas as verbalizações das usuárias e profissionais do CRAS sobre o PBF para traçar o panorama a respeito do programa na vida das famílias beneficiárias. Por fim, serão contrastadas as duas primeiras categorias (trabalho e PBF), de forma a cumprir com o objetivo deste trabalho.

5.1.1 O trabalho na reprodução social de usuários do PBF

“[...] eu não espero cair do céu, quando dá eu faço umas diárias, porque a gente gasta com remédio, com material escolar, com roupa [...]” (Regina).

O trabalho, conforme desenvolvemos no primeiro capítulo, é uma categoria identificada nesta pesquisa como uma condição fundamental da vida humana em seu relacionamento com a natureza, formando valores de uso que, com o desenvolvimento das

diversas sociabilidades tornaram-se, atualmente, valores de troca. É um processo intrínseco ao desenvolvimento da sociabilidade que transforma a natureza e o ser humano na mesma proporção.

É uma atividade eminentemente humana uma vez que somente o ser humano tem a capacidade racional de planejar o que vai produzir, de materializar o que pensou previamente. Assim, as formas e desenvolvimento do trabalho na história foram se diversificando como punição contra os pecados (KNAPIK, 2005), coletivamente para atender às diversas necessidades dos grupos, como forma de escravidão e, no processo histórico das diversas sociedades, o trabalho se tornou mercadoria, um impulso ao desenvolvimento da exploração de mão-de-obra humana na ordem capitalista (cf. o primeiro capítulo).

Nesta seção do trabalho, apresentamos as formas predominantes de compreensão da categoria trabalho na vida e relações dos sujeitos *usuários* do PBF – lembrando que essa categoria apresenta suas subcategorias (usuários que trabalham fora de casa e usuários que são donas de casa), conforme discriminamos no item de descrição dos sujeitos, acima. A categoria trabalho se manifestou de diversas formas na reprodução social das usuárias entrevistadas, conforme o que se verifica com Patrícia Suellem, demonstrando a valorização do trabalho assalariado visto na sua percepção do trabalho do filho:

[...] O meu filho já tá com 19 anos, ele também já teve a oportunidade de ter o primeiro emprego dele, como jovem aprendiz, ainda não é o primeiro emprego né? *Ainda é o jovem aprendiz que ainda não conta como primeiro emprego e no tempo que ele trabalhou justamente ele me ajudava como podia. [...] E o meu filho dizia “mãe, quando eu trabalhar eu vou lhe ajudar!”* [...]. (Patrícia Suellem, faxineira, grifo nosso).

Como se pode apreender na afirmação da usuária, o trabalho é considerado como uma alternativa de ocupação que beneficia a família, uma forma de auxiliar nas despesas familiares e, até mesmo, como uma retribuição. Para Lua, o trabalho é uma forma de não se envolver com drogas e criminalidade, conforme verificado abaixo:

[...] Quando me colocaram pra trabalhar eu achei que a minha mãe estava errada [quando criança] [...] mas agora, raciocinando bem, eu achei que ela fez o melhor pra mim porque se ela não fizesse isso pra mim hoje em dia onde eu estaria? Será que eu estaria aqui com ela? Será que eu estaria junto das minhas filhas ou será que eu não tava por aí correndo léguas e fumando drogas e fazendo muitas coisas que hoje eu vejo na minha frente [...]. (Lua, Desempregada).

Ela visualiza o trabalho na sua etapa infantil como uma forma saudável de educar para a vida, uma necessidade diante das “facilidades” que o crime oferece no que tange a aquisição de dinheiro. Porém, quando se trata de relacionar o trabalho com suas filhas adolescentes ela afirma que não quer que elas trabalhem porque isso iria atrapalhar os seus estudos. Ela entra em contradição quando, na fala acima, identifica o trabalho como uma forma de “salvação” diante dos perigos que sua forma de vida na pobreza e na privação oferece, mas que não quer o mesmo destino para suas filhas, adolescentes.

Essa relação de acesso ao trabalho enquanto possibilidade de alcançar a dignidade é uma característica constante nas falas das entrevistadas tendo em vista que, durante vários momentos das entrevistas, elas afirmam que, se pudessem, preferiam receber um salário de um trabalho formal, em razão da segurança que o trabalho formal oferece à sua família, conforme será verificado ao longo deste item.

Outra característica encontrada nas entrevistas envolve a relação entre trabalho e família¹⁹. Muitas entrevistadas colocam a opção por cuidar da família como um entrave para a execução de um trabalho, enquanto emprego²⁰, isso é revelado, muitas vezes, com certa tristeza por elas, conforme se pode constatar nas falas a seguir:

[...] pra mim, agora no momento é um trabalho a noite porque de dia não dá. Porque já pintou muito. Muita faxina pra mim de R\$70,00 com dinheiro do ônibus e tudo, três vezes por semana, mas pra mim não dá por causa dela (apontando para a neta que estava no colo dela) porque ela não tem com quem deixar [...]. (Serva de Deus, dona de casa, 04 filhos).

[...] Eu parei de trabalhar justamente pra cuidar das minhas filhas, porque, eu acho assim: que um filho ele também precisa de amor e de carinho, então eu tinha que parar de trabalhar pra mim dar isso pras minhas filhas, porque as vezes eu chegava 10 horas 11h da noite. Então, eu acharia assim que eu não tava dando aquele amor de mãe pra elas, *eu tava dando mais amor pros filhos dos meus patrões do que pra elas* [...]. (Lua, desempregada, grifo nosso).

[...] eu tive que parar de trabalhar por causa dela [a filha com problemas mentais] [...]. (Regina, dona de casa, 04 filhos).

¹⁹ É importante ressaltar que esta foi uma evidência da pesquisa, mas não é um tema central a ser desenvolvido neste trabalho. Para mais informações pode-se consultar: ACOSTA, 2007; SAMARA, 1989; SARACENO, 2003; SARTI, 2007.

²⁰ Nesta pesquisa considera-se *trabalho*: toda e qualquer atividade humana de transformação. *Emprego*: como uma forma remunerada de trabalho. *Ocupação*: como uma atividade de trabalho que pode ou não ser remunerada (DIEESE, 2006).

A primeira se refere ao papel destinado à mulher na família “modelo burguês”²¹, como responsável pelo desenvolvimento e bom andamento das relações familiares assim como pelas conquistas individuais de cada membro. Mas evidencia-se também a falta da garantia do direito a creche para garantir o direito ao trabalho da mulher. A segunda associa a primeira com outro valor burguês, o de inserção da mulher no mercado de trabalho²², em determinado momento histórico, para continuar contribuindo com o crescimento e fortalecimento dos membros da família, já que as formas de vida tornaram-se mais difíceis para o segmento a que pertence (nascida numa família extremamente pobre, baixa instrução, chefe de família).

Nas tres falas há ausência de Políticas Públicas para a mulher, inclusive na fala de Regina. As relações familiares, como já foi visto, no movimento da história das usuárias fortalecem a ética do trabalho assalariado por apresentarem-se como possibilidade de valorização, dignidade, independência e consumo para elas e para suas famílias. As necessidades sociais também fortalecem a perspectiva de trabalho destas mulheres, como se verifica na fala de Fernanda (vendedora, trabalho formal, 01 filho): “[...] Eu tive que arrumar emprego porque a minha mãe sofreu um descolamento na perna e *aí chegou um momento que não dava mais pra eu trabalhar e estudar porque eu trabalhava a noite e chegava em casa meia noite*” (grifo nosso).

A informante demonstra profunda tristeza em razão da necessidade de trabalhar para ajudar sua mãe, que estava acidentada, e que isto não permitiu que ela desse prosseguimento aos estudos. No que diz respeito às experiências de trabalho que elas tiveram em suas vidas, destacam-se, na visão de Fernanda:

[...] *Era cansativo, mas não era puxado, eu tinha que esperar vir a noite, eu saía onze horas da noite. [...] Eu ainda tentei estudar, mas depois não deu pra mim porque eu mais dormia na sala do que estudava. [...] É bom porque é carteira assinada, eu ganho um salário, é tudo direitinho. [...] o meu marido também trabalha de carteira assinada e dá pra sobreviver razoavelmente.* (Fernanda, grifo nosso).

Apesar de, primeiramente, ela descrever seu trabalho como “ruim” elencando todas as dificuldades em realizá-lo, manifestando claramente as características do trabalho assalariado

²¹ Entende-se família “modelo burguês” a família nuclear formada por casal heterossexual, como um padrão da sociedade burguesa (SARACENO, 2003). Porém, este não é um tema a ser desenvolvido com profundidade nesta pesquisa já que o objeto é outro.

²² Para mulher e a tripla jornada com o crescimento de mulheres chefe de família. Conforme o IBGE, em 2010, 87% das famílias em que somente um conjugue gere são chefiadas por mulheres.

na atualidade, como já foi descrito nesta dissertação por Antunes (2006; 2013), mas em outro momento da entrevista afirma que o trabalho é “bom, porque é carteira assinada” ou seja, o trabalho é visto por esta entrevistada como positivo, porque oferece alguma segurança, isso já foi verificado na pesquisa de Cohn (2012). Há ainda outras considerações importantes nas falas das entrevistadas com relação às experiências de trabalho na vida delas:

[...] até porque os empregos que eu ia geralmente eram assim: eu fazia as entrevistas, passava, mas nunca tinha retorno de me chamarem pra trabalhar né? Porque eu tive vitiligo né? [...] Então eu tinha muita dificuldade de arrumar emprego. Olha só, eu tenho 43 anos, com essa trajetória toda tu já pensastes eu ter só dois empregos com pouco tempo? Por isso, por causa do preconceito de hoje em dia. [...] (Patrícia Suellem, faixineira).
[...] aí quando eu cheguei lá (no trabalho) eu comentei [que o filho estava fazendo tratamento para TOC e ela teria que se afastar por um tempo] com a moça lá e ela falou que ia esperar eu ir, mas quando eu cheguei lá já tinha outra moça lá. Ela não me esperou né? Então, se eu tivesse contando só com o dinheiro do BF ou com a diária eu não estaria nada bem, a sorte é que tem o complemento do BF. Agora eu vou ter que procurar outra coisa [...] E é por causa dele também que eu não posso arrumar trabalho fixo assim. [...]. (Elen, diarista, 3 filhos, divorciada).

Elas procuram trabalho, como já foi visto, por dois motivos principais: ajudar a família a responder às suas necessidades (reprodução social) e por conta da importância dada a esta atividade como forma de alcançar a autonomia, o consumo e a dignidade. Porém, elas mesmas reconhecem que o mercado de trabalho não favorece que elas alcancem um trabalho formal devido a falta de qualificação ou condições de competir no mesmo, seja por suas condições de formação ou pelas particularidades nas suas vidas: doenças, família, etc.

Isso fortalece a ideia de que os sujeitos entrevistados são produto da nova organização do capital, podem ser comparados ao *lupem* proletariado (MARX, 2013), não têm a mínima chance de alcançar um trabalho formal que se adeque às suas necessidades pessoais e familiares, de acordo com o formato que a sociedade salarial (CASTEL, 2012) está organizada na atualidade. É nesse contexto que se define a grande contradição da sociedade salarial que se manifesta, particularmente, na realidade das usuárias do PBF.

De uma forma geral, percebe-se que na história de vida destas famílias o trabalho é constante, já que representa a única alternativa de sobrevivência e possibilidade de ajudar as outras gerações a ter uma vida melhor. Ou seja, o trabalho não se materializa na vida destas famílias como ontologia, propriamente dita, enquanto qualificação de sua racionalidade, como atividade criativa (LUKÁCS, 1979), mas de forma alienada. Condição mínima de sobrevivência e como possibilidade de consumo e, assim, o PBF é um alívio para as famílias,

mas de forma nenhuma substitui o papel do trabalho. Porque elas repetiram durante as entrevistas que não são pessoas “acomodadas”, que “não ficam paradas”:

[...] Eu também, por outro lado, sou muito virada [...] Eu sempre sustentei meus filhos mesmo! *Eu não fiquei sendo dependente de ninguém, nem da minha mãe.* [...] *Eu pego e me viro mesmo de diarista, pegando encomenda de docinho, de salgado, porque eu também não tenho isso.* Se disserem: ah! eu vou arrumar uma vaga pra ti, pra ti varrer lá onde eu trabalho. Não tem problema. Ah! pra ti fazer café! Não tem problema, sabe? *Eu sou daquelas de pegar tudo* [...] (Patrícia Suellem, faxineira, divorciada, grifo nosso).
“*Eu não espero cair do céu, quando dá eu faço umas diárias, porque a gente gasta com remédio, com material escolar, com roupa* [...]” (Regina, Dona de casa, grifo nosso).

Elas reafirmam constantemente que são pessoas trabalhadoras, como a virtude que elas aprenderam a valorizar. Destacam-se as palavras de Lene (Desempregada) quando afirma: “eu gosto de trabalhar”, do orgulho de Patrícia Suellem (Faxineira) em se autodenominar como uma “pessoa virada”, ou seja, que não fica escolhendo no que trabalhar, que aceita qualquer proposta e da fala de Regina (Dona de Casa) com “eu não espero cair do céu”, buscando valorizar o seu ímpeto em melhorar de vida.

Destaca-se, nestas falas, o discurso de positividade dado ao trabalho como a possibilidade de consumo, de adquirir coisas para si e para seus filhos, principalmente, e, claro, de sua identidade social como trabalhadora e não pária social. Ou seja, elas vislumbram o trabalho como uma forma de oferecer algo de positivo para os filhos e, nesta lógica, perpetuam as formas de viver sobre a “civilização do trabalho assalariado”, compondo o centro das relações sociais no capitalismo (CASTEL, 2012), mas particularmente no capitalismo periférico.

Além disso, se referem com orgulho das atividades remuneradas que desenvolvem sejam elas muito ou pouco satisfatórias em sua realização:

[...] Eu trabalho revendendo toalha, eu vigio carro no fim de semana. Tudo isso pra mim reformar a minha casa, mana, porque ninguém me dá. [com indignação no tom da voz] [...] (Estrela, vendedora e flanelinha, 3 filhos, 60 anos).

[...] Eu faço bicos. Eu nunca tive carteira assinada. [...] Eu trabalho em casa de família. Eu faxino, passo roupa. [...] (Lene, desempregada, eventual faxineira e passadeira, baixa instrução).

[...] eu não mantenho a minha família só com o valor do programa. Eu faço diária duas vezes na semana. Era duas vezes na semana, só que agora eu to só com uma diária porque o meu filho de 8 anos tem TOC, então todo dia eu to na UEPA [...]. (Elen, diarista, divorciada, 02 filhos).

Assim, identifica-se que o “salário” não é suficiente para responder às necessidades destas famílias o que faz com que elas busquem outras alternativas de sobrevivência, reafirmando o caráter ilusório do salário já descrito por Marx (2013) como pagamento da força de trabalho necessário à mínima condição de sobrevivência substancialmente inferior à riqueza produzida pelo trabalhador e, conseqüentemente, às suas necessidades. Identifica-se também nas falas a autovalorização como trabalhadora, já que nas relações sociais contemporâneas há a desfiliação dos não trabalhadores²³ (GOETTERT, 2002).

Um ponto crucial para as análises sobre a valorização da renda do salário, fruto do trabalho assalariado, é o papel que as usuárias dão para aposentadoria, enquanto possibilidade concreta de manter-se com “dignidade”: “[...] Porque eu não sou aposentada! Nem aposentada eu não sou minha filha! [...]” (Estrela, vendedora e flanelinha, 60 anos, grifo nosso). Essa informante teve uma história de vida repleta de privações. Trabalhou desde a infância sem condição digna de vida, todas as experiências de trabalho que ela teve foram precarizadas e durante toda a entrevista ela valoriza muito o salário mínimo e a aposentadoria.

[...] Eu nunca tive carteira assinada, justamente porque no Bolsa Família eles sempre falavam que aquelas pessoas que trabalhavam de carteira assinada, não ia ter condições de ficar no Bolsa Família. [...] Então se hoje em dia, no tempo que eu comecei a trabalhar em casa de família, do tempo que eu completei maioridade se eu deixasse assinar minha carteira, eu acho que eu já tinha um bom tempo de carteira assinada. Então, por isso, que eu nunca dei oportunidade e hoje em dia quando eu trabalho, eu chego com os patrões e digo “porque eu nunca deixei assinar minha carteira?” e eu sempre fui com esse objetivo e hoje em dia eu não deixo por causa disso. E hoje em dia tu podes ver a *minha carteira é branca* [...]. (Lua, Desempregada, Divorciada).

Se durante todo este tópico vem-se afirmando que as pessoas não deixam de trabalhar porque recebem a renda do PBF, esta fala se alinha à cultura das famílias de acreditar que o determinante na manutenção do programa é não ter trabalho de carteira assinada. Na fala da entrevistada, identifica-se um arrependimento diante do fato de não ter permitido que assinassem sua carteira por causa de informações deturpadas que recebeu sobre o PBF, o que ratifica as falas anteriores a respeito da valorização do trabalho formal, de carteira assinada.

Diante da afirmação do Dieese (2006) de que renda é toda e qualquer forma de provento que garanta as necessidades e de que salário é um tipo específico de renda que advém do trabalho assalariado, ressalta-se que o que estas usuárias realmente valorizam é o

²³ Conforme já foi discutido no capítulo anterior.

salário que o trabalho formal garante. Neste sentido, coloca-se o debate acerca da(s) renda(s). A renda do PBF anula a renda do Trabalho (salário) ou vice versa? Quando um usuário do PBF não permite que sua carteira de trabalho seja assinada com medo de perder a renda do programa ele está deixando sua dignidade? Lua manifesta tristeza em sua fala quando afirma que sua carteira está “branca”. Isso é desvalorização do trabalhador? Assim, partimos para analisar as concepções das usuárias sobre o sobre o PBF, para na seção final do capítulo contrastar as visões dos sujeitos.

5.1.2 Concepções dos sujeitos sobre a renda do PBF

“[...] não dá pra se sustentar com ele, mas é uma grande ajuda [...]”. (Patrícia Suellem, faxineira).

Neste tópico, serão levadas em consideração as respostas dos sujeitos usuários do PBF e dos funcionários dos CRAS (técnicos de nível superior e técnicos de ensino médio) sobre o que eles pensam a respeito do programa: o que acham de positivo? O que precisa melhorar? O que o programa representa para as famílias que recebem? etc., para compor a análise sobre a caracterização do programa e a forma com que os sujeitos percebem-no.

O PBF para as os sujeitos entrevistados parece ser a expressão da possibilidade, seja para a complementação de renda, seja para sobrevivência material, para “não morrer de fome”, como afirma Estrela (Flanelinha e vendedora, 60 anos): “[...] Até hoje é assim, mas não tem outro [com indignação] o que eu posso fazer? Eu não tenho dinheiro pra comprar uma comida nova [...]”.

Os que utilizam o programa como complementação de renda (Vitória, Márcia, Patrícia Suellem, Elen e Fernanda) o mantém porque seus vínculos de trabalho são instáveis e/ou precarizados, ou, na maioria das vezes inexistentes, como é o caso de Vitória que afirma que, enquanto trabalhava, o Programa ajudava a complementar a renda, mas agora é essencial, porque está há dois anos desempregada, já que “não podia se desligar do programa, porque sabia que o trabalho era por contrato” (Vitória, cabelereira, divorciada). Sua renda atualmente é a soma do PBF mais a renda do trabalho de cabelereira a domicílio.

A realidade de Vitória traz alguns elementos importantes para a discussão. Primeiramente, quando ela se refere ao seu “trabalho por contrato” está falando de um trabalho em empresa terceirizada, uma das formas mais precárias de execução de trabalho.

Além disso, manifesta-se também a questão do desemprego e da dificuldade de acesso ao trabalho formalizado como características estruturais e funcionais ao sistema capitalista.

As usuárias demonstram que o PBF é uma possibilidade de melhoria material em suas vidas, muito falam sobre a consciência do “se virar”. A dependência da renda do programa, então, não pode ser considerada uma acomodação e sim uma necessidade extrema de sobrevivência. Os profissionais têm opiniões divergentes a respeito:

[...] O PBF é necessário, porque, mesmo que paliativo, é um programa que abrange não só a transferência de renda, mas cursos profissionalizantes. No primeiro momento é importante para suprir as necessidades básicas, mas são necessárias outras ações. A procura por cursos profissionalizantes é bem grande (Assistente Social 1, grifo nosso).

A assistente social reconhece a importância do PBF como forma de atendimento à pobreza, mas que transcende o repasse de renda quando oferece cursos profissionalizantes, reconhecendo como ação necessária para a ultrapassagem da transferência de renda por si só, direcionando o debate acerca da “ativação” para o mercado de trabalho. Afirma que o programa é paliativo no combate à pobreza, porém a profissional atribui ao programa uma característica que não cabe apenas a este, já que a eliminação da pobreza advém da mudança estrutural da sociedade e não é tarefa apenas do programa (conforme foi discutido no capítulo 2 desta dissertação). Outra questão importante no discurso dos profissionais se manifesta na seguinte fala:

Eu avalio o programa como muito bom, porém, insuficiente pras demandas que a gente tem. É claro que ele acaba contribuindo, ajudando positivamente na situação de vulnerabilidade social. A proposta que ele tem, mas de uma maneira geral, globalizada, eu não avalio como sendo um grande modificador da realidade (Psicóloga 3).

Percebe-se que a profissional reconhece a necessidade e a importância do PBF para suprir as necessidades das famílias, mas insuficiente diante da complexidade da reprodução social das famílias que emergem nas demandas que ela atende na sociedade. Mas, pode-se perguntar: cabe a um programa focalizado “modificar” a realidade?

Há também visões dos profissionais que associam o programa ao desenvolvimento da cultura do não-direito, da politicagem, do clientelismo:

*[...] Acaba que ele [PBF] tá sendo muito o centro das atenções, tá sendo o grande foco em detrimento de vários outros programas e outros serviços que poderiam estar sendo valorizados. Então, nesse sentido eu acho que *ele acaba sendo realmente uma questão política, de politicagem e não de**

política pública [...] pessoas que passam por cima de todo um fluxo do serviço pra conseguir e que veem como algo que ele conseguiu por “bacanagem” e não por serviço, não por direito [...] (Psicóloga 2, grifo nosso).

Neste trecho, a profissional identifica uma falha no PBF com relação à sua associação a situações de clientelismo, em que muitas pessoas personificam os serviços oferecidos pelo CRAS aos usuários do PBF. E isso faz com que se difunda a imagem de que o programa não faz parte das Políticas Públicas, não corresponde a uma ação de proteção social e, além disso, ratificado pela pesquisa de Cohn (2012), o Programa muitas vezes substitui a oferta de serviços das outras Políticas Públicas.

[...] o entendimento é deturpado para a população porque eles não te colocam como uma garantia de direitos. Eles não te colocam dessa forma. Não é assim que vai, e isso acontece com vários outros serviços. Principalmente serviços eventuais. Eles são colocados pra população como forma de ajuda, de caridade, de político que é bacana, porque foi o político fulano, foi o vereador fulano de tal que comprou o caixão, que fez o funeral, que me deu a cesta básica. Então isso acontece com todos. Pro BF se torna pior porque o alcance dele é maior (Assistente Social 2).

A preocupação desta profissional é, também, a operacionalização clientelista do PBF e a personificação do serviço, desconfigurando seu caráter público-estatal. Isso reflete a dimensão ideológica existente na execução de Políticas Sociais. Para Gramsci (1968), a ideologia é uma característica constitutiva do real, é uma visão de mundo coerente com a opção e reflexo dos processos históricos que o indivíduo e/ou grupo vivencia. É ligada aos movimentos e forças de uma época. Manifesta-se em todas as ações individuais e coletivas, sendo uma unidade entre a concepção de mundo e conduta. Por isso, são conjunturas que manifestam-se em diversos momentos históricos, servindo a diversos interesses e formando um terreno no qual os homens adquirem consciência, posição e movimento.

Löwy (2008) reitera que ideologia representa a conduta do pensamento dominante de uma época e que, a representação do pensamento transformador desta é o que se chama de utopia. Por isso, nenhuma delas representa a unidade absoluta e tem que ser vistas nas suas limitações históricas, em sua transitoriedade e contradições. Ou seja, ideologia e utopia representam interesses contraditórios em determinada sociedade. Neste caso, o PBF se materializa conforme a ideologia de quem o operacionaliza. Isso quer dizer, que toda ação de Política Social é afetada por alguma ideologia que pode fazê-la evoluir ou pode retroceder suas bases.

Se a ideologia é a conduta condizente com a manifestação social do pensamento dominante, ela advém de uma reprodução social do pensamento, reflexo da reprodução social materializada no movimento da história, diretamente ligadas às relações entre os seres sociais, o que quer dizer que as influências histórico-sociais determinam as relações que se estabelecem na sociedade, o que chamamos de sociabilização.

A reprodução social está diretamente ligada à representação do homem, ser social mediatizado pelo trabalho, a reprodução (espelho da produção) torna-se então, no processo histórico, a produção das relações sociais, a representação das formas de coexistência do ser social. A reprodução social é a representação direta da condição e consciência do ser social. Neste processo, aparecem as forças ideológicas hegemônicas.

A tensão existente no desenvolvimento de Política Social é condicionada pelo fato de que ela assume formas de coerção e consenso. Ao mesmo tempo em que regulamenta a vida das pessoas, torna-se uma forma de atendê-las em suas necessidades. Ocorre que, no processo de proteção social da atualidade ora se desenvolve mais a coerção, ora o consenso. Ou seja, ambos objetivos existem na mesma atuação.

Quando a Psicóloga fala que o programa está sendo o centro das atenções, ela afirma que as famílias e a opinião pública não visualizam os serviços da assistência social em sua completude, que elas dão destaque apenas ao valor do benefício, que o PBF se torna uma forma ideológica de consenso. Porém, como já foi visto na história de vida dessas famílias, elas têm pouca instrução e vêem esta renda como a alternativa de sobrevivência e, até mesmo, de fazer com que seus filhos saiam das condições de pobreza, alcancem a educação e a assistência fica a cargo da sobrevivência.

As usuárias, por sua vez, quando questionadas a respeito do que consideram no PBF, relatam principalmente que a função do programa é garantir os direitos das crianças com relação à alimentação, a educação e a retirá-las dos riscos que a situação da pobreza traz, como afirma Serva de Deus: “[...] É pra tirar muitas crianças de risco. Da rua né? Aqui pelo menos tem criança que a gente vê que precisa, em situação de risco, de rua, de estupro [...]” (Serva de Deus, viuva, dona de casa).

Porém, esta visão faz com que elas acreditem que o dinheiro é das crianças e que somente devem investir nas necessidades das crianças. Esse pensamento corresponde a estratégia de romper com o ciclo geracional da pobreza, conforme os objetivos do MDS, fazer com que as crianças tenham um futuro melhor do que os seus pais. Mas, ao mesmo

tempo ele estimula o pensamento de que há uma única forma correta de utilização do dinheiro, corroborando para ideias que “[...] Porque esse dinheiro é dele [...]” (Lene, desempregada, 01 filho).

Os sujeitos também reconhecem que a participação no PBF faz com que elas e suas famílias sejam atendidas também em outras Políticas Públicas, como, por exemplo: “[...] É pra manter as crianças na escola. É tá em dia com negócio de carteira de vacinação. [...]” (Patricia Suellem, faxineira, divorciada). Ou até mesmo:

[...] Olha, o que eu acho que tem de bom é que ele realmente ajuda muitas famílias, muitas crianças, por exemplo, como aqui o CRAS ele acolhe várias crianças, faz projetos essas coisas, olha, o meu filho foi encaminhado daqui pra UEPA pra ter o tratamento né? Se ele não fosse encaminhado daqui eu acho muito difícil eu conseguir né? [...] (Elen, diarista).

Este depoimento evidencia que as famílias reconhecem o valor do benefício, enquanto ação de Política Pública integrada e com outros serviços a oferecer, já que a usuária identifica que de uma política se chega a outra. Assim, o Programa Bolsa Família é visto por estas famílias como uma complementação de suas rendas por dois motivos principais: o primeiro é que, por ser considerado uma “ajuda” do governo, ele não deve ser a única alternativa de sobrevivência, já que estas famílias estão submersas na reprodução social que valoriza a submissão ao trabalho assalariado; e em segundo lugar porque é um valor que não consegue suprir todas as necessidades objetivas destas famílias.

Essa visão de que o PBF é direcionado para as crianças como uma forma de romper com o ciclo geracional da pobreza também foi uma realidade encontrada nas pesquisas de Cohn (2012) e Pizzani e Rego (2013), haja vista que elas fazem questão de mostrar que, recebendo o valor do PBF, são dedicadas à família, aos filhos, e que este valor é direcionado para as necessidades das crianças.

Estas famílias também reconhecem e valorizam o PBF como forma de alcançar uma posição no mercado de trabalho, seja para elas próprias ou para seus filhos, confirmando o que já foi visto no tópico anterior sobre o repasse moral de valorização do trabalho para os filhos. Conforme o que se verifica na fala de Lua: “[...] Eu acho ótimo né? Eu acho muito ótimo! [...] pra elas [as filhas] aprenderem, pra elas trabalharem [...]” (Lua, desempregada). Ressalta-se também quando Márcia afirma “[...] Tá contribuindo sim. [...] Porque ela [a filha] tem vontade de aprender que ela tem vontade de trabalhar [...]” (Márcia, dona de casa). E

Maria (dona de casa): “[...] olha do programa eu acho bom porque tem curso, são ofertados cursos pra gente. [...]” (Maria).

“[...] Aí eu sei que é assim e o Bolsa Família, no caso hoje em dia, *não dá pra se sustentar com ele, mas é uma grande ajuda.* [...]” (Patrícia Suellem, faxineira, grifo nosso). Já Estrela afirma:

[...] Eu acho bom, com a Graça de Deus mana! Pelo menos dá pra mim né? Eu compro meu remédio. [...] Mana pra mim tudo dá! Até se fosse R\$ 10,00 já dava. *Eu fico com raiva de quem recebe um salário e diz que é pouco. Quem me dera que eu recebesse um salário!* [...] (Estrela, vendedora e flanelinha, grifo nosso).

Estrela afirma que o PBF é uma forma de fazê-la “não morrer de fome”, ou seja, o PBF para a informante atende a necessidade básica da sobrevivência: a alimentação. E, mais uma vez, o salário, como expressão de renda proveniente do trabalho em sua expressão de emprego é altamente valorizado. Diante disso, podemos remeter esta fala com as categorias dos “inempregáveis, supranumerários, inúteis para o mundo”, que Castel (2012) descreve quando visualizamos a fala de Estrela que afirma que sua maior satisfação seria receber um salário e, a partir daí, já se tem uma prévia do próximo tópico sobre a questão da renda X salário, afirmando-se que o salário (produto do trabalho) é muito mais valorizado do que a renda do PBF pelas usuárias.

Porém, quando questionadas sobre o que elas avaliam que precisa melhorar no PBF respondem:

Eu acho que precisava aumentar mais um pouco porque a pessoa que não tem coitada! [...] Eu acho que deveria melhorar o valor, a possibilidade de eu ganhar mais um pouco. *Porque não tem emprego na minha idade. Porque a gente tem que pagar as contas, é baixa renda, mas vem né? Eu queria “NPS”, mas é muito que tem que pagar [...].* (Estrela, flanelinha e vendedora, 60 anos, grifo nosso).

[...] se aumentasse melhor seria, mas eu não posso dizer isso. Eu também to ganhando. Eu quero, *todo mundo quer um salário mínimo, mas pra mim eu só tenho a agradecer o programa [...]* (Vitória, cabeleireira, grifo nosso).

Muitas entrevistadas destacaram a renda do PBF como necessidade de melhoria e comparam-no com o salário. Na fala de Estrela percebe-se que a aposentadoria é uma proteção muito almejada por sua característica de ser uma renda fixa. A questão da segurança que o salário e a aposentadoria (direitos formais) proporcionam faz as entrevistadas recorrentemente reafirmarem a importância destas categorias:

[...] Tem gente que diz que é pouco. [...] Mas aí eu uma coisa que eles tão dando pra ajudar a gente não tem que reclamar! Além da gente tá ganhando ainda fica reclamando! [...] Porque eu acho assim que *tem muita gente que reclama, o pouco que ganha reclama, quando não ganha nada reclama também. A pessoa tem também que ver assim é uma coisa que tá recebendo que não tá fazendo nenhum esforço pra receber*, então tem que pensar nisso [...] (Márcia, dona de casa, ensino médio completo, grifo nosso).

Ao afirmar que as pessoas não tem que reclamar porque estão recebendo algo em que não estão fazendo esforço, Márcia remete-se a noção alienada que se esconde por traz do sentido de gratuidade dos serviços da Assistência Social. O aspecto “gratuito” destes serviços fornece uma visão deturpada dos serviços como algo “dado”, porém, o que os usuários não identificam é que, o que sustenta os serviços da assistência são os impostos que eles próprios pagam diariamente. Patrícia Suellem afirma que o que precisa melhorar é:

[...] Porque o governo tem várias verbas pra construir hospitais e não sei o que, as vezes eles nem gastam tudo aquilo, mas tu vê aquelas placas lá enorme com tantos milhões, bilhões que vai ser aquela obra e eles não gastam nem a terça parte daquilo né? Mas aquilo cabe a eles pra ver o que eles fazem. Então, daria pra eles ajudarem ainda mais porque tem pessoas que ainda ganham até R\$38,00, R\$40,00 por mês né? [...] (Patrícia Suellem, faxineira).

Não se reconhece a contrapartida que é dada pela sociedade para que seus direitos sejam garantidos. Outra questão importante encontra-se na fala de Patrícia Suellem quando ela fala, minimamente, sobre o papel do gestor público no desenvolvimento de Políticas Públicas, mas visualiza isto como uma função apenas deste.

Há também as críticas a respeito das fraudes que muitos usuários participam, como: “[...] é tem pessoas que tem condições e ganham. Eu acho que deveriam aumentar o valor para as pessoas que mais necessitam. [...]” (Regina, dona de casa). Ou “[...] eu acho que muitas pessoas que precisam realmente não recebem e outras que não precisam e recebem. Eu conheço pessoas que não precisam e recebem. [...]” (Elen, diarista, ensino médio completo). O sentimento de injustiça a que muitas famílias se referem está ligado ao reconhecimento de que existem fraudes de pessoas que vivem em melhores condições de vida do que elas e estão recebendo o PBF, demonstra que as próprias beneficiárias não compartilham desta posição e que existe entre elas um sentido moral de justiça, além de um aspecto de competição:

[...] eles dizem que a pobreza foi minimizada não sei quantos por cento, mas só que pro que a gente vê falta muita coisa pra melhorar, melhorou um pouquinho. O que precisa melhorar é a base de escola, a saúde, principalmente a educação [...] eu sei que tá vindo muitos cursos pros

CRAS, mas assim a presidenta tinha que ver com outros olhos, [...] tem muita gente que não tem o fundamental completo entendeu? Mas essas pessoas não são burras, então vamos propor um projeto, um curso que venha atingir essas pessoas, pras que são donas de lar, como eu. Então vamos fazer um teste com essas pessoas pra gerar renda dentro de casa. Trabalhar dentro de casa. [...] *E aí bota os cursos, mas só chama quem tá com o fundamental completo ou no terceiro ano e aí a gente vai ficando pra trás. E a gente tem necessidade. E eu gostaria de fazer, mas não tenho oportunidade [...]* (Serve de Deus, dona de casa, viúva, grifo nosso).

Para a entrevistada, é necessário mais do que está sendo feito, é necessário a articulação das diversas Políticas Públicas e a necessidade de levar em consideração as particularidades das famílias beneficiárias para fornecer os serviços de proteção social, assim como investimento em cursos profissionalizantes que atinjam as singularidades e desejos das famílias beneficiárias. Nesse sentido, sua fala tem um tom nítido de criticidade, uma vez que ela traz para o debate elementos que, além de desmistificar a pseudoociosidade dos usuários do PBF, revela que um dos principais objetivos do programa, a inclusão produtiva, ainda não atinge a maioria da população usuária do PBF, que, por sua vez, tem interesse, mas “não tem oportunidade”.

Considera-se que a noção crítica de política e responsabilidade que a usuária atribui aos governantes no fornecimento de condições para que as pessoas alcancem sua profissionalização já é um indício de que a consciência política dos usuários do PBF tem aumentado.

[...] Porque eu acho assim que o BF tem que dar oportunidade pro jovem, ele não tem que dar oportunidade pra outras pessoas porque todo mundo diz “jovem aprendiz” e pra mim o jovem aprendiz pra mim não existe porque eu andei o ano passado atrás disso pra ela e eu não consegui justamente por causa da idade dela e hoje eu ando e ela ainda não tem oportunidade. [...] É por isso que hoje em dia a gente vê o jovem na criminalidade, fumando, roubando, por causa disso, porque o jovem não tem oportunidade [...] (Lua, Desempregada).

Lua dá um enfoque para a questão da juventude, que é a realidade que mais condiz com sua história de vida, já que ela acredita não dispor de oportunidades de crescimento profissional em sua juventude através da educação e que este é um dos principais fatores que a preocupa com relação às suas filhas adolescentes: educar, formar para trabalhar e se afastar das drogas e da criminalidade. Também manifesta uma posição crítica a respeito de política, do atendimento das particularidades das famílias e repete a necessidade de “oportunidade”.

Nestes trechos das falas também se identificou uma visão politizada, ainda que mínima, que envolve o recurso do programa, o que pode ser considerado um grande avanço

para a perspectiva de ampliação da cidadania enquanto fortalecimento da equidade e da justiça social das famílias.

Com relação ao tema acima, as profissionais reiteram que reconhecem as dificuldades estruturais a que as famílias usuárias passam, porém ratificam o discurso da “ativação”²⁴ para o mercado de trabalho quando identificam que a alternativa para os problemas que as famílias apresentam é a inserção nos cursos profissionalizantes, reiterando que estes são muito procurados. Isto corresponde, conforme uma das Psicólogas, “[...] a necessidade de ter uma fonte de renda própria e aí é o pessoal que procura cursos. Já é uma possibilidade de independência financeira [...]” (Psicóloga 3). Ou no caso da fala da assistente social: “[...] o encaminhamento para o mercado de trabalho. Ainda não existe” (Assistente Social 1). Outra psicóloga entrevistada complementa:

Muita gente vem aqui atrás de curso? Vem. Mas não entendem a relação que tem com o deixar de receber o PBF então essa pessoa pode até se capacitar, depois até começar a trabalhar de forma informal, digamos, na área de estética, depois até ganhar uma renda que ultrapasse o valor estabelecido para o PBF, mas dificilmente essa pessoa vai vim aqui se desligar espontaneamente do PBF. Enquanto der pra manter, eles mantêm. Porque como a renda é informal e no cadastro é uma renda autodeclaratório dificilmente ela vai declarar o valor real que ela ta ganhando lá. Então, assim, eu acho que também o governo até desenvolve alguns programas e alguns serviços pra que a pessoa deixe de depender do PBF, mas isso não fica muito bem difundido, não é o que é veiculado nas mídias (Psicóloga 3).

Esta fala demonstra que a profissional ainda considera a autonomia como a não dependência do programa e mais uma vez recaem no trabalho enquanto forma de “alcance da dignidade moral”. Não se identifica a autonomia como forma de sobrevivência digna que vai muito além de depender ou não do governo, pois define uma crítica aos usuários que, com um trabalho informal, não se desligam do programa para continuar mantendo as duas rendas. Não associa a falta de emprego a uma questão estrutural, que condiz com o movimento e interesse do capital.

Quando questionados se o PBF estimula ou não a ociosidade, respondem:

E o que eu vejo também é que as pessoas, na verdade elas se acostumam com isso né? Tipo assim, é cômodo, é apenas pra somar. [...] E ela não

²⁴ Pereira (2014) afirma que o discurso da “ativação” para o mercado de trabalho coloca as categorias trabalho e assistência social em polos opostos, como se ambas não fossem direitos da população. Ela define esta ativação como uma forma de fazer o usuário alcançar o mercado de trabalho para desligá-lo da assistência estatal, ou seja, de fazer com que os cidadãos recorram às suas necessidades de uma maneira privada, meritocrática e individual.

percebe, ela não tem aquela consciência, total esclarecimento de que aquilo não é pra sempre. Eles acham que aquilo vai ser eterno na vida deles. E já contam com aquele dinheiro, eles não tem o entendimento de que em algum momento eles não vão mais ser beneficiados ou que a situação financeira vai mudar e que eles não vão mais precisar daquilo (Cadastrador 2).

[...] Eles se acostumam mesmo com isso. Eles não vêem a possibilidade de em certo momento aquilo ser cortado. Aí se é cortado, em algum momento aí eles vem atrás e dizem “olha, o benefício foi cortado” e tu vê que eles vem atrás realmente fazendo questão daquilo sem ter real necessidade, porque ele realmente se acostumou a ganhar aquele dinheiro [...] (Cadastrador 3).

Percebe-se que a questão da acomodação com o valor do PBF é vista pelos cadastradores como uma característica dos próprios usuários, sem compreender que isso não é uma questão de “costume” e sim de direito. Esta é uma análise muito distante da realidade dos usuários que atendem, isto prejudica a intenção da Política de Assistência Social em desenvolver a Proteção social. Identifica-se que o cadastrador deve considerar que ele está executando um direito, independente de sua opinião pessoal sobre o mesmo, ele deve fazer seu trabalho com qualidade.

Considera-se que este tipo de análise faz com que os profissionais não tenham clareza a respeito da efetividade de seu trabalho e do próprio PBF, como se verificam abaixo os resultantes do questionamento sobre o que eles acham que seria das famílias caso o PBF acabasse:

[...] dá pra contar nos dedos das mãos as famílias que eu sei que conseguiriam viver independente do bolsa ou que já tiveram uma reflexão sobre isso, mas a maioria, acho que infelizmente a gente cai na... nas situações de risco né? As que eles tem facilidade de acesso. [...] Esse pessoal, eu acho que procurariam outras formas tão fáceis quanto o bolsa de conseguir. [e tu achas que eles não procuram, enquanto tá recebendo o dinheiro, porque? - pesquisadora] Comodismo (risos). É porque, eles não entendem a necessidade de estarem sendo acompanhados, de estarem tendo um suporte pra progredir sabe? Eu acho que a maioria não ve dessa forma. O CRAS pra maioria é só o Bolsa, o CRAS é só o lugar em que eu entrego os documentos e onde eu resolvo alguns problemas quando bloqueia, não é mais nada (Psicóloga 1, grifo nosso).

[...] na maioria, eu percebo que sim. Eu não tinha uma reflexão sobre isso antes de tá trabalhando na área, mas se a gente for comparar a maioria daqui, eu vejo que sim, que impede eles, ainda que seja um pouquinho, como é mais fácil do que ter que trabalhar x horas, diariamente pra conseguir uma renda maior, eu acho que eles se acomodam sabe? Eles preferem receber menos, não ter que fazer nada a ter uma vida mais tranquila, mas ter que batalhar por isso (Psicóloga 1, grifo nosso).

Esta profissional afirma que caso o PBF acabe a maioria das famílias iria recorrer “às formas fáceis” de sobrevivência, se reportando ao crime e à prostituição, porque, considera

ela, é a forma mais próxima da realidade dos usuários, o que ocorreria por comodismo, já que os próprios usuários não entendem o valor de serem acompanhados e “progredirem” profissionalmente. É nítido neste discurso da culpabilização e individualização da extrema pobreza, como na forma liberal de pensar.

“Se acabasse de uma hora pra outra eu acredito que muitas famílias iam permanecer na miséria. Iam ter que fazer bicos para poder garantir a alimentação da família. Elas iam ter que dá um jeito” (Assistente Social 1). Uma das assistentes sociais entrevistadas complementa o discurso anterior afirmando que eles permaneceriam na miséria, ou seja, que o trabalho que a Política Social está fazendo através do acompanhamento destas famílias pelo PBF não está alcançando o seu objetivo protetor, mas avança no pensamento quando afirma que os usuários iriam fazer “bicos” para se manter, ou seja, recorreriam ao trabalho.

A psicóloga 3 revela considerações importantes quando analisa que as famílias poderiam permanecer no desespero, caso o PBF acabasse, mas que isso não é fruto de um desconhecimento a respeito da cidadania e sim da possibilidade de consumo que muitas famílias adquiriram com a renda do programa, visualizando isto como uma conquista para as famílias e confirmando o que as respostas das usuárias vinham apresentando.

Enquanto a psicóloga 1 afirma que acredita que muitos dos usuários do PBF são ociosos porque estão acostumados a ter “dinheiro fácil”, decorrente do sentimento de dívida que a operacionalização equivocada do programa imprime. As psicólogas 2 e 3, assim como as assistentes sociais 1 e 2, refletem que esta relação com o trabalho decorre da própria vida e perspectiva de cada usuário. Que eles procuram emprego porque possuem perspectiva e os que não procuram é porque já se consideram excluídos do mercado de trabalho seja por idade ou por falta de capacitação, mas que eles não são ociosos.

Eu confirmo a ideia de que realmente elas têm resistência ao trabalho formalizado, mas eu visualizo muitas pessoas aqui que fazem faxina, que fazem o chamado “bico”, que passam uma roupa, que lavam uma roupa, que toma conta de criança de alguém. Mas elas tem realmente uma resistência na formalização dessas atividades (Psicóloga 3)

Eu acho que isso pode variar por território né? Por município, por comunidade [...] Aqui eu ainda não percebi tanto. Aqui eu realmente eu percebo mais que existe um trabalho informal e que às vezes o receio das pessoas é de formalizar esse vínculo empregatício perder o benefício. Mas eu já tive experiência com um público, com uma comunidade em que era grande o número de pessoas que nem o trabalho informal tinha e que se conformavam, mas se davam por: “tá bom do jeito que tá com o benefício”. Eu não sei se pensavam a longo prazo né? Achavam que aquele benefício

tava dando pra não passar fome e não iam nem atrás do trabalho informal. Muito menos do formal (Psicóloga 2).
A maior parte tem medo do trabalho formal, medo que isso impeça o recebimento do Bolsa, mas são pessoas dispostas a trabalhar informalmente, pra complementar a renda [...] (Psicóloga 2).

Em comparação com o que dizem as usuárias sobre o mesmo assunto, há uma discrepância, porque elas não admitem o “medo do trabalho”, mas a *impossibilidade de competir*, falta de condições de ascender ao mercado formal e confirmam a análise dessas profissionais de que há uma tendência à informalização do trabalho²⁵, porém esta tendência não existe apenas porque as usuárias tem medo de perder ou não ter a renda do programa. Essa tendência advém do modelo de mercado de trabalho na atualidade, que como já foi verificado no primeiro capítulo desta dissertação, através das análises de Antunes (2006), valoriza a informalização e terceirização como formas de precarizar ainda mais as relações de trabalho e diminuir os direitos trabalhistas na contramão do desenvolvimento de direitos sociais.

Esta pesquisa revelou também que a informalização parece ser uma das únicas alternativas de trabalho/renda que muitas delas têm para responder às suas necessidades materiais, porque não têm acesso ao mercado formal de trabalho. É importante ressaltar que, quando uma das psicólogas afirma que já trabalhou em outro território e que as pessoas pensavam “tá bom assim com o benefício”, tratava-se de um território em que as pessoas não tinham o mínimo de condição de sobrevivência, viviam na miséria. Ainda sobre a ociosidade e trabalho dos usuários, os profissionais afirmam:

Eu acho que depende da faixa etária. Se são pessoas, mulheres mais novas assim, eu acho não vivem só disso (PBF) e nem querem, entendeu? Elas não querem deixar de receber, mas também não deixam de procurar trabalho ou de trabalhar por conta disso. Já mulheres mais velhas né, até pela idade né? Que é mais difícil trabalhar e aí elas realmente não procuram (Cadastrador 2).

[...] eu não acredito que são ociosas. Porque tem muita gente que não tem oportunidade, mas os mais jovens que conseguem estudar procuram tem alguns que trabalham, perdem e voltam. Tem uma camada com nível de escolaridade baixo, com trabalho informal (Assistente Social 1).

²⁵ Conforme o DIEESE (2015), Belém já conta com 500 mil trabalhadores informais e uma de suas principais formas de trabalho é o setor de serviços. O trabalho informal é um trabalho sem os direitos reconhecidos nas legislações trabalhistas, em que o trabalhador é submetido a toda sorte de condição de trabalho e sem a menor proteção estatal.

A questão dos objetivos de vida conforme a faixa etária aparece no discurso dos entrevistados, primeiramente quando eles avaliam que os usuários não são ociosos, o que já fortalece a proximidade com a realidade demonstrada nesta pesquisa. E em segundo lugar, quando eles colocam a questão de que a idade direciona o objetivo do usuário com relação ao trabalho, isso foi verificado no primeiro tópico deste capítulo por meio das verbalizações das usuárias com relação aos seus objetivos de trabalho, quando elas tratam de seus interesses em estudar e/ou garantir estudos para seus filhos, quando elas afirmam que gostariam de trabalhar abrindo um negócio próprio.

A partir deste ponto apresentar-se-ão as considerações dos profissionais entrevistados a respeito de cidadania dos usuários do PBF. A Psicóloga 2 afirma que eles se sentem cidadãos porque “brigam por seus direitos”, considerando-os inclusive impacientes no serviço que o CRAS tem para oferecer, que também nutrem a noção de direitos quando ao participar de outro serviço de Política Social, afirmam ser usuários do PBF como uma forma de privilégio no serviço. Enquanto que a Psicóloga 1 afirma que não percebe nos usuários o discurso de garantia de direitos enquanto cidadãos porque, afirma ela, eles só querem algo que seja dado. Uma terceira Psicóloga afirma que nunca percebeu no discurso dos usuários a questão da cidadania e uma das Assistentes Sociais entrevistadas reitera o discurso que ela falou anteriormente que somente os menos instruídos não tem noção de cidadania.

Entende-se cidadania como um conjunto de direitos e deveres dos membros da sociedade como um todo na participação do que é público, comum a todos, tendo a liberdade como um de seus pilares. O reconhecimento da existência e da diferença entre direitos e deveres deve prevalecer, porém, sem gerar desigualdade. Ou seja, a cidadania abrange uma conduta que objetiva a equidade, enquanto categoria que reconhecendo as diferenças, as particularidades, não permite que haja desigualdade. Os profissionais associam esta categoria à aquisição e/ou consciência de direitos por parte dos usuários.

A assistente social 2 traz um elemento importante para a discussão quando afirma que os usuários tem noção de que o PBF é uma forma de alcançar a cidadania porque nunca percebeu alguém recebendo o PBF que sinta vergonha em procurar, a não ser alguém que algum dia já tenha tido uma condição financeira de vida melhor. Isso traz a reflexão de que a noção de proveniência da renda que sustenta uma família é também um elemento de fortalecimento do modo capitalista-liberal de pensar e que a dependência do PBF pode causar vergonha social a famílias que nunca “precisaram” desse tipo de benefício.

Apesar de eles dizerem que é direito e de virem atrás por acharem que é direito, mas fica aquilo pela moda da palavra direito entendeu? É o direito sem ter a dimensão do que é direito [...] Mas eles não tem o entendimento da política, não sabem porque que o governo federal disponibiliza isso, não sabem qual o objetivo deles receberem esse benefício por um tempo pra conseguirem o que ao longo desse tempo? Não fica claro que deve ser temporário, provisório, não fica claro isso pra eles. Eles acreditam que enquanto o filho estudar ou até completar a maioridade eles vão poder receber (Psicóloga 2).

Ela não vê a consciência de direitos nele, entretanto pode-se questionar qual a consciência que ela tem desta inconsciência de direito – se ela não visualiza na vida dos usuários a identificação do serviço, enquanto uma forma de cidadania e proteção social, ela está questionando a própria execução do seu trabalho no estabelecimento, uma vez ela exerce a função socioeducativa no local. E, ainda, quando ela afirma que eles não têm noção da provisoriedade do PBF ela contrasta mais uma vez o que se considera enquanto proteção social, uma vez que esta não tem um caráter provisório, principalmente no modo de produção capitalista. Não há no discurso dos profissionais a visualização da cidadania enquanto materialização da justiça social, da equidade, muito além do fornecimento de direitos, correspondente à cidadania formal.

As usuárias entrevistadas visualizam o programa como uma “ajuda do governo”, mas verbalizam constantemente que a possibilidade de comprar remédios, material escolar, comida e vestuário fornece um sentimento de cidadania, de valorização a si própria. O fato de independência financeira da família também é muito citado nas entrevistas como possibilitador de cidadania, uma vez que o desemprego as deixa com um sentimento de incapacidade, o PBF as faz não se submeter aos ditames da dependência financeira familiar. Além disso, identificou-se, nas entrevistas com as usuárias um discurso politizado a respeito da cidadania:

[...] 80% você é respeitada, você é vista como realmente aquelas pessoas que fazem valer o seu direito, porque tem pessoas que tem o direito, mas não sabe aonde procurar não sabe o que fazer pra conquistar os seus direitos. Eu quando eu vou nesses locais, eu sempre procuro ver o que nós temos direito, o que nós temos obrigações. Eu sempre presto atenção. Olha, pra permanecer no bolsa família os seus filhos tem que tá bem na escola, tem que ter 90% de frequência. Tem crianças que recebem bolsa escola, mas tão por aí na rua, não tão indo pra escola. Em termos de saúde então... as vezes a criança não foi nem numa consulta né? [...] Porque o governo oferece essas oportunidades e a gente tem que aproveitar. Né? Se é nosso direito nós temos que ir atrás deles né? Porque tem muita gente que não vai atrás do direito delas (Patrícia Suellem, grifo nosso).

[...] eu acho que é uma obrigação. Eles vejam isso como uma ajuda né? Antes de eles se elegerem eles falam que eles vão fazer isso, que eles vão fazer aquilo, mas não fazem, né? Aí muita gente vota, ah! eu vou votar nele porque ele faz o Bolsa Família, mas não faz. Aí muita gente vota por causa disso e deveria votar e ver que isso é uma obrigação porque a gente que coloca eles no poder. Né? Então assim como a gente tem obrigação de ir lá votar, porque se não a gente paga multa. Eles têm obrigação com a gente também né? [...] (Elen, grifo nosso).

Estas entrevistadas possuem consciência de cidadania, na medida em que citam os elementos da atividade política, mesmo que ainda no sentido de eleições, e a obrigação de o governo prestar serviços à comunidade, por isso vêm como direito. Além disso, reiteram as suas obrigações enquanto cidadãs de procurar as oportunidades oferecidas pelas Políticas Sociais. Nesse sentido, ressalta-se a discussão de Bottomore (2012) sobre a existência da classe em si, uma classe com interesses e vivências materiais comuns que não articula, ainda, no nível subjetivo e nem objetivo, os seus interesses. Ou seja, não interagem a ponto de materializar a efetivação dos seus interesses porque ainda não se tornou uma classe para si. Ainda não têm formada a consciência de classe necessária para se reconhecer e usar sua força, enquanto coletivo, na construção de uma nova ideologia hegemônica que favoreça a coletividade.

Até porque, as famílias das entrevistadas vivem em situação de miséria que se expressa muitas vezes na dificuldade para concretizar um direito, como, por exemplo, no caso de Regina, que, com uma filha com deficiência, relatou que tem de andar a pé com a filha para conseguir alcançar alguns serviços que são direitos delas. Ela relatou que havia sido encaminhada ao BPC só que estava esperando “cair” o dinheiro do PBF para providenciar as cópias dos documentos e o dinheiro do ônibus pra ir até lá, por isso muitas vezes ela andava a pé com a filha: “[...] quando ela tá cansada, eu paro, converso com ela e a gente vai de novo” (Regina, dona de casa).

Regina tem que procurar vários serviços para o atendimento das necessidades de sua filha, naquele trecho ela trata do encaminhamento que lhe foi dado a procurar o BPC e relata com tristeza que, como vive somente com a renda do PBF, não tinha dinheiro para copiar os documentos e até usar ônibus, em muitas situações, para alcançar o direito de sua filha. Estrela (flanelinha e vendedora) e Regina (dona de casa) retratam fielmente a impossibilidade de acomodação com a renda do PBF, uma vez que, ela, sozinha, não garante sequer as necessidades básicas de uma família.

Quando questionadas sobre o sentimento de vergonha ou preconceito por receber o PBF, novas concepções aparecem:

[...] eu fui no posto e a assistente social disse pra mim: “o problema é que vocês não tão fazendo questão do cadastro, vocês tão fazendo questão do dinheiro” [...] Ela não deixou naquele momento eu explicar pra ela o que era que eu queria. E eu me senti ofendida e não voltei mais lá. [...] Eu me senti muito ofendida porque eu to atrás do objetivo das minhas filhas, porque se faltar lápis, caderno, com que dinheiro que eu vou comprar? Porque eu to desempregada, mas não é por causa disso que eu vou me desesperar, colocar uma faca na minha cintura e ir ali na esquina e enfiar em alguém. Jamais! (Lua).

Como já foi visto na história de vida de Lua, ela vive em um ambiente em que a criminalidade como “saída” para a pobreza é muito comum. No trecho acima ela relata uma situação em que se sentiu mal por ter sido julgada como uma usuária interessada apenas no dinheiro do programa, uma crítica por sinal muito comum dos que não conhecem, e justifica a utilização do dinheiro através de uma causa nobre, socialmente falando, que seria a educação de suas filhas e um dos maiores destaques encontram-se no final da fala em que ela diz que o fato de estar desempregada não vai fazer com que ela “abaixe a cabeça” e recorrer à violência/criminalidade. E, destacamos ainda mais:

[...] eu escuto assim a maioria das pessoas que tem condições, reclamarem “ah as pessoas que recebem Bolsa Família é a pessoa tá vivendo daquele Bolsa Família e aí não quer mais trabalhar”, aí fica criticando as pessoas que recebem. Eu já ouvi esses comentários. [e como a senhora se sente? - pesquisadora] as vezes eu fico triste né? De ver as pessoas falar porque eles “tenham” né? E por isso que eles falam isso, eles criticam as pessoas que recebem [...] (Márcia).

Eu acho que a maioria que critica né? São pessoas que tem uma estabilidade assim bem entendeu? Porque não precisam né? Só que a maioria que apoia esse programa são as pessoas mais necessitadas, que dependem dele (Cadastrador 1, grifo nosso).

[...] uma vez *uma colega minha mesmo chegou a falar que tem muita gente que quer ser sustentada pelo Bolsa Família né? E eu falei pra ela, porque tu nunca passou por uma situação difícil né? Como, por exemplo, eu que me separei, aí o meu ex marido adoeceu e não pode mais me ajudar com os meninos e então foi o jeito. E se não fosse? Então ela fala isso porque ela nunca se encontrou numa situação dessa, talvez se ela se encontrasse um dia ela não iria falar isso [...]* (Elen, grifo nosso).

É interessante que muitas delas não afirmam ter vergonha de receber o benefício, mesmo que já tenham recebido críticas por isso e o fato de que elas afirmam que somente quem não recebe é que critica abrange uma definição interessante para este trabalho, porque

repassa a ideia de que se elas não necessitassem não estariam recebendo, não procurariam um direito. É um fator a se pensar na discussão de cidadania, uma vez que estas críticas provém da classe média que recebe os benefícios estatais de outras formas como: bolsas da pós-graduação, seguro desemprego, isenção de imposto de renda, entre outras.

[...] na minha rua. Várias pessoas falam: Égua. Quem te viu, quem te vê!” porque a gente tinha um poder assim um pouco elevado né? Quando a minha mãe trabalhava. Morava com a gente antes dela ir, entendeu? Aí meu irmão tinha carro e tudo. A gente saía, agente passeava. os pessoal hoje em dia quando me vejo falam. Entendeu? “é né? Recebendo Bolsa Família!” aí eu respondo “é. Todo mundo precisa! E eu também preciso” hoje em dia eu tenho filho, eu não tenho mais marido entendeu? Eu tenho que dar uma assistência pra minha filha e tudo mais. Mas muita gente [...] eu recebi várias críticas já [...] (Maria, dona de casa).

Apesar das críticas já relatadas, elas não manifestam vergonha em receber o PBF. E há, ainda, as usuárias que trouxeram novos elementos para esta discussão:

[...] De jeito nenhum até porque eu lembro que a primeira vez que eu fui abrir um crediário eu levei justamente o meu cartão do Bolsa Família né? E aí *ele serviu como comprovante de renda*, porque tem locais que tu só abres um crediário se tu tiver um comprovante de renda. Aí ela disse assim “olha, você tem um limite x entendeu?” aí no caso, vai ser descontado em folha, ou seja, antes de você pegar vai ser automaticamente descontado. *Eu achava até melhor porque olha uma coisa é tu pegar aquele dinheiro e pagar aquela conta outra coisa é já vir descontado, já é até melhor, te facilita né?* [...] (Patrícia Suellem, faxineira).

[...] *eu me sinto até feliz, não é vergonha, é uma ajuda do governo, e me ajuda com a minha filha que é especial* [...] (Regina, dona de casa).

A fala de Patrícia Suellem remete ao que Jessop (2013) ressalta sobre as formas contemporâneas de apropriação do que é público para interesse do capital. Quando ela afirma que não sente vergonha de receber a renda do programa porque ela permite que se tenha crédito no mercado, está demonstrando a questão da noção de ajuda que vem acompanhando a história da assistência estatal, uma “sorte” de ser “contemplada” com um dinheiro que não se apresenta como fruto da produção e reprodução social. Com relação à análise profissional sobre a questão de a sociedade visualizar ou não os usuários como ociosos eles retratam:

Tem 2 visões. *A primeira é paliativa, que não auxilia no desenvolvimento da família e não procurar melhorar* (na sociedade tem bastante essa visão) – as pessoas se acomodam e não procuram sair dessa realidade. Acha que tem pessoas que se acomodam e não querem aceitar emprego, mas eu acredito que é necessário e que muitas pessoas procuram. É um programa necessário, mas tem os que não precisam e tão recebendo. *Sempre tem as fraudes, mas tem muitos que precisam* (Assistente Social 1, grifo nosso).

[...] A maioria das pessoas que eu conheço recriminam dizem que podia tá gerando emprego né? [...] que isso não vai mudar [...] (Assistente Social 2). Eu vejo que as pessoas entendem como uma espécie de esmola, digamos assim, “ah isso tá favorecendo pra que eles não trabalhem, pra que eles não procurem estabilidade, porque estão dando sem ter que fazer nada em troca” até por uma questão um pouco preconceituosa (Psicóloga 2).

Com relação à análise dos técnicos sobre a visão da sociedade sobre o provável desinteresse ou “preguiça” em trabalhar dos usuários, afirma: “Acha que tem pessoas que se acomodam e não querem aceitar emprego, mas eu acredito que é necessário e que muitas pessoas procuram” (Assistente Social 1) ou ainda “[...] A maioria das pessoas que eu conheço recriminam, dizem que podia tá gerando emprego né? [...] que isso não vai mudar [...]” (Assistente Social 2).

Eu vejo que as pessoas entendem como uma espécie de esmola, digamos assim, “ah! isso tá favorecendo pra que eles não trabalhem, pra que eles não procurem estabilidade, porque estão dando sem ter que fazer nada em troca” até por uma questão um pouco preconceituosa (Psicóloga 2).

Os técnicos tendem a admitir uma predominância de uma percepção social negativa sobre o reflexo do programa nos usuários, em razão, seguramente, de ouví-los falar com frequência sobre o assunto. A ideia de esmola trazida na segunda fala reafirma o que Faleiros (1989) sustenta que a reprodução que não atende ao capital é vista como um fracasso por esta sociedade.

Essa é uma mentalidade compartilhada pelos próprios usuários, veja-se a fala de Fernanda (empregada formal, casada):

Eles não têm uma obrigação de fazer isso. Porque é conforme o número de filhos. E é por isso que tem muita gente que tem um monte de filho. E aí tem mulher que tem muitos filhos só por causa do Bolsa Família. [...] Que eles se fiam no Bolsa, no governo e não querem trabalhar. [...] eu acho que tem gente que “fia” muito que não quer trabalhar, não quer fazer nada... e eu que trabalho de carteira assinada tenho que deixar de receber, mas, eu tenho meu filho [...] (Fernanda, grifo nosso).

Este depoimento exprime muito da consciência dominante sobre o atendimento da Assistência Social como elemento “viciador” para os usuários. Este pensamento é recorrente, conforme o capítulo 3 deste trabalho, desde o século XIV, quando as primeiras formas de assistência à pobreza eram criticadas por estimularem a mendicância porque a pobreza, ideologicamente, era vista como resultado de uma incapacidade individual-meritocrática. Percebe-se que ainda existe esta visão historicamente ultrapassada e que a usuária que manifesta este pensamento trabalha formalmente, afirma que a renda do PBF não faz grande

complementação em sua renda. Essa visão também é encontrada em alguns profissionais do CRAS, como se verifica abaixo:

Eu percebo que eles procuram porque eles querem conseguir qualquer coisa que estejam dando. Entendeu? Qualquer coisa. É, às vezes eles não sabem nem quem tem, na verdade direito, quem paga, o que é. Mas assim, “ah, tão dando, eu posso receber, eu quero”. [...] eles chegam realmente desconhecendo e tendo a única informação de que o BF é um programa que dá dinheiro pra você (Psicóloga 1, grifo nosso).

Mesmo sendo uma profissional que trabalha com a Política de Assistência Social a entrevistada associa a procura pelo PBF como dádiva, como uma forma de garantir alguma coisa “de graça”, demonstrando assim uma visão preconceituosa, pautada no senso comum e desmistificada durante esta e outras pesquisas sobre o tema.

As assistentes sociais, quando questionadas sobre os motivos pelos quais os usuários procuram o PBF, respondem: “[...] por não ter uma renda fixa. Procuram o apoio/segurança de renda [...] Mesmo que seja pouco (Assistente Social 1)” Ou “[...] é porque não tem trabalho, porque não tem renda nenhuma, aí quando a gente vai investigar mais a fundo até existe uma renda, mas é informal” (Assistente Social 2).

A materialidade das relações sociais faz com que os profissionais associem a necessidade das famílias usuárias à falta de renda, isso não deixa de ser uma realidade confirmada pelas entrevistas. Essa questão faz-nos refletir acerca das colocações de Martins (1982) de que o modo capitalista de pensar manifesta-se principalmente nas camadas não capitalistas, nas camadas médias e baixas da sociedade. Reiterando a análise de Marx (2013), de que “[...] Como o trabalho é a fonte de toda a riqueza, ninguém na sociedade pode se apropriar de riquezas que não sejam um produto do trabalho. Portanto, quem não trabalha vive do trabalho de outrem” (MARX, 2013, p. 102). Apesar de todas exercerem um trabalho enquanto ocupação, nem todas tem um trabalho assalariado, um emprego. Esta singularidade faz com que elas não se “adequem” aos padrões sociais burgueses que valorizam o trabalho alienado e gera esses tipos de críticas.

5.1.3 A relação/tensão entre a renda do trabalho e do PBF para/entre os sujeitos da pesquisa

“[...] Eu fico com raiva de quem recebe um salário e diz que é pouco. Quem me dera eu recebesse um salário [...]” (Estrela, flanelinha e vendedora autônoma).

A proposta deste trabalho é revelar quais compreensões dos usuários do PBF sobre trabalho para contrastar de que forma se materializa em sua reprodução social a relação entre a renda do trabalho X a renda da proteção social, no que tange a reprodução social por meio destas. Assim, já foram apresentadas neste capítulo algumas aproximações a respeito das concepções sobre trabalho para estes usuários, assim como algumas percepções de usuários e técnicos e cadastradores sobre PBF.

O objetivo é correlacionar as visões concernentes e opostas a respeito das duas categorias principais deste estudo (PBF e Trabalho), bem como as sub-categorias que surgiram das entrevistas como: ociosidade, vergonha, preconceito e cidadania. A chave para análise de toda esta pesquisa é: quem acredita ser o trabalho apenas a atividade remunerada e não toda atividade teleológica humana que despende uma força e materialize uma práxis, pode difundir o pensamento de que o trabalho que gera riqueza, que é digno, é o assalariado (conforme verificado no discurso de muitas usuárias e profissionais da Assistência Social). Porém, quando se recorre à história e ao fundamento ontológico do trabalho, verifica-se que o trabalho deve objetivar o ser social, deve estimular a criatividade, a liberdade da racionalidade humana e que a forma assumida pela maioria das atividades de trabalho que se vive na atualidade limita-se a ser um instrumento de crescimento do capital, da alienação.

A condição da família ter ou não trabalho remunerado não é uma condição excludente do programa, como já se sabe, mas sim a renda familiar *per capita* que define os que serão ou não atendidos. Mas o ato de trabalhar é o fator que leva a opinião pública julgar os beneficiários (ativos e potenciais), em razão da enunciação do mercado de trabalho, e seus valores enquanto sociabilizador, valorizando a sua função de distribuição e concentração de riqueza, e em última análise como garantidor da dignidade da garantia da sobrevivência.

Assim, com o intuito de sintetizar os resultados da pesquisa, se utilizará da categorização dos informantes e da comparação de suas percepções sobre as duas categorias analíticas, eixos dessa dissertação: renda do trabalho e renda do PBF. Se retomará a categorização apresentada nos tópicos anteriores a este capítulo, conforme quadro abaixo:

QUADRO V – A CATEGORIA TRABALHO/RENDA DO TRABALHO PARA OS
USUÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA

CONCEPÇÃO	CATEGORIAS DE SUJEITOS ²⁶
O trabalho é a condição fundamental para sobrevivência própria e da família.	TICF – TFFN
O trabalho é uma condição humana, é um valor, uma moral a ser repassada aos filhos.	TICF – DCFN – DCCF
O trabalho é uma estratégia para não se envolver com drogas e criminalidade.	TICF
O trabalho formal é um interesse, mas não encontram possibilidades.	TICF
Os salários e os direitos trabalhistas representam uma segurança.	TICF – TFFN
O trabalho permite que elas consumam.	TICF
O trabalho informal também é um orgulho, elas constantemente falam que “não ficam paradas”, “não são acomodadas”.	TICF – DCFN

Fonte: Elaboração própria.

No que tange à convergência entre tendências de pensamento entre os entrevistados, percebe-se que tanto a que trabalha formalmente quanto as que trabalham informalmente acreditam ser o trabalho a condição essencial de subsistência, o que já foi verificado nesta dissertação no capítulo primeiro. Uma curiosidade é que somente as usuárias que não têm trabalho formal é que acreditam ser o trabalho um valor, uma forma de dignidade, talvez isto exista pelo fato de elas considerarem que trabalho é apenas o formal e, como elas não o tem, elas valorizam-no com mais afinco. Isso também pode ser verificado na tendência que afirma o trabalho formal como um interesse ainda não alcançado.

A questão de o trabalho ser uma alternativa para não se envolver com drogas e criminalidade está presente no discurso do senso comum de uma forma geral, mas nas entrevistas somente uma usuária do PBF citou esta questão, uma vez que a criminalidade é presente em sua convivência. Os direitos a segurança e possibilidade de consumo trazidos pelo ato de trabalhar e ser remunerado por isso são presentes em muitas entrevistas e são valorizados tanto para as que trabalham informalmente ou formalmente.

²⁶ Esta categorização se remete à realizada no tópico de descrição dos sujeitos em que DCCF são as usuárias Donas de Casa e Chefes de Família, DCFN são as Donas de Casa com Família Nuclear, TICF são as que Trabalham Informalmente e são Chefes de Família, TIFN são as que Trabalham Informalmente e tem Família Nuclear e TFFN é a usuária que Trabalha Formalmente e tem Família Nuclear.

Todas as categorias de usuárias afirmam-se orgulhosas por serem mulheres trabalhadoras, por não “ficar parada” e nem “esperando cair do céu”. A autoafirmação como alguém que busca melhorar de vida faz parte do seu modo de pensar, faz-nos perceber que o trabalho, para as usuárias, é valorizado como possibilidade de uma vida melhor e de contribuição na renda familiar; porém, a organização do trabalho na sociedade atual dificulta que elas alcancem o mercado de trabalho formal. Por isso, e por outros determinantes em sua história de vida, o trabalho formal acaba se tornando um valor a ser alcançado e, além disso, uma forma que pode desviar estas famílias do mundo do crime, uma vez que todas as entrevistadas têm trabalho, o que elas não têm é uma ocupação remunerada. Por vários momentos as informantes demonstraram tristeza por não ter um trabalho “digno” para responder às necessidades de suas famílias, revelado nas verbalizações constantes de que elas são honestas, “viradas”, que não ficam esperando a ajuda de ninguém, que “correm atras” no ímpeto de melhorar suas vidas.

Isso permite que se afirme que o trabalho assalariado, para as usuárias entrevistadas, representa a segurança de se alcançar um salário, que estas usuárias não são ociosas por receberem a renda do PBF. Mesmo que esta renda ocupe uma posição complementar para a maioria, e central para outras, em sua reprodução social, isto não ocorre porque elas são acomodadas, mas porque elas não alcançam o mercado de trabalho formal, devido às determinações sociais capitalistas, que já foram discutidas nos dois primeiros capítulos deste trabalho.

Quando tratamos teoricamente do assunto vimos que o trabalho, ontologicamente falando, transforma o ser biológico em um ser social por meio do processo de reprodução social advindo da forma como o ser social produz seus meios de subsistência, se relaciona com a natureza, ou seja, a forma como o homem produz reflete a forma como ele se reproduz socialmente.

O trabalho, portanto, quando se afasta da ontologia, torna o homem cada vez mais mecanizado. No caso das usuárias entrevistadas elas estão tão aprisionadas à alienação de que o PBF é um “não trabalho” que elas não são capazes de reconhecer que a renda que recebem advém da mediação do seu próprio trabalho, logo, alienadas são as relações que ilustram a reprodução social destas usuárias.

Quando nos referimos, anteriormente, a algumas questões da vida das entrevistadas é possível perceber que as mais jovens planejam seu futuro com trabalho, até mesmo na

universidade, como no caso de Maria, e as mais velhas já colocam como entrave a questão de ter que cuidar da família e de preferir um trabalho informal. O que quer dizer que as perspectivas de futuro também dependem da condição de vida que a pessoa viveu, uma vez que as mais jovens puderam estudar mais e/ou ter o apoio da família por um período maior do que as mais velhas, que viviam em uma conjuntura totalmente diferente, em que tiveram que trabalhar e constituir família desde muito cedo.

Esta visão pode ser decorrente do discurso que está presente até mesmo na visão dos técnicos que trabalham com estas famílias. Nas entrevistas realizadas com os profissionais do CRAS houve uma diversificação de opiniões a respeito. Houve profissionais que fizeram uma análise de que o PBF não estimula a ociosidade, mesmo que a sociedade assim o qualifique (Psicólogas 2 e 3, Assistentes Sociais 1 e 2), e houve profissional que afirmou que os usuários do PBF são acomodados e que, caso o programa se extinguisse, eles escolheriam o lado do crime para sobreviver, porque, segundo elas estariam “acostumados a ganhar dinheiro fácil” (Psicóloga 1).

Porém, a maioria dos profissionais identifica que os usuários procuram o programa motivados de por suas condições precárias de sobrevivência. Analisam o programa como um avanço, reconhecem que há fraudes e que ele deve ser melhor operacionalizado. Identificam o trabalho informal na realidade das famílias do PBF por uma cultura, por uma forma de vida ou até mesmo para não perder o programa (Assistentes Sociais 1 e 2, Psicólogas 2 e 3). E esta questão é um ponto crítico da análise porque, conforme o que se identificou na fala das usuárias, o trabalho informal não é uma opção, é uma necessidade.

QUADRO VI – A CATEGORIA PBF PARA USUÁRIOS E OPERADORES DO
PBF

CONCEPÇÃO	CATEGORIZAÇÃO/SUJEITOS
O PBF é uma possibilidade complementação de renda.	TICF – TIFN – TFFN
O PBF é essencial para não morrer de fome	TICF – DCCF
O PBF é uma alternativa para o combate à pobreza, mas não é a única e nem definitiva.	ASSISTENTE SOCIAL 1
O PBF não é um direito, é uma estratégia clientelista.	PSICÓLOGA 2 E ASSISTENTE SOCIAL 2
O PBF garante o direito das crianças.	DCCF – TIFN
O PBF faz com que as famílias acessem as outras Políticas Públicas Sociais.	TICF
O PBF permite que as usuárias acessem o mercado de trabalho através dos cursos profissionalizantes.	TICF – DCFN – DCCF – PSICÓLOGA 3
O PBF é uma dívida em que não se faz esforço para receber.	DCFN – TFFN
Um grande problema do PBF são as fraudes.	DCFN – TICF
Outro problema do PBF é que o encaminhamento dos usuários para o mercado de trabalho é falho.	ASSISTENTE SOCIAL 1
Para melhorar o PBF é necessário considerar as particularidades das famílias atendidas.	DCCF – TICF
Os usuários do PBF tem consciência de cidadania.	PSICÓLOGAS 2;3 – ASSISTENTES SOCIAIS 1;2
Os usuários do PBF não tem consciência de cidadania.	PSICÓLOGA 1
O PBF e outros direitos são obrigações do governo.	TICF
O merecimento para o recebimento da renda do PBF é a necessidade.	DCCF – DCFN – TICF – CADASTRADOR 1
Usuários que já sentiram vergonha em estar recebendo a renda do PBF.	TICF – DCCF

Fonte: Elaboração própria.

As usuárias entrevistadas reconhecem o PBF como um auxílio na criação dos seus filhos e, muitas vezes, como única alternativa de sobrevivência diante da miséria em que se encontram. Isso se torna, para elas, um ponto positivo no programa, mesmo que o visualizem como uma complementação da renda, já que manifestam interesse em realizar trabalhos remunerados, em ser assalariadas ou autônomas, além do que o valor da renda do programa não é suficiente para suprir todas as necessidades de suas famílias.

A noção de que o valor do PBF deve ser investido na capacitação profissional de seus filhos é uma esperança para estas mulheres, principalmente para as que exercem trabalhos informais e/ou são donas de casa, para que estes tenham mais chances de se inserir no mercado de trabalho, já que elas não tiveram esta oportunidade. Este ponto da análise, além

de evidenciar que as usuárias não são ociosas por receber o PBF, ainda as coloca em um patamar inferior na reprodução social comparável aos “inúteis para o mundo” de Castel (2012).

É importante ressaltar que o PBF não estimula a ociosidade das famílias que o recebem, que as usuárias defendem que o valor da renda do programa deveria aumentar porque não supre as necessidades das famílias, assim é comum a sua comparação com o salário mínimo, um patamar muito almejado pelas usuárias. As usuárias que não têm trabalho formal valorizam intensamente o salário mínimo, este é visto como garantia de que não se vai passar fome, de que se alcançará um patamar aceitável no atendimento às necessidades básicas e outras. Este é um fator importantíssimo nestas considerações, porque se compara a duas categorias importantes: a do princípio da menor elegibilidade (PEREIRA, 2011) e a do caráter ilusório e mistificado do salário (MARX, 1865).

Somente a Assistente Social 1 identifica que um dos problemas do programa é que o encaminhamento para o mercado de trabalho é falho, porém esta não é uma prerrogativa direta do programa; a Psicóloga 1 afirmou que os usuários são acomodados, a partir da afirmação de que eles sempre vão procurar “algo que estejam dando”. Essas análises reforçam a ideologia de que a autonomia do cidadão somente pode ser oferecida pelo trabalho assalariado e não pela aquisição de direitos através da mediação de Políticas Públicas Sociais e reforça também a culpabilização/individualização da pobreza. Ambas tendências de pensamento se ancoram no discurso neoliberal.

É interessante que as usuárias que trabalham informalmente e/ou são chefes de família são as que dão destaque para o fato de o PBF contribuir para o acesso às outras Políticas Sociais (intersetorialidade) e para o cuidado com os filhos, assim como oferece possibilidades de acesso a cursos profissionalizantes e ao mercado de trabalho, como alternativas para ascensão social, já que são as únicas fontes e referências para suas famílias e sem compreender que a falta de acesso ao mercado de trabalho é uma questão estrutural.

Os mesmos perfis de entrevistadas reconhecem que é necessário combater as fraudes e aumentar a renda do programa porque elas atribuem o merecimento da renda ao critério da necessidade, da pobreza, e consideram também que é necessário que se levem em consideração as particularidades das famílias na execução das ações do programa, uma vez que, em muitas situações, elas já se sentiram excluídas nos serviços oferecidos pelo programa.

Sobre o sentimento de vergonha e/ou preconceito por encontrarem-se recebendo o PBF identificou-se que existe o sentimento de vergonha, mas elas justificam que as pessoas que demonstram preconceito diante da sua inserção no programa assim o fazem porque não dependem deste, porque “tem boas condições”, ou seja, porque não conhecem a realidade da pobreza de perto. Isso ratifica o que Martins (1982) afirma sobre as classes não capitalistas, são as que mais colaboram para o desenvolvimento do modo de pensar das classes capitalistas, principalmente por acreditarem que somente os beneficiários mais necessitados devem depender da proteção estatal e que estes, ainda, são minorizados.

As que tem algum tipo de ocupação, ainda que informal, afirmam que não sentem vergonha, que se sentem orgulhosas por receberem esta renda, até mesmo as que, recebendo a renda do programa, julgam os outros recebedores como aproveitadores do dinheiro público, pelo fato talvez de ter um trabalho formal.

A assistente social 1 afirma que uma das falhas do PBF é o não investimento em capacitação profissional. Esta afirmação também contribui para a crítica do discurso de que os usuários são ociosos, mas evidencia que os profissionais não possuem a análise sobre a forma como o trabalho está incorporado na sociedade. Outra questão importante revelada na fala da Psicóloga 2 é a de que se considera que os usuários se reconhecem enquanto cidadãos porque “brigam” pelos seus direitos e de que a autonomia seria estimulada por meio da inserção dos usuários no mercado de trabalho.

No que tange às respostas que tratam de cidadania, percebe-se que os profissionais reduzem seus discursos apenas à discussão de direitos e que os usuários estão evoluindo na visualização da categoria, porque “brigam” por seus direitos. É claro que esta é uma dimensão essencial da cidadania, mas ainda há um percurso a se alcançar, tendo em vista que as outras nuances desta categoria, como a participação social, por exemplo, ainda não existem na reprodução social das entrevistadas.

De uma forma geral, percebe-se que ambas as rendas, tanto do salário quanto do PBF são valorizadas por estes usuários, mesmo que a renda proveniente do salário seja vislumbrada com mais afinco tendo em vista a posição que este ocupa no meio social e a segurança de ter uma renda fixa e ancorada em direitos sociais. Porém, como na maioria das vezes os usuários não têm como conseguir um trabalho formal eles recorrem ao trabalho informal, precarizado, e lutam para manter a renda do PBF com o intuito de complementar e

manter a sua sobrevivência e de sua família, assim como ampliar suas possibilidades de consumo e de alcançar uma vida melhor, materialmente falando.

O trabalho é um valor social e moral para as usuárias, ainda que muitas não reconheçam, e o PBF é valorizado por estas famílias e pelos profissionais que trabalham com ele por conta de que atende diretamente às situações de pobreza e garante que as famílias alcancem as outras Políticas Sociais, assim como a possibilidade de ser admitidas no mercado de trabalho. Porém, nesta pesquisa, também foram identificadas algumas lacunas a se superar como as fraudes, o reconhecimento das particularidades das famílias no acompanhamento e desenvolvimento de ações da Política de Assistência Social, a ampliação da noção de cidadania das famílias e a extinção de atitudes clientelistas de muitos operadores da política.

Nesse sentido, destaca-se que as falas resultantes das entrevistas fazem-nos afirmar que atualmente o PBF representa uma relação do Estado para com a sociedade de forma a garantir minimamente o acesso da população pobre a alguns direitos, ou seja, o programa aproxima as famílias das outras Políticas Sociais, conforme preconiza o objetivo da proteção social. O trabalho, por sua vez, está presente na vida de todas as usuárias na medida em que incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado (ANTUNES, 2008).

Isso explica o lugar da reprodução social das informates, incluindo os funcionários das Políticas de Assistência Social do município. Todos submersos à lógica da organização atual do trabalho coletivo. Nesse contexto, a reprodução social forma os valores sociais que avançam na medida em que o processo de sociabilização avança e o salário é visualizado como a redução do valor de troca da utilização da força de trabalho, de forma a gerar mais do que se recebe por sua utilização (caráter enganoso do salário). Assim, a ideologia de que o trabalho alienado dignifica é comum e hegemônica na sociedade como um todo, principalmente para a classe-que-vive-do-seu-trabalho, tendo em vista que esta é o principal alicerce da sociedade atual. Por isso, ações de Política Social são tão criticadas, já que vão de encontro aos objetivos exploradores do mercado.

NOTAS CONCLUSIVAS

A apropriação do trabalho ontologicamente ligado às capacidades teleológicas humanas se transformou em um mero mecanismo de fortalecimento de uma classe em detrimento de outra. A partir do momento em que o trabalho se tornou um instrumento do capital e assumiu a sua forma de mercadoria, as necessidades humanas passaram a tomar proporções apenas de consumo e não mais de objetivação humana (LUKÁCS, 1983, 1989, 2013).

Nesse contexto, é que se evidencia a discussão das distintas formas de execução da proteção social estatal diante da incorporação do trabalho à lógica capitalista e em que se destacam as suas diferentes formas de execução e suas características específicas. Assim, os modelos de proteção estatal mais comuns nesse contexto dividem-se em: modelos Bismarkianos, mais desenvolvidos no século XIX na Alemanha, onde o Estado tem a função de retirar o poder dos sindicatos e investir minimamente nos direitos dos trabalhadores para reduzir os riscos de revoltas de massa; os modelos liberais, que determinam que o mercado deve ser o principal responsável pela provisão das necessidades humanas básicas e não o Estado.

Há também os modelos corporativistas, que são regidos pelo conservadorismo e estimulam a proteção familiar, estimulando o caráter contributivo da proteção e o padrão de privilégio de grupos, associados ao lugar ocupado na divisão social do trabalho; e os sociais ou Beveridguianos, que fortalecem o desenvolvimento de direitos sociais executados pelo Estado, o fortalecimento da universalidade, da desmercadorização da sociedade e das Políticas Sociais.

No Brasil, a proteção social iniciou-se com características marcantes de corporativismo e liberalismo porém, com o passar dos anos e a conclusão de que esta forma de atuação estatal não corresponde às reais necessidades da população diante das fortes manifestações das massas, foi promulgada a Constituição Federal de 1988 com suas características sociais. Esse processo teve como objetivo a redução dos danos causados pela incorporação do capitalismo no país e a exposição dos trabalhadores aos danos do trabalho explorado.

Com a Constituição Federal de 1988 iniciou-se a ampliação da democracia, principalmente para as classes trabalhadoras e a implantação de uma proteção social mais

universalista. A partir de então, o projeto neoliberal iniciou a tentativa de desmonte do que vinha sendo construído no âmbito da garantia de direitos e muitas Políticas Sociais foram fragmentadas, desmontadas. Nesse momento, iniciam-se no país as primeiras iniciativas de implementação de Programas de Transferência de Renda para diversos segmentos sociais, focalizados na extrema pobreza, nas crianças, adolescentes, mulheres grávidas, pessoas com deficiência e idosos.

O fortalecimento dessas iniciativas veio se consolidando desde a década de 1990 e culminou com o desenvolvimento do PBF na década de 2000 com unificação das iniciativas de transferência condicionada de renda municipais e estaduais. Ocorre que, no mesmo processo, o projeto neoliberal tomou força e tem estimulado o pensamento social de que este programa, assim como as outras ações que beneficiam direitos, são alternativas paliativas e negativas para toda a população porque impedem o fortalecimento da produção, desestimulam o trabalho, são ações clientelistas, fortalecem as fraudes e são ações sem perspectiva de continuidade.

Giovanni, Silva e Yazbeck (2011) elencam algumas contraposições a estas críticas como: a focalização e a descentralização são alternativas para o alcance das pessoas e regiões mais pobres de forma imediata e que são ações iniciais que estão sendo seguidas de ampliações; o PBF tem contribuído com a diminuição dos índices de evasão escolar e subnutrição, tem ampliado o consumo de alimentos; tem valorizado e aumentado o número de participação de famílias pobres nas escolas e postos de saúde. Afirmam também que o PBF amplia a autonomia e autoestima de mulheres, donas de casa, diminuindo, assim, a dependência dos maridos e rompendo com muitas situações de violência e subjugação de gênero.

Afirmam ainda que o PBF não tem desestimulado o trabalho e, sim, tem ampliado a possibilidade de escolha dos usuários por um trabalho mais digno e o abandono de situações degradantes de trabalho e até mesmo de trabalho escravo. Cohn (2012), por sua vez, ratifica que os usuários do programa têm se reconhecido enquanto cidadãos, têm identificado seus direitos, ampliado a participação e o controle social, assim como têm alcançado a sua dignidade e acessado outras Políticas Públicas com incentivo do PBF.

Para Cohn (2012), o PBF é uma possibilidade de projetar o futuro de muitas famílias pobres, por meio do incentivo à educação e que o trabalho formal assim como a aposentadoria são extremamente almejados pelas famílias que participam do programa, desconstruindo

também a crítica de que eles são ociosos. Pizani e Rego (2013) identificaram que o PBF tem feito com que as pessoas deixem de viver em situações de miséria e rompem com o ciclo geracional da pobreza; que o PBF tem estimulado as capacidades destas famílias escolherem como querem seguir suas vidas, rompendo assim, com a redução de capacidades que a naturalização da pobreza e da fome causam.

Todas estas afirmações a respeito do Programa Bolsa Família tratam-se de imperativos calcados pela relação histórica entre a rentabilidade econômica e as necessidades sociais. Esta relação, especificada pela coexistência entre proteção social e trabalho alienado, nunca foi pacífica, mas em determinado período histórico ela assumiu uma forma minimamente satisfatória, porém sem deixar de lado as tendências que tornam estas duas categorias controversas.

A proteção social no capitalismo possui fortes tendências economicistas, o que é completamente antagônico ao objetivo da própria, pois, de acordo com os princípios neoliberais já citados acima, esta causaria o desestímulo ao trabalho e a sociedade estaria, com isso, fadada ao fracasso, já que é o trabalho que produz e reproduz as condições de satisfação das necessidades humanas. Este é o ideário da cultura do trabalho no capital, que busca alimentar a submissão ao trabalho explorado e alienado que sustenta o sistema. Esta ideia acaba sendo incorporada nas formas de produção e reprodução do trabalhador na sociedade, ratificando que a obrigatoriedade do trabalho no ideário social não é algo recente.

Na história das formas de proteção social europeias destacam-se as punições para os que eram capazes de trabalhar, mas não o faziam, e o princípio da menor elegibilidade que tornava a assistência estatal completamente indigna para que as pessoas não quisessem recorrer a ela. No Brasil, Goettert (2002) afirma que a condição de indigno para os que não trabalham está diretamente associada à renúncia de índios e negros ao trabalho forçado e extremamente degradante dos períodos escravocratas do país. Essa herança no Brasil está associada à “vagabundagem”, ao demérito dos que não queriam submeter-se ao trabalho forçado e assim perdura até hoje aos usuários dos programas de transferência de renda, associando-os aos “indolentes” que querem ter uma “vida fácil” longe do “trabalho digno”.

Porém, Pereira (2013) e Boschetti (2001) afirmam que o desenvolvimento de proteção social no Brasil está contribuindo para que a perspectiva de proteção social alcance patamares de níveis de pensamento que extrapolam as ideias de que o trabalho no capitalismo dignifica o

homem e, assim, as pessoas estão iniciando o seu processo de conscientização e identificando as características degradantes da forma que o trabalho está assumindo atualmente.

Esse processo de tensão sempre acompanhou a história da proteção social no Brasil já que a necessidade de assistência social é a anunciação da falha do desenvolvimento do trabalho no capital e da potencialidade do mercado em garantir, sozinho, a satisfação das necessidades humanas.

Até mesmo em tempos de capital global, como afirma Jessop (2013), o desenvolvimento da “sociedade mundial” e a aproximação das culturas que ela preconiza torna-se um desafio para as formas de proteção social e para a ampliação do trabalho explorado, já que a interação entre diferentes realidades pode favorecer a submissão ao mercado ou abrir as mentes das pessoas para a dura realidade que o capitalismo impõe.

Porém, Pereira (2013) alerta para o fato de que o fortalecimento da ética do trabalho, nos tempos atuais, está atribuindo à proteção social a perspectiva de mérito, poder de consumo e fortalecendo a lógica comercial. A proteção social, diz Pereira (2013), está passando por um processo de laborização e monetização.

Isso tudo derivado do processo de absorção e evolução do modo capitalista de pensar, influência direta na reprodução social dos indivíduos sociais. Esta forma capitalista de enxergar o mundo, afirma Martins (1982), é absorvida principalmente pelas pessoas que não fazem parte da classe burguesa através da evolução da sociedade mundial, tratada por Jessop (2013). Ela representa a naturalização da coisificação das relações sociais e desumanização do homem, necessárias para o bom andamento da sociedade do capital. Através do fortalecimento do modo capitalista de pensar, o saber moralista, reacionário e conservador passa a ocupar espaços importantes na comunidade em geral.

Assim, de acordo com o objetivo geral proposto para esse trabalho, considera-se que foi possível alcançá-lo na medida em que as contradições na reprodução social dos usuários a respeito da sobrevivência através da renda do trabalho ou do programa Bolsa Família apareceram em todos os eixos de análise de uma forma particularizada diante da sociedade imersa na cultura do trabalho.

Quanto aos objetivos específicos de a) conceituar as categorias trabalho, reprodução social, Política Social e Transferência de Renda; b) contextualizar teoricamente o Programa Bolsa Família na Política Social brasileira; c) identificar e analisar as diferentes percepções de usuários do Programa Bolsa Família sobre a sua reprodução social pelo salário do trabalho e

pela Transferência de Renda; e d) analisar as visões dos trabalhadores da Assistência Social, vinculados ao Programa Bolsa Família de Belém, sobre a relação entre reprodução social pelo salário e pela Transferência de Renda dos usuários do Programa Bolsa Família, todos foram alcançados e são demonstrados nos capítulos deste trabalho.

Como já foi visto, o objetivo específico “a” foi desenvolvido nos capítulos um e dois deste trabalho em que a categoria trabalho, reprodução social, Política Social, assistência social e Transferência de Renda são conceituadas, localizadas historicamente e analisadas, servindo de parâmetros de análise para o terceiro e último capítulo deste trabalho. O objetivo específico “b” também foi alcançado no capítulo dois deste trabalho com a categorização e análise histórica do Programa Bolsa Família na Política Social Brasileira e os objetivos específicos “c” e “d” foram desenvolvidos no capítulo três deste trabalho, quando as singularidades e particularidades dos usuários e trabalhadores do Programa Bolsa Família de Belém, falam sobre as suas experiências com o programa. Experiências estas que são analisadas conforme a legalidade social histórica presente nos dois primeiros capítulos do trabalho e se tornam análises particulares na medida em que esse processo se desenvolve.

Estas análises confirmam as hipóteses que se tinham antes da realização da pesquisa. A hipótese a) “A percepção da família usuária do Programa Bolsa Família sobre a sua reprodução social é de inferiorização em uma sociedade que valoriza mais as pessoas que vivem da renda do trabalho” foi confirmada através das falas dos entrevistados que revelam o discurso do senso comum de valorização extrema do trabalho, independente da forma como este é executado, mesmo reconhecendo a importância que a renda do PBF tem nas suas vidas.

A hipótese b) “O usuário do Programa Bolsa Família não é ocioso, é um trabalhador que não tem espaço no mercado de trabalho formal diante das novas configurações que ele assumiu na história” também é confirmada na medida em que nas entrevistas dos usuários e dos próprios profissionais há o reconhecimento da forte presença do trabalho nas histórias de vida dos usuários, que acompanha toda a sua trajetória. E também o reconhecimento de que a configuração atual do trabalho na sociedade capitalista, na maioria das vezes, não abre espaço para que eles alcancem o mercado formal de trabalho.

Por fim, a hipótese c) “Os profissionais que trabalham com o Programa Bolsa Família não trabalham a questão da valorização do benefício como um direito de forma a valorizar o recebimento deste” foi em parte confirmada e em parte negada. Os profissionais reconhecem a realidade de miséria vivida pelos usuários do Programa Bolsa Família e em alguns

momentos, suas análises se aproximam bastante dos relatos dos usuários, nesse sentido eles também ratificam a importância do PBF na reprodução social dos usuários. No entanto, alguns profissionais reproduzem o discurso neoliberal de que o PBF estimula a ociosidade e que os usuários não se esforçam para trabalhar quando ganham a renda do PBF ou que escondem que trabalham para continuar recebendo o valor do benefício. Nesse sentido, a hipótese é confirmada, já que eles não identificam o PBF como um serviço de proteção social e fortalecimento dos direitos para as famílias pobres e nem como uma forma inicial de desenvolvimento da cidadania destas pessoas.

A pesquisa revelou uma série de constatações que servem de base para estas conclusões e ainda para impulsionar novas pesquisas. A constante presença de trabalho infantil, criminalidade, abandonos nos âmbitos familiares e estatais, casamentos e separações precoces, miséria, trabalho informal e/ou precarizado ainda que assalariado e responsabilidade pela manutenção da família faz com que as mulheres entrevistadas identifiquem o trabalho como uma segurança de renda fixa mensal, que garanta a sobrevivência delas e de suas famílias e como um valor moral a ser repassado aos filhos por uma conduta incentivada pela forma da sociedade pensar e por uma necessidade de tentar romper com o ciclo geracional da pobreza.

Ainda com relação à categoria trabalho, estas mulheres orgulham-se de, mesmo com ocupações precárias e submissas, “não se acomodarem” com o valor da renda do PBF, primeiramente porque ela é insuficiente para suas necessidades e em segundo lugar por intermédio de romper com o preconceito que vivem por serem beneficiárias do Programa. Ainda que afirmem não sentir vergonha de receber a renda do Programa e de ter minimamente noção dos seus direitos, as usuárias entrevistadas ainda emitem discursos de favor e de gratidão por recebê-lo. Há ainda uma entrevistada que reproduz o discurso preconceituoso de que os usuários do Programa são acomodados e não procuram trabalhar.

Porém, este discurso é desmistificado quando as usuárias entrevistadas afirmam que o que consideram positivo no Programa é a possibilidade de acesso às outras Políticas Públicas e a cursos profissionalizantes para alcançarem melhores condições no mercado de trabalho. Sentem-se ressentidas por, muitas vezes, não terem condições materiais e estruturais de participar desses cursos, reclamando que uma das coisas que precisa melhorar é o reconhecimento das particularidades das famílias na oferta de cursos, levando em consideração sua escolaridade, faixa etária e necessidades materiais.

Quando elas afirmam que procuram por cursos e oportunidades melhores de trabalho participando do Programa, seja para si próprias ou para seus filhos, e, na medida em que não abandonam suas ocupações quando recebem a renda do Programa, elas desmistificam não apenas o discurso da “ociosidade” emitido pelo senso comum, mas também e, infelizmente, o discurso de alguns profissionais que demonstram ainda ter pouco conhecimento a respeito da realidade destas famílias.

Os profissionais entrevistados demonstram que conhecem esta realidade, mas ainda de forma superficial, uma vez que afirmam não identificar discursos de cidadania nos usuários, o que foi verificado na pesquisa. Porém, quando tratam sobre os problemas de fraudes e limites do Programa, como por exemplo a inserção nos cursos profissionalizantes, estão em consonância com o discurso das usuárias entrevistadas.

Não seria preciso tratar sobre a categoria “trabalho” do ponto de vista destas usuárias para afirmar que o objetivo deste trabalho foi alcançado: o trabalho na vida delas assume uma função importante na medida em que a sua imersão na cultura do trabalho diante do modo capitalista de pensar e reproduzir-se faz com que elas o almejem de forma incansável, mas reconheçam que não tem oportunidade no mercado por falta de capacitação. O trabalho para as usuárias é condição fundamental para sobrevivência, elas orgulham-se de trabalhar, ainda que de maneira informal.

Assim, verifica-se que as hipóteses antes elencadas no projeto desta dissertação de que os profissionais não tem conhecimento sobre a realidade dos usuários e que, até mesmo, estimulam a visão preconceituosa a respeito do recebimento do programa foi parcialmente confirmada, a de que os usuários não são ociosos porque incorporam o trabalho enquanto valor social de dignidade, além do que a renda do programa não é suficiente para manter a família dos usuários foram confirmadas em sua integralidade.

Estes resultados advém de um trabalho conjunto que durou estes dois anos de realização do Mestrado, por meio das leituras e apreensões de sala de aula. Acrescente-se as pesquisas que já vinham sendo realizadas pela aluna, as orientações e experiência do orientador e dos examinadores. As entrevistas que concedem materialidade às conclusões foram realizadas durante três meses em três CRAS distintos que compõem a rede de assistência social de Belém.

Não sem percalços, as entrevistas, inicialmente, seriam realizadas em apenas um CRAS, porém, a necessidade de diversificar as informações fez com que se optasse para

realizar em mais dois espaços, com o objetivo de ratificar a pesquisa de campo e se aproximar o máximo possível da realidade pesquisada. Assim, a construção teórica que já vinha sendo executada serviu de parâmetro para a efetivação das análises que se apresentam nestas considerações finais. Porém, isto, assim como as outras constatações desta pesquisa como a discussão de gênero e família que aparece no discurso das entrevistadas, a questão das fraudes que existem nas inscrições e manutenções do PBF, etc., podem e devem ser temas para próximos estudos, tendo em vista a importância do tema na atualidade, no que tange as discussões sobre proteção social.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas et al (org). **Família:** redes, laços e Políticas Públicas. São Paulo. Cortez. 2007.

ALVES, Giovanni. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica.** Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>. Acesso em: 09 abr. 2015.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva.** Londrina. Práxis. 2007.

ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo. Expressão Popular. 2013.

_____. **O trabalho e seus sentidos.** Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA112/10OPCIT1102.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, n. 107, São Paulo, Cortez. Jul/set. 2011.

_____. **Os sentidos de trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo. 2006.

_____. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo. Boitempo. 2006.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs). **O avesso do trabalho.** São Paulo. Expressão Popular. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Portugal. Edições 70. 1977.

BATISTA, Alfredo. Processos de trabalho da manufatura à maquinaria moderna. **Serviço Social e Sociedade**, n.118, abr.jun. São Paulo. Cortez. 2014.

BRAGA, Ruy. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Aula IX. III Curso livre Marx-Engels. Boitempo. 2012.

BRASIL. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Conceitos:** salário, renda, rendimento e remuneração. 2006. (PPT).

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2012.

BRASIL. **Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília. Distrito Federal. 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Plano Brasil sem miséria**. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 09 fev 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. Distrito Federal. 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. A Relação Trabalho-Assistência nas Sociedades Capitalistas. In: **Assistência Social no Brasil: um direito entre a originalidade e conservadorismo**. Brasília. UNB. 2001.

_____. As forças de apoio e de oposição à primeira proposta de regulamentação da Assistência Social no Brasil. In: **Cadernos do CEAM**. Conflitos de Interesses e a Regulamentação de Assistência Social. Ano III. n. 11. Brasília. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social. Universidade de Brasília. 2002.

_____. Assistência Social: os limites à efetivação do direito. **Katalysis**. n. 4. Florianópolis. UFSC. 1999.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro. Zahar. 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro. Vozes. 2012.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; SANTANA, Cora Maria Bender de; STEPHANOU, Michelle Conceição; WALTER, Maria Inez Machado Telles. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião pública**. Campinas, v. 15, novembro. 2009.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na Sociedade Brasileira**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/op/v15n2/03.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo. Cortez. 2010.

COHN, Amélia. **Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais**. Rio de Janeiro. Pensamento Brasileiro. 2012.

DIEESE. **Conceitos: salário, renda, rendimento e remuneração**. Disponível em: <proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/.../conceitos_dieese.ppt>. Acesso em: 02 jan. 2015.

ENGELS, Friederich; MARX, Karl. **A ideologia Alemã (Teses sobre Feuerbach)**. São Paulo. Martins Fontes. 2001.

ENGELS, Friederich. **Sobre o papel do Trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo. EBOOK. 1876.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da Metodologia em Serviço Social: re-produzir-se e re-presentar-se. In: **Cadernos ABESS**. A metodologia no Serviço Social. n. 03. São Paulo. Cortez. 1989.

GIOVANNI, Geraldo Di; SILVA, Maria Ozanira Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. **A Política Social Brasileira no século XXI: a prevalência dos Programas de Transferência de Renda**. São Paulo. Cortez. 2011.

GODBOUT, Jacques T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1999.

GOETTERT, Jones Dari. **Aos “vadios”, o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil**. Disponível em: <<file:///C:/Users/ICSA06/Downloads/628-1685-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1968.

HARVEY, David. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. Lisboa. Bizâncio. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo. Cortez. 2011.

JESSOP, Bob. Política Social, Estado e “Sociedade”. **Ser Social**, Brasília, v. 15, p.. 261-384, jul./dez. 2013.

KNAPIK, Márcia Carneiro. **O trabalho humano: das sociedades comunais ao modo de produção feudal.** Paraná. Cefuria. 2005.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org). **Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo.** São Paulo. Cortez. 2002.

LESSA, Sérgio; TONETT, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx.** São Paulo. Expressão Popular. 2011.

_____. **Lukács: trabalho e ontologia do ser social.** Comunicação apresentada no II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho em Lindóia. São Paulo. 1996.

_____. **Sociabilidade e individuação.** Maceió. Edufal. 1995.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada; SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos.** São Paulo. Cortez. 2010.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo. Cortez. 2008.

LUKÁCS, György. **A reprodução do homem na sociedade.** Disponível em: < sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/.../NovaTraducReprod.doc>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Ontologia Social, Formação Profissional e Política.** Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista. Programa de Estudos pós-graduados em Serviço Social. PUC. São Paulo. 1983.

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** São Paulo. Editora Ciências Humanas. 1979.

_____. **Os complexos problemáticos mais importantes.** Disponível em: <sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/.../Trabalh_ivo.doc>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. **Pensamento vivido:** autobiografia em diálogo. São Paulo. Editora da UFV. 1999.

MACÁRIO, Epitácio. Práxis, gênero humano e natureza: notas a partir de Marx, Engels e Lukács. **Serviço Social e Sociedade**, n. 13, jan.mar. São Paulo. Cortez. 2013.

MÁRKUS, György. COUTINHO, Carlos Nelson (trad). **A teoria do conhecimento no jovem Marx.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1974.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar.** São Paulo. HUCITEC. 1982.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro. Zahar. 1967.

MARTINS, Lígia Márcia. **As aparências enganam:** divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Disponível em: <http://social.stoa.usp.br/articles/0016/4005/As_aparA_ncias_enganam_-_divergencias_entre_o_mhd_e_as_abordagens_qualitativas.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

MARTINS, Paulo Henrique (org). **A dádiva entre os modernos:** Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Rio de Janeiro. Vozes. 2002.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O capital.** São Paulo. Centauro. 2004.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política.** São Paulo. Expressão Popular. 2008.

_____. **Formações Econômicas pré-capitalistas.** Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos.** Boitempo. São Paulo. 2004.

_____. **O capital.** Livro I. Volume I. São Paulo. Nova Cultural. 1988. (Coleção Os economistas).

_____. **Salário, preço e lucro.** Moscou. Ediciones en Lenguas. 1865.

MATTEI, Lauro. **Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas**. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/610/856>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa. Edições 70. 2011.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil: Papel redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1514.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências recentes**. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Brasília. ABEPSS. 2006.

NETTO, José Paulo. **A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares**. In: **Lukács**. São Paulo. Ática. 1992.

_____. **Georg Lukács**. São Paulo. Brasiliense. 1983.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. Disponível em: <<http://pcb.org.br/porta1/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2014.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Análise de Conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização**. **Revista de Enfermagem**, out/dez, Rio de Janeiro. UERJ. 2008.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. **Cenário de Desigualdade**. Disponível em: <www.port.pravda.ru/busches/16-11-2013/35640-cenario-desigualdade-01>. Acesso em: 16 mar. 2015.

PARÁ. Secretaria de Estado de Assistência Social. SEAS. **Dados do registro das famílias cadastradas no Programa Bolsa Família em Belém do Pará**. Belém. Pará. Dados coletados em lócus pela pesquisadora. 2014.

PAULA, João Antonio de. **A produção do conhecimento em Marx**. **Cadernos ABESS: A produção do conhecimento e o Serviço Social**. n. 5. São Paulo. Cortez. 1992.

PENA, Rodolfo Alves. **Consenso de Washington**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A Assistência Social na Perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília. Thesaurus. 1996.

_____. Discussões conceituais sobre Política Social como política pública e direito de cidadania. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete; MIOTO, Regina Célia Tamasso; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. (org). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo. Cortez. 2009.

_____ (ago. 2014). Opinião. *Politizando*, Brasília, n. 17, ano 6, p. 6-7, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social, ago. 2014.

_____. O sentido de igualdade e bem-estar em Marx. **Katálisis**. v. 16, n.1, jan./jul. Florianópolis. 2013.

_____. Política de Assistência Social no Brasil: Avanços e Retrocessos. In: **Cadernos do CEAM**. Conflitos de Interesses e a Regulamentação de Assistência Social. Ano III. n. 11. Brasília. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social. Universidade de Brasília. 2002.

_____. **Política Social: temas e questões**. São Paulo. Cortez. 2011

_____. Proteção social contemporânea: *cui prodest?*. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Domingues Leão. **Vozes do Bolsa Família**. São Paulo. UNESP. 2013.

POCHMANN, Márcio. **Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a02v18n2.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro. Campus. 2000.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** São Paulo. Cortez. 2008.

_____. **Cidadania X Pobreza: a dialética dos conceitos na Política Social na era FHC.** Curitiba. Appris. 2013.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a Questão Social na grande cidade.** Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n69/a03n69.pdf> >. Acesso em: 08 mai. 2012.

RAMOS, Rita de Cássia de Souza Soares; SALVI, Rosana Figueiredo. Análise de conteúdo e análise do discurso em educação matemática – um olhar sobre a produção em periódicos Qualis A1 e A2. **IV Seminário Internacional de Pesquisa em Educação matemática.** Brasília. 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira.** São Paulo. Brasiliense. 1989.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro. Campos. 1979.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família.** São Paulo. Estampa. 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** São Paulo. Cortez. 2007.

SATORI, Elisiane. **Família e proteção social: todos sob o mesmo teto.** Campinas. Papel Social. 2012.

SILVÉRIO, Maria. **BRICS: Desigualdades sociais nos países emergentes.** Disponível em: <www.observatorio-das-desigualdades.cies.isct.pt>. Acesso em: 16 mar. 2015.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** São Paulo. Cortez. 2010.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BEHRING, Elaine Rossetti;

BOSCHETTI, Ivanete; MIOTO, Regina Célia Tamaso; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. (org). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo. Cortez. 2009.

THOMÉ, Débora. **O Bolsa Família e a social-democracia**. Rio de Janeiro. FGV. 2013.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a Política Social**. São Paulo. Cortez. 2007.

WALKER, Robert. Pobreza, vergonha e estigma. (ago. 2014). *Politizando*, Brasília, n. 17, ano 6, p. 4-5, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social, ago. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. São Paulo. Cortez. 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA USUÁRIO DO PBF

COMO GOSTARIA DE SER IDENTIFICADO NA PESQUISA?	
IDADE	
SEXO	
ORIENTAÇÃO SEXUAL	
ESTADO CIVIL	
RELIGIÃO	
ONDE NASCEU	
ESTÁ ESTUDANDO ATUALMENTE	
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	
COMPOSIÇÃO FAMILIAR	

1. História De Vida;
2. Diversas Formas De Manter A Família (Antes E Depois);
3. Falar Sobre As Experiências De Trabalho (Salário Justo, Jornada Adequada, Condições De Trabalho Desiguais);
4. Sentimento Próprio E Da Família Sobre O Trabalho;
5. Saber como é a relação dele com as Políticas Sociais de um modo geral na vida;
6. Como Conheceu O PBF;
7. Porque Procurou O Programa;
8. O Que Acha/Pensa Sobre O Programa;
9. Como A Família Se Sente Em Relação Ao Programa;
10. Você pretende devolver o cartão, caso você e sua família não precisem mais da renda do PBF?
11. Você já se sentiu envergonhado por ser usuário do PBF?
12. Qual é o futuro da família depois do PBF? (se for desvinculado do PBF)

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFISSIONAL DO PBF

IDADE	
SEXO	
ORIENTAÇÃO SEXUAL	
ESTADO CIVIL	
RELIGIÃO	
PROFISSÃO - FORMAÇÃO	
CARGO EXERCIDO NO CRAS	
TRABALHA NO CRAS HÁ QUANTO TEMPO?	
FORMADO HÁ QUANTO TEMPO	

1. Como você conheceu o PBF?
2. Quando você veio trabalhar no CRAS você recebeu alguma capacitação sobre o PBF? Se sim, como foi?
3. Qual sua opinião sobre o PBF?
4. Para você qual o motivo de os usuários procurarem o PBF?
5. Como você visualiza a imagem que a sociedade tem dos usuários do PBF?
6. Como você realiza o seu trabalho com esses usuários? A partir de que orientações profissionais?
7. Como você avalia a relação dos usuários do PBF com o trabalho.
8. Você acha que o PBF incentiva o ócio das famílias pobres? Porque?
9. Como você analisa a crítica de que o PBF estimula a ociosidade das famílias pobres?
10. Você percebe nos usuários um sentimento de vergonha por receber renda do PBF? Como? Porque?
11. Como você visualiza a relação dos usuários do PBF com relação à cidadania?
12. Como você identifica a relação entre o objetivo do PBF e a possibilidade de o usuário não depender mais do PBF porque pode sobreviver com a renda do trabalho?
13. Como você vislumbra o futuro da família após ser desligada do PBF?

APÊNCIDE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
SALÁRIO X TRANSFERÊNCIA DE RENDA: tensões no processo de reprodução social de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém.

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa acima citada. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, _____, residente e domiciliado na _____, portador da Cédula de identidade, RG _____, nascido (a) em ____/____/____, abaixo assinado (a) do estudo ***“SALÁRIO X TRANSFERÊNCIA DE RENDA: tensões no processo de reprodução social de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém.”***

Estou ciente de que:

I. Esta pesquisa será realizada por meio de entrevistas com profissionais e usuários do Programa Bolsa Família do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Jurunas, com o objetivo de compreender como se materializa a relação entre proveniência das rendas do salário e/ou do Programa Bolsa Família na reprodução social dos beneficiários deste programa;

II. Esta pesquisa compõe as atividades de produção de uma dissertação para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará e, por isso, tem fins acadêmicos, que se propõem a trazer contribuições aos profissionais e estudantes universitários no que diz respeito a tendências sociais que envolvem a materialização de Políticas Sociais, em especial a Política de Assistência Social. Os riscos aos informantes da pesquisa podem ocorrer, já que toda pesquisa que envolve seres humanos pode conter riscos. No caso desta pesquisa elencam-se os riscos de: agressão moral ou psicológica ao entrevistado com posturas, perguntas e comentários inconvenientes; interferência de valores do entrevistador no contexto da entrevista e/ou análise dos dados; utilização inapropriada e deturpada das informações coletadas, bem como vazamento da identidade dos entrevistados; os entrevistados serem coagidos a participar da pesquisa e/ou não receberem informações sobre os procedimentos desta.

III. Para que estes riscos não ocorram a postura do entrevistador respeitará as opiniões dos entrevistados, observará as manifestações com imparcialidade; os sujeitos serão avisados sobre os riscos e formas de proteção deste, caso haja algum risco não previsto a pesquisa será interrompida; resguardar-se-á a identidade dos entrevistados de toda forma de exposição; qualquer esclarecimento será disponibilizado ao entrevistado; os resultados serão apresentados em um texto que será publicizado e colocado a disposição dos sujeitos da pesquisa.

IV. Os dados serão coletados (realização de entrevistas) no CRAS Jurunas. Estes serão obtidos por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturada sobre o objeto desta pesquisa, que poderão ou não ser respondidas, conforme a conveniência para os sujeitos da pesquisa;

V. Os entrevistados (as) não são obrigados (as) a responder as perguntas realizadas na entrevista;

VI. A participação neste projeto não causará nenhum dano com relação a identidade, preservação moral, social e profissional dos entrevistados (as);

VII. Os entrevistados (as) tem a liberdade de desistir ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejarem, sem necessidade de qualquer explicação;

VIII. A desistência não causará nenhum risco aos entrevistados (as);

IX. A participação neste projeto contribuirá para acrescentar à literatura dados referentes ao tema, direcionando ações voltadas para evolução na pesquisa acadêmica;

X. Os entrevistados (as) não receberão remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua a participação voluntária;

XI. A identidade dos entrevistados (as) será mantida em sigilo;

XII. Concordo que os resultados sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;

XIII. É de interesse dos pesquisadores gravar o áudio da entrevista, posso concordar ou não com esta ação:

Concordo com a gravação da entrevista.

Não concordo com a gravação da entrevista.

XIV. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados parciais e finais desta pesquisa.

Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

E-mail: _____

Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Belém, _____ de _____ de 2014.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Assinatura do entrevistado (a).

Olga Myrla Tabaranã Silva

Responsável pela pesquisa